



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Rejane Dias Corrêa Machado

**O movimento de ocupação escolar no Instituto de Educação
Professor Ismael Coutinho (IEPIC): com a vez, os estudantes**

São Gonçalo

2018

Rejane Dias Corrêa Machado

**O movimento de ocupação escolar no Instituto de Educação Professor Ismael
Coutinho (IEPIC): com a vez, os estudantes**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jacqueline de Fátima dos Santos Morais

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

M149 Machado, Rejane Dias Corrêa.
O movimento de ocupação escolar no Instituto de Educação
Professor Ismael Coutinho (IEPIC): com a vez, os estudantes /
Rejane Dias Corrêa Machado. – 2018.
148f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacqueline de Fátima dos Santos
Morais.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Movimentos estudantis – Teses. 2. Educação e Estado –
Teses. I. Morais, Jacqueline de Fátima dos Santos. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de
Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 329.78

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rejane Dias Corrêa Machado

**O movimento de ocupação escolar no Instituto de Educação Professor Ismael
Coutinho (IEPIC): com a vez, os estudantes**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 27 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Jacqueline de Fátima dos Santos Morais (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Andréa Rosana Fetzner
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Bruno Rêgo Deusdará
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Mairce Silva de Araújo
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2018

DEDICATÓRIA

Ocupantes, aprendentes/ensinantes, sujeitos outros e lutadores por uma educação pública de qualidade social para todos, estatal, gratuita, laica, universal e inclusiva, a quem dedico esta dissertação. Obrigada por essa pesquisa, pelas aprendizagens, pelos sonhos compartilhados, por manter acesa a chama da resistência. Sou eternamente grata por cada momento juntos, por tanta troca, pela amizade que construímos. A vocês, meu afeto por cada atravessamento que sentimos juntos. Ousar lutar, ousar vencer.

AGRADECIMENTOS

Ao universo, à positividade, às energias do bem. A Deus, Zambi, Oxalá! Aos deuses, a todos os orixás, gratidão! A minha mãe Yemanjá, ao meu pai Oxóssi, asé! As pretas e pretos velhas, aos caboclos, boiadeiros, erês, ao povo cigano, que assim seja! Ao povo de rua, Zés e Marias que guiaram e guiam meus caminhos, laroyé!

Agradeço a quem escutou minhas lamúrias, enxugou minhas lágrimas, sorriu com meu riso, riu do meu desespero, acalmou minha alma, sofreu minhas angústias, alegrou minha vida, incentivou minha caminhada, estendeu a mão. A quem foi colo, ouvido e afago. A quem foi estímulo e incentivo. Sem vocês nada seria possível.

Agradeço, também, a quem não acreditou que eu seria capaz, que tentou me desencorajar, que afirmou ser melhor desistir, que não vibrou com cada vitória, que torcia contra mim: a vocês a maior gratidão, são vocês os maiores responsáveis por eu chegar até o fim. Asé.

Gratidão à compreensão pelos momentos de ausência, pelos dias de depressão, pela ansiedade e agitação fora do normal. Pelos momentos em que me incentivavam a estar ausente para continuar este projeto. Projeto que não era só meu, mas da família, dos amigos, dos colegas de profissão, dos colegas de mestrado.

Sem cada palavra amiga, cada palavra encorajadora, seria impossível continuar. Sem os textos compartilhados, sem os “puxões de orelha” na hora certa, sem as cobranças do “você está escrevendo?”, eu não chegaria até aqui. Esse momento só foi possível com, por e para vocês.

Agradeço a minha família por sempre acreditarem em mim: Carlos Augusto, meu papito; Francisca Catarina, minha mamusca; minha “rimã”, Monique; meus sobrinhos (Rafael, Miguel e Maria Rosa), Raniele, cunhado querido. A minha “mãedrinha” Rosangela, por sempre estar ao meu lado, me fazendo crescer e tornar uma pessoa melhor. A minha avó Ariette, seus ensinamentos de vida me fazem querer mais e poder mais. Natalia e Juninho, tia e tio queridos, e suas famílias que sempre estiveram na torcida.

Ao meu amigo e companheiro de todos os dias, meu primo Janderson, que não me deixou desistir. Grande conselheiro, psicólogo, responsável por manter a

chama acessa quando eu pensava em apagá-la. Não há como retribuir tanta amizade e companheirismo. E ao querido Pablo, meu “best friend” e companheiro de aventuras.

Minhas amigas de vida, sem vocês essa etapa não seria concluída. Foram todo o apoio que eu precisei. Em todos os momentos que pensei em desistir, em todos os momentos que precisei seguir, foram vocês que me apoiaram: perto ou longe. O amor que fia nossos dias foi capaz de me fortalecer a tecer cada pedaço dessa dissertação. Rosana Lima, Marcela Braga, Débora Cesário, Ana Carolina Almeida, Deborah Jotta, Caroline Liberato, Lidiane Fidélis, Mariana Bretas, Fernanda Paixão, Jovana Coutinho, Úrsula Silva, Livia Maria, comadres Valesca e Cecília, vocês são mais que especiais.

Aos amigos que esse mestrado me deu: Antonio e Tatiane. Vocês foram meu alicerce, minha base. Aliás, fomos um tripé que me provou a importância do amor, da solidariedade, empatia, reciprocidade e união para além da pesquisa. Amo vocês!

Aos colegas do SEPE/Niterói, só cabe agradecer por tanta aprendizagem. Por me inspirarem a ser diferente, a compreender e respeitar as diferenças, a entender minhas limitações e superá-las. Obrigada a cada um por cada palavra dita e as ações que me ensinaram ainda mais: Diogo, Andrea, Elma, Marcelo, Jacqueline, Alberto, Eliane, Luis Claudio, Galindo, Rosa e Camila Coutinho.

Um carinho especial aos meus companheiros de luta, incentivadores e amigos Robson, Quésia, Viviane, Josiane e Héliida (uma amiga orientadora).

Amigos, grandes incentivadores e colegas de profissão, espero retribuir todo carinho e apoio ofertado. A vocês: Juliana Carvalho, Joelma Silveira, Beatriz, Elisa Nacif, Cristina Carvalho, Marta Maia, Renata Correa, Aline Dias, Pedro Mara, Lídice Guerreiro, Roberta Coube, Lucia Farjado, Leonardo Cunha, Fabiana Braga, Marcela Almeida, Patricia Carla, meus parceiros de tantas angústias, toda minha admiração. Gabrielle Rodrigues e Viviane Soares, meu carinho especial pela tradução do resumo.

Queridos amigos da FFP: Melissa, André, Laisa, Hugo, Demerice, Lourenço, Claudio, Elaine, Fabinho, Joyce, mesmo a distância me apoiaram quando estava desanimada. Queridos amigos da UERJ Maracanã: Silvana Cunha, Beatriz Rangel, Jéssica Milesi, Monique Ferreira, Isabela Mendonça, Victor Hugo, meu companheiros de aventuras.

Amigos subversivos e insurgentes: Rafael Duarte, Anna Beatriz Castro, Luana Mayer, Paula Máiran, Talíria Petrone, Benny Briolly, Matheus Rodrigues, Francine Helfreich, Bruno José, Rodrigo Alcantara, Maria José de Mello (Zezé, nossa matriarca), Dione Lins, Ricardo Pereira; eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor.

Primeiramente, FORA TEMER.

Segundo, nada seria possível sem o esforço e dedicação de nossos mestres, aliás, doutores e pós-doutores, da Faculdade de Formação de Professores/UERJ, a minha querida FFP. Foi um período difícil, e ainda é, dentre o total descaso e desmonte da nossa universidade. Mas, resistimos! E Resistiremos!

Aos avaliadores desta pesquisa, Andrea Fetzner, Mairce Araújo, Bruno Deusdará, não há palavras que definam tê-los como banca examinadora. Gratidão.

Aos queridos do GPALÉ, cada momento foi único. Obrigada por vocês terem sido parte desse processo. Sou eternamente grata por poder resistir e existir com cada um de vocês; Dennis, Celena, Fabiana, Jéssica, Roberta, Daniele.

O sincero reconhecimento a minha persistente e dedicada orientadora Jacqueline Moraes, por me fazer querer ir além. Obrigada! À querida professora e amiga Inês Bragança a quem me fez acreditar nessa pesquisa. Obrigada por ser esse encanto de pessoa que nos faz querer ser mais e melhor. À querida Helena Fontoura que me incentivou a ousar, a pesquisar com amor. À Márcia Alvarenga, Mairce Araújo, Anelice Ribeto, Rosimere Dias, Nilda Alves, pelas muitas trocas ao longo das disciplinas cursadas. Admiração por essas mulheres plenas de sabedoria, de fibra e de luta! UERJ Resiste.

Sou grata pela oportunidade de realizar disciplinas na Universidade Federal Fluminense e tecer os diálogos mais maravilhosos para meu empoderamento na minha prática cotidiana, do reconhecimento de minha importância como educadora das classes populares. Às queridas Marisol Barenco, Maria Teresa Esteban, Carmen Pérez, ao querido João Figueiredo, muito obrigada.

Finalmente, a maior recompensa dessa pesquisa foi conquistar o carinho, a confiança e amizade daqueles que ocuparam meus dias, minhas atividades, minha mente e meu coração. Professora e alunos amigos para além dos muros da escola. Meus amores Cepareanos, vocês são tão especiais. Meus queridos ocupantes do Capistrano, Leopoldo e Ceplim. Agradeço por tanta aprendizagem.

Em especial, aos sujeitos dessa pesquisa, estudantes do ensino fundamental, médio e curso de formação de professores do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho. O Iepic nunca mais será o mesmo, acreditem nisso. Ocupar, resistir, lutar para garantir.

Eu sou porque nós somos.

Filosofia Ubuntu

RESUMO

MACHADO, Rejane Dias Corrêa. *Com a vez, os estudantes: o movimento de ocupação escolar no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC)*. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Essa dissertação investigou a participação dos estudantes do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho durante o movimento de ocupação ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2016. A pesquisa ouviu depoimentos e experiências dos discentes dessa instituição que foi a primeira a aderir ao movimento na cidade de Niterói. O trabalho de investigação se pautou na participação de atividades ao longo do processo de ocupação e analisou entrevistas realizadas com alunos do *lócus* de investigação. O estudo teve como objetivo discutir o olhar desses sujeitos sobre o movimento de ocupação. A pesquisa apontou a importância do papel formativo no movimento estudantil para a ampliação do diálogo e participação docente nos espaços escolares, diálogo apresentado por Mikhail Bakhtin. O estudo sobre o contexto político que envolveu a greve dos profissionais de educação ao longo das ocupações de escolas possibilitou a compreensão das lutas dos estudantes. A voz do grupo de entrevistados permitiu a construção de um trabalho que atravessa as relações pessoais, políticas e pedagógicas durante o movimento, as expectativas estudantis sobre o projeto de educação pública e gratuita ofertada pelo Estado que eles desejam. Apresentar a visão dos atores da ocupação permitiu avaliar o sentido de uma educação libertadora e democrática, como defendeu Paulo Freire.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Ocupação de escolas. Movimento de ocupação.

RESUMEN

MACHADO, Rejane Dias Corrêa. Con la vez, los estudiantes: el movimiento de ocupación escolar en Instituto de Educación Profesor Ismael Coutinho (IEPIC). 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Esta disertación investigó la participación de los estudiantes del Instituto de Educação Profesor Ismael Coutinho durante el movimiento de ocupación que ocurrió en el Estado de Río de Janeiro en el año 2016. La investigación ha escuchado testimonios y experiencias de los discentes de esa institución que fue la primera a formar parte del movimiento en la ciudad de Niterói. El trabajo de investigación se basó en la participación de actividades a lo largo del proceso de ocupación y analizó entrevistas que se realizaron a alumnos del locus de investigación. El estudio tuvo como objetivo discutir la mirada de esos sujetos sobre el movimiento de ocupación. La investigación apuntó la importancia del papel formativo en el movimiento estudiantil para la ampliación del diálogo y participación docente en los espacios escolares, diálogo presentado en Mikhail Bakhtin. El estudio acerca del contexto político que envolvió a la huelga de los profesionales de educación a lo largo de las ocupaciones de las escuelas posibilitó la comprensión de las luchas de los estudiantes. La voz del grupo de entrevistados permitió la construcción de un trabajo que atraviesa las relaciones personales, políticas e pedagógicas durante el movimiento, las expectativas estudiantiles acerca del proyecto de educación pública y gratuita que desean a ser ofrecida por el Estado. Presentar la visión de los actores de las ocupaciones permitió evaluar el sentido de una educación libertadora y democrática, así como defendió Paulo Freire.

Palabras clave: Movimiento Estudiantil. Ocupación de Escuelas. Participación discente

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Minha família	19
Figura 2 –	Tempos do Curso Normal (IEPMM)	20
Figura 3 –	Para sempre FFP/ UERJ	21
Figura 4 –	Campanha das eleições do Sepe/ Niterói 2015	22
Figura 5 –	Última assembleia de greve dos profissionais de educação da Rede Estadual na Quadra da São Clemente- Julho/2016	24
Figura 6 –	Comemoração do 1º mês da ocupação no Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro (CEPAR)	25
Figura 7 –	Notícia da página oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro – “Dornelles anuncia conjunto de medidas para conter despesas e otimizar gastos”	27
Figura 8 –	Notícia do portal G1 – anúncio das medidas governamentais para combater a crise financeira do estado	28
Figura 9 –	Notícia de <i>EsquerdaOnline</i> – Pezão lança pacote de maldades contra os servidores e o Rio de Janeiro	29
Figura 10 –	Anúncio da greve de 33 categorias do serviço público estadual	31
Figura 11 –	Servidores estaduais e profissionais de educação fazem protesto	34
Figura 12 –	Reportagem anuncia licença médica e afastamento oficial do governado Pezão	35
Figura 13 –	Foto da reportagem sobre manifestação dos servidores estaduais e confronto com a Polícia Militar em dia de votação do “pacote de maldades” na ALERJ	38
Figura 14 –	Reportagem registra o dia da aprovação das medidas de lei propostas pelo governo na Alerj	39
Figura 15 –	Reportagem apresenta o pacote de leis do governador Pezão como medidas de austeridade	40
Figura 16 –	Pauta dos profissionais da Rede Estadual de Ensino	43
Figura 17 –	Reportagem de O Globo apresenta relatório TCE sobre a	

	soma de R\$ 138 bilhões em isenções fiscais do governo do Rio	46
Figura 18 –	Reportagem apresentação as razões que fizeram estudantes ocuparem as escolas da rede estadual	53
Figura 19 –	Passeata de estudantes em Niterói / Fevereiro de 2016	54
Figura 20 –	Mobilização estudantil e divulgação via redes sociais	56
Figura 21 –	Globo publicou a notícia no mesmo dia em que os estudantes tomaram a escola	58
Figura 22 –	Capa do manual: Como ocupar um colégio?	61
Figura 23 –	Reportagem sobre a Ocupação do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC)	63
Figura 24 –	Reportagem sobre a Ocupação de mais três escolas na cidade de Niterói	67
Figura 25 –	Reportagem sobre a ocupação do Colégio Estadual Leopoldo Fróes	68
Figura 26 –	Página online da Defensoria Pública anuncia visita às escolas ocupadas e as demandas dos estudantes	69
Figura 27 –	Jornal “O Fluminense” anuncia a ocupação do Colégio Estadual Pinto Lima	70
Figura 28 –	Imagem das informações sobre a página do <i>Facebook</i> Ocupa IEPIC	83
Figura 29 –	Reportagem no jornal online El País sobre a influência do movimento paulista nas ocupações de escolas no Rio de Janeiro	86
Figura 30 –	Reportagem Folha de São Paulo on line sobre a proposta de “reorganização escolar” em São Paulo	87
Figura 31 –	G1 Goiás anuncia projeto do governo para terceirização das gestões escolares na rede estadual	88
Figura 32 –	Imagem da página no <i>Facebook</i> apresentando as pautas específicas do IEPIC	97
Figura 33 –	Imagem da página no <i>Facebook</i> – atividade de revitalização do espaço escolar na ocupação	101
Figura 34 –	Imagem da página no <i>Facebook</i> – lista de doações	104

Figura 35–	Imagem da página no <i>Facebook</i> – atividade com alunos da UFF	106
Figura 36–	Imagem da página no <i>Facebook</i> – publicação sobre o Curso AlfaLetraAfeto em parceria com UFRJ	106

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	MEU MEMORIAL DE FORMAÇÃO: MARCAS DE CAMINHOS PERCORRIDOS	18
2	O ENCONTRO COM A PESQUISA	26
2.1	A greve dos profissionais de educação da rede estadual	41
3	OS SECUNDARISTAS DO RIO DE JANEIRO OCUPAM AS ESCOLAS ESTADUAIS	52
4	CONSTRUINDO A PESQUISA, TECENDO EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OCUPAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ISMAEL COUTINHO	71
4.1	A voz dos estudantes: das páginas do <i>Facebook</i> às entrevistas com estudantes/ ocupantes do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC)	77
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	114
	APÊNDICE – Transcrições das entrevistas	118

INTRODUÇÃO

O movimento de ocupação nas escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, ocorrido no ano de 2016, foi uma marco no campo da educação. Organizado pelo movimento estudantil secundarista, este acontecimento surpreendeu e deu visibilidade a pautas de reivindicações dos estudantes por melhorias na oferta da educação e das políticas públicas adotadas pelo governo do estado.

Estive envolvida com o movimento de ocupação como integrante da direção colegiada do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), no núcleo localizado na cidade de Niterói. Inicialmente, era uma tarefa de militância política pela Educação. Tarefa essa que foi abraçada por mim de forma voluntária, visto que há um grande número de tarefas a serem encaminhadas e divididas entre dirigentes e colegas da base da categoria.

Acompanhar o movimento estudantil foi uma escolha militante e pessoal. Faço essa afirmação, pois o trabalho e luta no sindicato demandam tempo de cultivo da experiência e dentro dele é preciso destripar quais os campos de atuação assumir. Nem sempre é fácil falar sobre essa vivência, visto que ela é plena de encontros de palavras e palavras outras, diálogos múltiplos em perspectivas e prismas distintos e, por isso, significações múltiplas e por vezes contraditórias.

Aos poucos fui despertando o desejo de investigar aquele acontecimento. Conviver com os estudantes das ocupações, participar e registrar atividades promovidas e organizadas por eles foi essencial para confirmar minha decisão de tomar as ocupações como tema de minha dissertação.

Busquei, ao longo deste trabalho, discutir o porquê e como se deu o movimento de ocupação pelos estudantes da Rede Estadual de Ensino, focando mais especificamente no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC).

Assim, o *lócus* de pesquisa, o Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), definiu-se devido a sua importância política: foi a primeira das cinco escolas ocupadas na cidade de Niterói.

Partilhar as ações que ocorriam na ocupação do IEPIC possibilitou-me maior proximidade com os estudantes que integravam aquele movimento. Meu interesse e envolvimento no processo fez com que aquele momento pudesse ser visto por uma

outra aresta. Entrelaçavam-se as expectativas de estar dirigente sindical e ser aluna do mestrado em Educação no programa de pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, na Faculdade de Formação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Acompanhar o dia a dia na escola transgrediu a tarefa militante para se transformar em um processo de pesquisa, implicando na escrita desse trabalho realizado com estudantes do IEPIC.

Desse modo, este trabalho apresenta um recorte político do ano das ocupações, utilizando notícias jornalísticas e registros nas redes sociais com relatos de experiências dos estudantes, também mediante minhas experiências e vivências. Memórias que possibilitaram retratar aquele espaço/tempo e trazer informações que possibilitam a discussão sobre o objeto pesquisado.

Ao longo da investigação, busco responder a duas questões: Que eventos e justificativas encadearam o processo de ocupação no IEPIC, ocorrido de 07 de abril ao início do mês de agosto? Que experiências os alunos que participaram da ocupação no IEPIC narram como significativas nos possibilitando pensar a educação pública na rede estadual de ensino mediante suas perspectivas?

A fim de responder estas questões, registro minhas impressões desde minha participação em atividades, a partir do primeiro dia de ocupação, à apresentação de registros e falas, narrativas discentes. Neste sentido, realizei entrevistas com um grupo de cinco alunos que se propuseram a participar da pesquisa. A relevância dessa escolha é trazer as vozes dos participantes dessa ação de modo a apresentar suas divergências e convergências, concepções, registros de suas impressões, possibilitando o debate acerca do tema mediante o olhar as experiências desses estudantes sobre o movimento e a educação ofertada pelo governo do estado do Rio de Janeiro

O critério de definição dos sujeitos foi a livre vontade de participação do processo investigativo. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para, posteriormente, serem analisadas. Reiterando que as gravações foram realizadas após o período de ocupação. As razões pelas quais as entrevistas foram realizadas nesse período serão discutidas em capítulo posterior.

Acompanhei o movimento de ocupação no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), desde o primeiro dia do movimento neste colégio, 07 de abril de 2016 até seu desfecho, em outubro do mesmo ano.

No primeiro capítulo desta dissertação, trago memórias de minha trajetória de vida e formação. Caminhos percorridos como estudante da rede pública, professora da rede municipal da cidade de Niterói e militante sindical. Relato também aspectos que influenciaram a escolha do tema de investigação.

No segundo capítulo, traço um panorama mais geral sobre o que ocorreu no ano de 2016, no Rio de Janeiro, a fim de compreender o contexto das ocupações das escolas secundaristas. Esse trabalho foi possível de ser produzido com base em recortes históricos mediante o uso de reportagens e relatos nas mídias sociais utilizadas no período da pesquisa, tais como páginas de rede social. Visto que este trabalho se dá em um tempo histórico recente, a escolha por manchetes das notícias possibilita a comprovação da pesquisa.

No terceiro capítulo, analiso o movimento de ocupação e o movimento secundarista, bem como suas principais características e concepções. A influência dos demais movimentos estudantis, os quais fizeram eclodir o processo de tomada das escolas pelos estudantes que se indignaram contra as políticas públicas de educação.

O quarto capítulo constitui-se de análise de fragmentos de entrevistas realizadas com estudantes sobre o movimento de ocupação. Com a vez, os estudantes. Observar as falas do grupo de cinco estudantes que construíram a ocupação no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho tem por objetivo tornar a pesquisa um instrumento de reconhecimento desses sujeitos ao longo de um processo que não é simples de ser debatido, analisado e classificado. Um movimento repleto de complexidade e vida.

Por fim, apresento as considerações finais desse processo de pesquisa. Trazendo reflexões sobre as discussões realizadas ao longo dessa dissertação, aponto possibilidades e potências para a continuidade da pesquisa.

1 MEU MEMORIAL DE FORMAÇÃO: MARCAS DE CAMINHOS PERCORRIDOS

E aprendi que se depende sempre
 De tanta, muita, diferente gente
 Toda pessoa sempre é as marcas
 Das lições diárias de outras tantas pessoas
 E é tão bonito quando a gente entende
 Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
 E é tão bonito quando a gente sente
 Que nunca está sozinho por mais que pense estar
Gonzaguinha

Quando me olho no espelho, o que vejo refletido? Atrás de uma imagem “única” posso perceber, como nos diz Gonzaguinha em sua música transcrita cima, que: “a gente é tanta gente onde quer que a gente vá”. Assim, instigada por esta canção, me ponho a refletir sobre como me torno, a cada dia, um pouco das tantas “gentes” que atravessaram, e atravessam, meu caminho. Noto com a ajuda deste cantor e compositor carioca que somos marcados pelos tantos e variados encontros e desencontros vividos ao longo da vida. Minha trajetória, portanto, é tecida por “gentes” que estiveram nos lugares pelos quais transitei, com quem me relacionei em breves ou longos momentos, com quem me encontrei e me senti tocada.

A fim de buscar “as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”, como canta Gonzaguinha, inicio esta dissertação com meu memorial. São memórias de minha formação, marcas que me constituíram professora, sindicalista e pesquisadora. Por isso, estarão compartilhadas sob forma de memorial nesta dissertação.

Registrar algumas de minhas experiências formativas me permite ressignificar momentos de minha trajetória docente e afirmar, apoiada em Freire, que “ninguém se forma sozinho, nos formamos mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.79).

Como afirmam Prado e Soligo (2014, p.7-8), “num memorial de formação, o autor é ao mesmo tempo escritor/narrador/personagem da sua história.” Aquele que escreve traz relatos de sua trajetória de vida tornando-se autor e personagem.

Para Prado, Cunha, Soligo (2008):

o memorial é um texto em que o autor relata sua própria vida, apresentando fatos e situações considerados importantes ou interessantes, explicitando as marcas e sinais que contam, explicam e justificam sua trajetória. Assim, trata-se de um texto reflexivo de crítica e autocrítica. (p.137)

Analisando o que dizem os autores acima, percebo que investigar as histórias de vida e formação dos sujeitos me ajuda a compreender as opções temáticas de uma dissertação. Assim, a produção deste texto memorialístico me permitiu perceber pistas sobre as escolhas que me fizeram chegar até este trabalho de pesquisa.

Nasci na cidade de Niterói, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Apesar de toda minha família ser do Sul do estado, nasci “papa-goiaba”, apelido dado a quem nasce em Niterói. Nascimento ocorrido aos quinze dias de maio de 1984, ano marcado pela campanha das “Diretas Já”. Era a época da luta por eleição direta para presidente da república e do fim da intervenção militar.

Lembro-me dos meus tempos de escola. Eu e minha irmã estudávamos na mesma instituição. Ela era minha segurança. Por sermos parecidas fisicamente, eu era chamada, e ainda sou, de “Moniquinha”. Tínhamos traços físicos semelhantes, mas temperamentos diferentes.

Figura 1 - Minha família



Fonte: Arquivo pessoal – 2017

Muitas pessoas me inspiraram a estar onde estou. Não seria capaz de listar todas. Muitas delas me ajudaram a tomar decisões e a formar ideias.

A escolha pela profissão docente nas séries iniciais se deu pela afinidade com crianças, pela vontade de trabalhar com os pequenos, além de ter sido um desejo dos meus pais terem uma filha professora. Eu queria realizar o sonho do meu pai em ter uma filha professora, ao mesmo tempo, era também meu desejo seguir o magistério.

Aos 12 anos, eu e minha família mudamos para Volta Redonda, cidade localizada no sul fluminense, a fim de que pudéssemos morar próximo a alguns parentes. Assim, passamos a habitar na chamada Cidade do Aço, em que estava localizada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A construção desta companhia aproximou minha família. Meus avôs, paternos e maternos, mudaram-se para a cidade pela oferta de emprego na siderúrgica. Anos depois, meus pais se conheceram, casaram-se e aqui estamos eu e minha irmã. Uma escolheu ser professora, a outra não.

Nesse caminho de ser professora, a primeira parada foi o curso normal no Instituto de Educação Professor Manuel Marinho (IEPMM), no bairro Vila Santa Cecília. Foram tempos de muita alegria. Tudo era novo. Me lembro com carinho dos estágios que fazíamos.

Figura 2 – Tempos do Curso Normal (IEPMM)



Fonte: Arquivo pessoal

Ao término do curso normal, escolhi novos caminhos. Dentre algumas opções, decidi que iria estudar fora da cidade, para conhecer um universo diferente daquele que me era proporcionado.

Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz
Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei (Gonzaguinha)

Fui morar fora da casa dos meus pais, longe da cidade em que se encontrava minha família. Desafiei-me a encarar minha própria vida. “*Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz*”, como Gonzaguinha escreveu.

A partir das múltiplas escolhas que fiz, alcancei a aprovação para o curso de licenciatura em Letras, habilitação em língua portuguesa e língua inglesa na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Para sempre FFP/UERJ



Fonte: Arquivo pessoal

Neste primeiro vestibular dentro do sistema de cotas da UERJ, declarei-me parda. Hoje, após estudos feitos, me reconheço negra. Não meramente parda. Este foi um importante reconhecimento de minha ancestralidade.

Em 2013 fiz parte do comando de mobilização e do comando de greve na rede pública municipal de Niterói, vinculados ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) referente ao Núcleo de Niterói. Foi nesse ano que me engajei na luta pelos direitos dos profissionais de educação e comecei a compreender um pouco mais o funcionamento de um sindicato.

Essa proximidade resultou no convite para compor a chapa para concorrer à eleição de direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), no Núcleo de Niterói. Participar da direção colegiada de um sindicato seria uma importante experiência formativa para mim.

Entendo, neste sentido, a formação como processo de aquisição do conhecimento por meio das experiências, mas também de estudos. Aprende-se muito para que se possa ter argumentos contra ou a favor de ideias e ideais na militância política no sindicato. É possível aprender e ensinar nesse espaço. Porém, acredito que os processos de formação não se dão sozinhos, mas é necessário interesse.

Figura 4 – Campanha das eleições do Sepe/ Niterói 2015



Fonte: Página facebook

A nossa chapa, **Construção Coletiva**, obteve 70% da votação. Com isso, tivemos maior número de diretores na composição do sindicato. A eleição da direção colegiada é organizada por meio do estatuto do SEPE/RJ, baseada na proporcionalidade de votos para sua composição. Importa ressaltar que, como uma direção colegiada e não presidencialista, a estrutura do funcionamento do sindicato busca romper com hierarquias a partir do princípio de horizontalidade, ainda que haja cargos.

Iniciamos o nosso mandato em julho de 2015 e assumi a Secretaria de Saúde e Direitos Humanos. Estas secretarias permitem um trabalho de ampla discussão sobre temas importantes para a categoria.

Tendo uma carga horária de 40 horas semanais de trabalho em uma escola da rede pública, minha opção e escolha foi assumir uma licença sindical. Estar disponível para o trabalho militante me permitiria atuar como eu desejava: de forma mais efetiva junto ao conjunto da direção, conhecendo e reconhecendo as tarefas,

participando do cotidiano das escolas em um prisma diferente. Uma experiência única para mim.

As licenças sindicais para os profissionais da rede municipal de educação possibilitam uma atuação coletiva sindical mais combativa. A disponibilização de dirigentes é um direito adquirido para que as lutas da classe trabalhadora possam ser organizadas e que os trabalhadores sejam assistidos em seus direitos.

Nós, licenciados da direção do SEPE/RJ, recebemos os salários pagos pelas respectivas prefeituras e governo do estado; não recebemos gratificações ou remuneração aditiva do sindicato. Raras exceções de locais em que as licenças não são remuneradas, ou mesmo não são disponibilizadas pelo municípios aos dirigentes do sindicato.

Nesse contexto, importa salientar também que a licença sindical nos permite realizar as atividades do sindicato, construir mobilizações e lutas junto à categoria, auxiliar colegas no dia a dia nas escolas e demais áreas de atuação. Esse é um importante instrumento de construção da luta dos profissionais de educação.

Sou professora da rede municipal de educação de Niterói desde os vinte anos de idade. Possuo duas matrículas de professora I, referente às séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil.

Estar na direção colegiada do Núcleo Niterói do SEPE possibilitou-me reinventar-me. A formação política vivenciada no cotidiano da luta sindical, me transformava, possibilitando ressignificar as concepções de educação, cidade, luta de classes, movimentos sociais.

O ano de 2016 foi marcante em minha trajetória militante. A rede estadual de ensino esteve envolta em um importante movimento de greve dos profissionais de educação. As reivindicações e insatisfações dos profissionais de educação levaram a muitas lutas, intensa mobilização nas ruas ao longo de cinco meses.

Figura 5 – Última assembleia de greve dos profissionais de educação da Rede Estadual na Quadra da São Clemente – Julho/2016



Fonte: Arquivo pessoal

Em 2016 fui aprovada para cursar o mestrado em educação na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Vivíamos, na rede pública estadual, uma difícil greve. Foi neste contexto que vimos estudantes da rede estadual de ensino organizarem uma luta pela qualidade social da educação com o movimento de ocupação de escolas.

Comecei a participar deste movimento, visitando escolas e acompanhando as atividades nas ocupações. Jamais poderia cogitar a possibilidade de narrar e pesquisar sobre um movimento social de luta pela educação. Não fazia ideia da relevância e repercussão que resultaria aquele movimento. Apesar de ler, ver em noticiários, discutir com amigos sobre o tema, não poderia imaginar que as ocupações das escolas secundaristas pelos estudantes me tomaria a atenção por inteira.

Resolvi, então, investigar aquele movimento de luta. Já estava participando como diretora do sindicato, apoiando à manutenção e vigília nas ocupações. Buscava auxiliar na segurança dos alunos ocupantes, nas campanhas de arrecadação de produtos de limpeza e alimentos. O apoio do SEPE foi decido pela categoria em assembleia

O projeto de autogestão, que definia o modo de funcionamento das escolas nas ocupações, implicava na criação de comissões de trabalho pelos estudantes

secundaristas. Busquei me aproximar das comissões. Era preciso criar elos de confiança. Buscava saber, diariamente, como “andavam as coisas”. Quando percebi, eu já estava envolvida em toda a movimentação.

Figura 6 - Comemoração do 1º mês da ocupação no Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro (CEPAR)



Fonte: Arquivo pessoal

Esses momentos foram profundamente formativos. A cada história de vida compartilhada pelos alunos, eu aprendia que o espaço escolar e a relação entre professores e alunos precisam urgentemente de novas perspectivas. Senti-me tocada por cada história.

2 O ENCONTRO COM A PESQUISA

O meu ingresso no curso de mestrado acadêmico na Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), ocorreu no ano de 2016. Ano marcado pelo movimento estudantil de ocupação das escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Neste contexto, os acontecimentos me levaram à construção de uma dissertação cujo foco foi direcionado a esse movimento que tomou várias escolas no estado. O meu olhar ficou voltado para Niterói, local de trabalho e militância sindical que me conduziu a conhecer e acompanhar a mobilização estudantil na cidade.

Foram tempos de muitas lutas em prol da educação e escola/universidade públicas. Em um longo período de resistência pela manutenção da UERJ, tivemos um forte movimento de greve que buscava garantir os direitos ameaçados. O direito à educação era atacado de forma acentuada. Um forte desmonte à Universidade do Estado do Rio de Janeiro ocorreu: corte de verbas; atraso no pagamento de salários dos profissionais estatutários e no cumprimento de contratos com as empresas que prestavam serviços terceirizados; e o repasse de bolsas de estudantes foram impactos importantes para a mobilização da comunidade acadêmica.

Desta forma, considerei importante contextualizar o momento histórico, econômico e sócio-político em que se deu o foco dessa pesquisa: o movimento estudantil de ocupações de escolas na rede estadual do Rio de Janeiro. Por este motivo, consultei as páginas eletrônicas de modo a apresentar reportagens e notícias que possibilitassem a reconstrução histórica dos fatos os quais considerei relevantes para a compreensão dos acontecimentos.

Em 2016, o governo do estado elaborou um conjunto de leis, ou pacote de leis, que, segundo as autoridades, teria por finalidade conter despesas e otimizar gastos para reduzir a crise econômica no estado do Rio. Em uma disputa política e ideológica de narrativa sobre a crise econômica que ocorria no estado, percebemos que apoiadores nomeavam os decretos como medidas de austeridade, entendendo que as ações buscavam colocar ordem nas finanças e nos gastos. Enquanto opositores às medidas chamavam o conjunto de medidas de “pacote de maldades”, compreendendo o ataque aos direitos propostos pelas leis.

Em 09 de junho de 2016, o Diário Oficial (D.O.) anuncia um conjunto de cinco medidas assinadas pelo então governador em exercício Francisco Dornelles. O governo utilizou-se de uma narrativa que preconizava esse conjunto de ações como contenção de despesas e otimização de gastos. De acordo com a reportagem, “os decretos determinavam a redução de despesas operacionais de pelo menos 30% nas secretarias e outros órgãos públicos; a extinção de cinco secretarias; a racionalização dos 100 maiores contratos; a transferência de imóveis para o Rioprevidência, visando a sua capitalização; além da suspensão dos programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem.”

Figura 7 – Notícia da página oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro – “Dornelles anuncia conjunto de medidas para conter despesas e otimizar gastos”



Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=135602>

O anúncio indica ainda que, “as medidas – que devem gerar economia da ordem de R\$ 1 bilhão por ano – foram planejadas em razão do agravamento da crise econômica nacional e de consequente incerteza na captação de receitas”. As várias medidas, dentre elas algumas que indicavam uma série de contenções de gastos, iria atingir o funcionalismo público. A disputa pela narrativa dos acontecimentos se dá porque, como afirma Bakhtin, a palavra é esta sempre “*carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*” (BAKHTIN, 1992, p.95). Assim, as palavras que narram os acontecimentos, podem provocar reações e contrapalavras. Na disputa sobre quem diz o que está acontecendo, encontramos matérias de jornais que buscavam narrativas que analisavam as perdas sofridas pelos servidores do estado.

Encontramos no Jornal O Globo a divulgação das medidas do governo estadual. A manchete corrobora a proposta de combate à crise.

Figura 8 – Notícia do portal G1 – anúncio das medidas governamentais para combater a crise financeira do estado

The image shows a screenshot of a news article from the G1 portal. The header includes the G1 logo and navigation options like 'MENU', 'RIO DE JANEIRO', and 'BUSCAR'. The main headline is 'Governo do Rio anuncia pacote de medidas para combater crise'. Below the headline, there is a sub-headline: 'Coletiva de imprensa acontece nessa sexta-feira (4), no Palácio Guanabara. Luiz Fernando Pezão e seu vice, Francisco Dornelles, estarão presentes.' There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, Google+, and Pinterest. The article text begins with 'O Governo do Estado anuncia nesta sexta-feira (4), no Palácio Guanabara, um conjunto de medidas para equilibrar as contas públicas. O governador Luiz Fernando Pezão, o vice-governador Francisco Dornelles e os secretários de Fazenda, Gustavo Barbosa, de Planejamento, Francisco Caldas, e da Casa Civil, Leonardo Espindola, estarão na coletiva de imprensa para falar sobre os planos.' There is a note '(ATUALIZAÇÃO: no fim da manhã, o)'. On the right side, there are two related news items: 'SIGA: Trânsito, tempo e outras notícias do RJ' and 'VIDEO: "RJ" desta terça-feira, 19 de junho de 2016'.

Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/governo-do-rio-anuncia-pacote-de-medidas-para-combater-crise.htm>

O pacote de medidas, para o governo, propunha redução de gastos com o objetivo de conter os gastos e despesas promovendo uma certa austeridade econômica. Entretanto, as propostas apresentadas eram vistas como medidas de intensificação do sucateamento dos serviços públicos, por sindicatos e por grande parte dos servidores estaduais. A retirada de direitos adquiridos, proposta pelo governador Luiz Fernando Pezão, como o aumento da taxaço da previdência estadual, entre outras ações de conjunto, receberam o nome de “pacote de maldades”. Um exemplo, encontramos na manchete da matéria do jornal Esquerda Online, publicado em 6 de novembro de 2016.

Figura 9 – Notícia de *EsquerdaOnline* – Pezão lança pacote de maldades contra os servidores e o Rio de Janeiro



Fonte: <https://esquerdaonline.com.br/2016/11/06/peza0-lanca-pacote-de-maldades-contra-os-servidores-e-o-rio-de-janeiro/>

A diminuição de verbas públicas causaram grande insatisfação entre os profissionais do Estado, principalmente para a categoria da educação e da saúde.

As denúncias eram de que o caos financeiro enfrentado pelo governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB) fora herdado pelas políticas implementadas pelos governos anteriores: Sérgio Cabral – PMDB (2007-2010/2011-2014), Rosinha Garotinho – PSB (2003/2006) e Antony Garotinho – PDT (1999/2002).

A reestruturação da luta organizada dos servidores estaduais se deu mediante o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE), que teve início ao final do ano de 2015. Esse espaço foi de suma importância para a reorganização da unidade na luta dos servidores estaduais que, no final do mês de novembro, construíram juntos o conjunto de reivindicações.

A construção coletiva teve grande importância nas mobilizações. A unificação desse movimento contava com a participação de trinta e três categorias de classes do funcionalismo público estadual. Vários sindicatos se alinharam ao MUSPE, dentre eles o SEPE/RJ. O MUSPE¹ organizou vários atos unificados em 2015 e iniciou o ano de 2016 em luta.

No dia 02 de fevereiro, o governo Pezão lançou o “pacote de maldades”, composto por vinte e um projetos de lei encaminhados à ALERJ. Essas propostas

¹ O Renascer do MUSPE, disponível em <http://www.muspe.org/historico/>

de leis do executivo foram publicadas em Diário Oficial e se configuravam um ajuste fiscal, ou seja, corte de gastos.

Após a abertura do ano na casa legislativa, os projetos poderiam sofrer alterações mediante emendas dos parlamentares. Todavia, essas propostas foram recebidas com desagrado pelos funcionários estaduais, tendo como principal ataque a proposta de aumento da contribuição da previdência de 11% para 14%.

O resgate do MUSPE foi de grande importância para a construção dos atos contra a aprovação do “pacote de maldades” do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). Nos dias da votação, a movimentação aos arredores da ALERJ foi intensa, mobilizando diversos setores do funcionalismo público estadual, partidos políticos e movimentos sociais diversos, dentre eles o movimento estudantil.

A mobilização, já no início do ano de 2016, resultou em grandes atos do funcionalismo em torno da Assembleia Legislativa. Também foram realizadas passeatas rumo à sede do governo, localizada no bairro das Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Como já havia ocorrido ao final do ano de 2015, quando o MUSPE se reorganizou, servidores se concentravam no Largo do Machado em caminhada em direção ao Palácio das Laranjeiras.

Em resposta ao pacote do governo do estado e ao desmonte da educação estadual, os profissionais da rede estadual de ensino deflagraram greve na assembleia da categoria no dia 22 de fevereiro, com início marcado para o dia 02 de março². Esta data foi estratégica, levando em conta que dia primeiro de março seria quarta-feira de cinzas e a proposta do governo era iniciar as votações após o período de recesso do carnaval.

Os profissionais da educação vinculados à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), em assembleia no dia 24 de fevereiro decidiram, segundo o site³ do Sindicato dos Profissionais de Educação da FAETEC (SINDPEFAETEC), declarar estado de greve naquela data, com adesão à paralisação dos serviços por tempo indeterminado a partir do dia 02 de março. A luta pela educação estava se unificando.

Os docentes e funcionários da UERJ, bem como as demais universidades estaduais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF),

² Greve: estado para a partir de 02 de março, disponível em http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6698

³ Faetec em estado de greve, disponível em <http://sindpefaetec.org.br/?p=4304>

Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), profissionais da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ) e do Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) – também iniciaram a greve no mês de março.

A partir do movimento iniciado na educação pública estadual, o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE) mobilizou outras categorias para um movimento de greve unificada no estado. Noticiado nos mais diversos veículos de comunicação⁴, no início do mês de abril, o funcionalismo estadual encontrava-se em greve. De acordo com o MUSPE foi um total de trinta e três categorias participantes.

No jornal O Globo do dia 07 de abril de 2016, encontramos a notícia sobre o movimento que unificou 33 categorias de servidores do Estado.

Figura 10 – Anúncio da greve de 33 categorias do serviço público estadual



Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/servidores-de-33-categorias-do-estado-do-rj-estao-em-greve.html>

⁴ Com 500 mil servidores sem salários, RJ já sente efeito da greve, disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/com-500-mil-servidores-sem-salarios-rj-ja-sente-efeitos-da-greve-geral.html>; Servidores iniciam greve geral no Rio, disponível em <https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/servidores-iniciam-greve-geral-no-rio-19027748.html>; Greve de servidores paralisa serviços, disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2016-04-06/greve-de-servidores-paralisa-servicos.html

De acordo com notas na página do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), os profissionais encontravam-se desde 2014 sem reajuste salarial e com o pagamento do plano de carreira congelado, ou seja, as remunerações por tempo de serviço e por formação não eram devidamente pagas.

É importante destacar que outros setores do funcionalismo estadual também foram atingidos, uma vez que o não reajuste salarial era comum a todos os servidores. O não investimento no serviço público pode ser analisado como um processo de esvaziamento dos espaços de oferta de serviços pelo governo e aceleração no processo de privatização, haja vista o processo de terceirização de cozinheiras escolares e porteiros nas escolas das redes estaduais, da contratação de professores nas universidades estaduais e terceirização de diversos outros setores, como a administração de unidades de saúdes por Organizações Sociais (OSs).

A crise financeira foi agravada pelo atraso e parcelamento dos salários e o não pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário do ano de 2015. Destaco que os setores que não sofreram com os atrasos de pagamentos foram o judiciário e o legislativo por possuírem orçamento próprio.

De acordo com a página do SEPE⁵, a pauta comum ao funcionalismo público estadual era:

1. Os Trabalhadores dos Serviços Públicos Estaduais não vão pagar pela crise (nenhum atraso será admitido);
2. Reajuste já! Cumpra-se a Lei 1608/90!⁶
3. Pela imediata redução dos Cargos Comissionados!
4. Concurso público já! Pelo fim das terceirizações e contratos temporários!
5. Pela ampliação do IASERJ!
6. Contra o corte de verbas da saúde, educação e universidades!
7. Pela garantia do pagamento e dos direitos trabalhistas dos terceirizados!
8. Contra o assédio moral aos servidores públicos estaduais!
9. Pelo fim das isenções fiscais;
10. Contra a privatização, as OSs e as parcerias público- privadas!

⁵ Ver notícia em http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6578

⁶ Lei 1608/90 - Lei da data-base de reajuste salarial dos Servidores Estaduais

11. Pelo fim dos super-salários de parlamentares e governantes!

12. Contra a criminalização dos movimentos sociais!

O anúncio da redução de verbas para o ano de 2016, com grande impacto na educação, colocou o governo em xeque. Os ajustes fiscais apontados como solução para a “crise econômica” refletiam o agravamento da situação dos trabalhadores e aposentados. A justificativa do governador para a situação econômica do estado era a diminuição de recursos provenientes dos *royalties* do petróleo.

Por mais que se tenha solicitado a abertura das contas públicas para uma auditoria das dívidas, o acúmulo de dívidas pelo governo do estado era uma grande incógnita. Os gastos ao longo dos anos não eram feitos com transparência. A falta de verbas excedia a má administração, era fruto dos grandes esquemas financeiros na concessão de obras para os megaeventos que ocorreram no estado do Rio: a Copa do Mundo de futebol da FIFA, em 2014 e, principalmente, as Olimpíadas e Paraolimpíadas em 2016, as quais foram sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

No Jornal O Globo do dia 06/04/2016, outra reportagem aponta o movimento dos servidores estaduais.

Figura 11 – Servidores estaduais e profissionais de educação fazem protesto



Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/profissionais-de-educacao-fazem-protesto-na-zona-sul-do-rio.html>

A reportagem afirma que eram cerca de 2 mil funcionários públicos que participaram da passeata até o Palácio Guanabara, sede do governo estadual. O governador em exercício, Francisco Dornelles, que naquela ocasião recebeu um grupo de representantes dos funcionários, teria dito, segundo o jornal, que se estivesse no lugar deles, "estaria fazendo a mesma coisa", ou seja, protestando. Porém, mesmo tendo recebido os representantes do movimento, não houve negociação.

Os setores da segurança pública também foram atingidos com as políticas de ajuste do governo. Policiais civis, bombeiros militares e policiais militares se somaram à luta contra os ajustes resultando em uma forte ação direta durante as manifestações.

A segurança pública tem sido, historicamente, o principal órgão de repressão dos movimentos sociais. Sem o pagamento dos salários, os policiais se manifestaram: ocuparam, junto com os bombeiros, a ALERJ.

O confronto direto entre os manifestantes, a polícia militar e a guarda patrimonial, bem como a ocupação da ALERJ por manifestantes em dias de votação, fez com que o espaço de votações fosse sitiado. Grades de proteção garantiram que os manifestantes não adentrassem a assembleia, mas não amenizou os conflitos.

Além de realizar negociações com o MUSPE, com a promessa de pagamento dos salários atrasados, o governo propôs a retirada dos funcionários da segurança pública do ajuste fiscal. Os funcionários da segurança seriam retirados da proposta de aumento da arrecadação previdenciária. Essas negociações fizeram com que alguns setores saíssem da greve.

Ainda que o pagamento dos servidores da rede estadual de ensino estivesse garantido, as pautas da educação não tinham avançado nas negociações a ponto de suspender a greve. O problema envolvendo a educação estadual era mais complexo.

No final do mês de março, o governador Pezão se licenciou devido a um tratamento de saúde, assumindo a governança seu vice, Fernando Dornelles. O afastamento do governador foi notícia do Jornal O Globo, em 26 de março de 2016.

Figura 12 – Reportagem anuncia licença médica e afastamento oficial do governador Pezão



Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/licenca-medica-de-pezao-comeca-nesta-segunda-feira.html>

Dornelles decretou o estado de calamidade pública do Estado do Rio no ímpeto de arrecadar do governo federal maior verba para sanar os problemas. As inúmeras denúncias culpabilizavam a situação de crise em que se encontrava o Rio de Janeiro e a má administração do dinheiro público, as políticas de isenção fiscal das grandes empresas e ao endividamento do Estado. A aprovação pela ALERJ do decreto de calamidade pública, pelo texto substitutivo do projeto de lei 2.150/2016, que poderia ser a porta para a demissão de funcionários públicos, conforme noticiado no jornal O Dia em 02/07/2016.

Foram cinco meses de greve, de fevereiro a julho de 2016, fortalecida pela participação dos profissionais da rede pública estadual, da rede FAETEC e das universidades estaduais (CECIERJ, CEDERJ, UERJ, UENF, UEZO).

As notícias publicadas nos jornais e aquelas divulgadas pelos movimentos sociais, especialmente os sindicatos docentes do país, vão compondo um cenário de desmonte da educação pública. A garantia da educação pública e gratuita de qualidade social, algo que parecia já consolidado, volta à cena de luta. Assim como volta à cena de luta a educação inclusiva, laica, que busca igualdade de direitos e oportunidades, bem como a construção cidadã e a autonomia.

Ainda na busca por traçar um panorama do ano das ocupações das escolas secundaristas no Rio de Janeiro, acredito ser fundamental retratar a retórica da crise econômica e política em que se encontrava o estado do Rio de Janeiro. Eram inúmeras as acusações ao governo de Luiz Fernando de Souza (Pezão) e seu vice, Francisco Dornelles oriundas das medidas legais que retiravam direitos em nome da austeridade do estado.

O descontentamento e desacordo com as medidas propostas e adotadas geraram movimentos de greve entre os profissionais de educação e outros setores do funcionalismo público estadual, dentre eles trabalhadores da Polícia Civil, Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Instituto Médico Legal (IML).

O movimento de luta dos profissionais de educação passou a contar com o apoio dos estudantes, tendo a unificação das pautas reivindicatórias. Neste processo de apoio e participação dos estudantes no movimento de greve, os estudantes secundaristas iniciaram o que ficou conhecido como movimento de ocupações de escolas. Unidades de ensino nas redes estadual e na FAETEC foram tomadas pelos estudantes em um processo complexo de organização estudantil. Este movimento será discutido no próximo capítulo.

Em 26 de julho, em assembleia, a rede estadual de ensino suspendeu o movimento de greve. Os profissionais de educação da FAETEC, em assembleia própria, decidiram pela suspensão da greve em 05 de julho.

As ocupações estudantis na rede estadual de ensino e na rede FAETEC também tiveram seu fim logo após à suspensão da greve dos profissionais de educação, mediante mandato judicial exigindo o fim das ocupações e retorno imediato das atividades regulares nas unidades escolares. É certo que as ocupações estudantis obtiveram algumas conquistas em suas pautas.

É fato também que o fim da greve não terminou com os conflitos. Medidas em forma de lei, que eram contrárias aos trabalhadores do estado e contra órgãos públicos, foram encaminhadas pelo executivo ao legislativo, mas questionadas pelos servidores.

Ao final do ano de 2016, Pezão retorna ao governo e novamente encaminha o “pacote de maldades” para votação. Com menos força entre sua base aliada, o pacote sofre cortes significativos em suas proposições. A visibilidade dos ataques do governo fluminense já alcançava repercussão nacional. Além de ser amplamente divulgado em todo estado.

Em reportagem do jornal O Dia, divulgada em 16/11/2016, com título “Manifestantes derrubam grades na Alerj e entram em confronto com o Choque”, vemos a imagem na qual se estaca as grades, à frente da Assembleia Legislativa, os policiais e os manifestantes tentando derrubá-las, no intuito de ocupar aquele espaço.

Figura 13 – Foto da reportagem sobre manifestação dos servidores estaduais e confronto com a Polícia Militar em dia de votação do “pacote de maldades” na ALERJ



Fonte: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2016-11-16/manifestacao-em-frente-a-alerj-tem-tumulto-e-confronto-com-a-policia.html

A mobilização dos servidores teve como “resposta” do governo estadual, bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e cassetetes, na tentativa de desmobilização e amedrontamento dos ativistas. Uma conhecida política de ataque à livre manifestação: reprimir a participação popular em protestos contra as medidas adotadas pelo governador do estado e restringindo a luta por reivindicação de seus direitos.

No entanto, ao fim, os deputados estaduais que formam a base do governo executivo, conseguiram aprovação de parte do pacote. O funcionalismo público é um dos alvos principais, pois havia entre as propostas de “austeridade” alguns ataques específicos aos trabalhadores do serviço público: aumento da contribuição previdenciária, da idade mínima para aposentadoria, cortes nos programas de assistência social, suspensão de concursos e de convocação dos concursado. No jornal Causa Operária encontramos o anúncio:

Figura 14 – Reportagem registra o dia da aprovação das medidas de lei propostas pelo governo na Alerj

6 DE NOVEMBRO DE 2016

Alerj aprova duro ataque a funcionários públicos



Fonte: <https://www.causaoperaria.org.br/acervo/blog/2016/11/06/alerj-aprova-duro-ataque-a-funcionarios-publicos/#.WymYRvZFwdl>

Mesmo com os protestos e mobilização das categorias, os servidores estaduais não conseguiram suspender a votação. Foram incorporadas dezenas de emendas que modificavam o caráter inicial do pacote como estratégia política, para muitos parlamentares, de modo a garantir a aprovação das propostas de lei.

Figura 15 – Reportagem apresenta o pacote de leis do governador Pezão como medidas de austeridade



Jornal GGN - No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa começa a votar os dois primeiros dos 21 projetos que fazem parte do pacote de corte de gastos do governo Luiz Fernando Pezão (PMDB).

Fonte: <https://jornalgggn.com.br/noticia/com-protestos-alerj-comeca-a-votar-pacote-de-austeridade>

Já em 16/11/2016, na coluna “Luis Nassif *Online*”, publicada no jornal GGN, encontramos a manchete que atesta o início da votação do que, neste veículo, é chamado de “pacote de austeridade”. Mais uma vez, a ocorrência da disputa ideológica dos sentidos e das palavras na retórica da crise econômica. A foto que acompanha a matéria não deixa dúvidas da presença massiva do funcionalismo na ALERJ.

Os ajustes fiscais, que Pezão tentou implementar no estado do Rio, seria mais tarde proposto pelo mesmo governo do PMDB em âmbito nacional. Após o golpe de Estado, que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o então presidente Michel Temer, nomeado por parte da população como golpista, pela natureza de sua posse, acentuou os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

Com a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 55/241 pela Câmara do Deputados e pelo Senado brasileiros, teremos vinte anos de limitações dos investimentos em serviços básicos, como saúde e educação. Esta medida irá se refletir na restrição de investimentos em políticas públicas para a educação.

A conjuntura nacional e local mereceria um estudo mais aprofundado. Todavia, meu intuito neste trabalho foi o de apresentar um quadro mais geral e amplo que pudesse apresentar o contexto no qual emergiu o movimento Ocupação das escolas secundaristas no Rio de Janeiro. Mesmo sabendo que haveria muito mais a dizer, me atrevi a traçar esse panorama.

2.1 A greve dos profissionais de educação da rede estadual

Visto que minha proposta de pesquisa nasce do meu envolvimento junto aos movimentos sociais de luta pela valorização da educação pública estadual, especificamente a participação e atuação junto ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), considero fundamental apresentar o movimento de greve dos profissionais de educação da rede estadual do Rio de Janeiro no ano de 2016.

Lembro, ainda, a importância desse movimento para a construção e luta estudantil, inclusive para o debate sobre suas contradições, acordos e desacordos acerca de seu processo. A mobilização de estudantes desencadeou as ocupações de escolas estaduais, tema de pesquisa desta dissertação.

Para que se torne mais claro os caminhos da investigação é fundamental compreender como se deu o processo de mobilização, que levou os profissionais de educação à deflagração da paralisação por tempo indeterminado.

Para entender o que se deu no ano das ocupações, é preciso lembrar que os anos anteriores trouxeram marcas para a luta dos trabalhadores da educação. As greves nos anos de 2013 e 2014 não repercutiram de maneira positiva, uma vez que não houve grandes ganhos. À medida que o governo avançava na retirada de direitos de profissionais e de estudantes, acelerava o processo de desmonte da educação da rede estadual de ensino.

No ano de 2015, a rede estadual sofreu um forte impacto com o corte de funcionários: a retirada dos auxiliares de portaria, a redução de profissionais terceirizados da limpeza e da cozinha, a falta de professores e a suspensão da chamada dos concursados foram alguns dos graves problemas enfrentados pelas

escolas estaduais, os quais prejudicaram (e prejudicam) o funcionamento cotidiano das instituições.

O SEPE/RJ, representante sindical legítimo da categoria, manteve negociações regulares com o governo ao longo do ano de 2015. Entretanto, segundo notas oficiais do sindicato⁷, não houve avanços. A situação da rede estadual estava a cada dia mais grave. Ao final do ano letivo, após constantes tentativas de resolução dos entraves, a categoria encontrava-se em uma situação de abandono. A desestruturação da rede de ensino reafirmava que a educação não era prioridade para os governantes do Estado do Rio.

Sem perspectivas de avanços nas negociações, o SEPE convocou uma assembleia extraordinária no dia 08 de dezembro do mesmo ano (2015). Mais de 400 profissionais reunidos decidiram os caminhos da luta e aprovaram o estado de greve. O processo que se desenhava era a deflagração da greve por tempo indeterminado com a finalidade de garantir a conquista das pautas e valorização da educação pública gratuita ofertada pelo Estado.

O direito dos trabalhadores organizarem-se em greve é previsto e garantido pela Constituição Federal. Deste modo é preciso que a indicação da greve como instrumento de negociação e via de reivindicações de direitos seja divulgada e anunciada com antecedência, para garantir a legalidade do processo, indicando os caminhos que levaram a sua construção. A paralisação dos serviços deve ser o último recurso de negociação. Após esgotadas todas as alternativas, o anúncio do estado de greve ainda dava esperança de abertura de negociações efetivas com os responsáveis dentro do governo, sendo a principal figura o governador do estado Luiz Fernando Pezão.

O ano letivo de 2016 teve início com uma forte mobilização das comunidades escolares. Juntos, profissionais de educação e estudantes denunciavam as péssimas condições que se encontrava a maior parte das instituições de ensino da rede. A precarização da oferta da educação pública estadual nutria a indignação daqueles que vivenciavam a educação todos os dias. Eles foram às ruas denunciar o que estava acontecendo nas escolas. Foi fundamental a participação de pais e responsáveis. Das passeatas de ruas às ocupações, o movimento estudantil foi fundamental apoio ao movimento dos educadores.

⁷ Notícias publicadas em: <http://www.seperj.org.br/noticias.php>

Apesar da mobilização das escolas, as negociações não foram a frente. Não houve acordo acerca das reivindicações da categoria e de estudantes. Para piorar a situação, Pezão encaminhou à ALERJ um pacote de leis, o supracitado “pacote de maldades”, que propunha precarizar ainda mais a vida dos servidores estaduais. Momento em que houve o fortalecimento da luta com outras categorias junto ao MUSPE.

Os cortes de verbas aprovados pelo governo do estado, a falta de profissionais, as dificuldades para o funcionamento no dia a dia de grande parte das escolas, a falta de recursos materiais nas escolas, o congelamento do plano de carreiras, a desvalorização salarial amargada com o congelamento dos reajustes salariais e o não atendimento das demais pautas em negociação entre a categoria, representada por seu sindicato, e o governo fizeram com que os profissionais assumissem uma posição combativa e, em assembleia, deflagrassem a greve.

De acordo com informes oficiais do sindicato⁸, no dia 22 de fevereiro, mais de 1000 profissionais reunidos aprovaram a greve por ampla maioria com início para o dia 02 de março. O primeiro boletim da greve do SEPE/RJ apresenta a pauta geral de greve com as reivindicações dos profissionais:

Figura 16 – Pauta dos profissionais da Rede Estadual de Ensino

VEJA O QUE REIVINDICAMOS	
<p>Abaixo, a pauta de reivindicações entregue ao governo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Reajuste salarial já; 2) Contra o reajuste do percentual descontado para a previdência e pacote de reforma do regime previdenciário dos profissionais de educação; 3) Retorno do calendário anterior de pagamento; 4) Fim do parcelamento de salários; 5) Pagamento integral do décimo terceiro salário; 6) Arquivamento do PL do governo que muda o Rioprevidência; 7) Realização de concurso público para funcionários técnico-administrativos; 8) Atendimento da pauta pedagógica (cumprimento da reserva de um terço da carga horária docente para realizações de atividades extraclasse - Lei nº 11.738/2008), nenhuma disciplina com menos 	<p>de dois tempos semanais, carga horária concentrada em uma única escola, eleição direta para direções escolares, redução do número de alunos em sala de aula e fim da política meritocrática com imposição de avaliações externas sem amplo e prévio debate com as comunidades escolares);</p> <ol style="list-style-type: none"> 9) Plano unificado de cargos e salários e formação em serviço para os funcionários; 10) Redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais para funcionários técnico-administrativos, formalizando o acordo em curso desde meados da década de 90; 11) Efetivação dos enquadramentos por formação dos docentes, incorporando os valores à remuneração docente e pagando os valores pretéritos; 12) Descentralização da perícia médica e fim da terceirização da mesma.

Fonte: <http://www.seperj.org.br>

Dentre as pautas apresentadas, considero como pautas principais de reivindicação e negociações: o reajuste salarial que estava congelado (0%) desde o ano de 2014; a não aprovação do aumento da contribuição da previdência de 11% para 14% (com a proposta de aumento gradativo até alcançar o índice de 19%), com a inclusão do desconto de servidores aposentados; retorno do calendário de

⁸ Rede estadual decide entrar em greve a partir do dia 02 de março, disponível em: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6697

pagamento; fim dos parcelamentos de salários; pagamento integral do 13º salário e arquivamento da PL que modificaria o Rio Previdência (órgão responsável pela administração das aposentadorias do Estado).

Além das diversas pautas que perpassavam as melhorias das condições de trabalho, como apresentado acima, as pautas pedagógicas tinham relevância para a manutenção do funcionamento diário das escolas. Destaco, ainda, a pauta histórica de reivindicação de 30 horas de trabalho semanal para funcionários técnicos-administrativos.

Lembro que o reajuste salarial dos funcionários é regulamentado pela lei da data base, nº 1608/90, que indica como deve ser calculado o reajuste anual dos servidores públicos estaduais e a data em que deve ocorrer a modificação do valor do vencimento. Sendo assim, o governo vinha descumprindo esse direito fazendo com que os salários ficassem defasados e achatados, pois não seguiram o crescimento econômico.

De acordo com a tabela de salários dos professores no site do SEPE/RJ⁹, vigente em maio de 2018, o vencimento inicial dos profissionais, sem reajuste salarial desde 2014 correspondia a:

Docente I (ensino fundamental II e ensino médio)	salário inicial para carga horária de 16 horas/semana	R\$ 940,17
Docente I (ensino fundamental II e ensino médio)	salário inicial para carga horária de 30 horas/semana	R\$ 1.762,80
Docente II (séries iniciais – fundamental I), cargo em extinção na redes	salário inicial para carga horária de 22 horas/semana	R\$ 940,16
Professor supervisor escolar, orientador educacional e inspetor escolar	salário inicial carga horária de 25 horas/semana	R\$ 1.842,71

A rede estadual de ensino pagava, nesta época, valores iniciais da carreira no magistério que não correspondiam, sequer, ao valor do piso nacional do magistério

⁹ Estado do Rio de Janeiro – Tabela salarial do magistério, disponível em: <http://www.seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim486.pdf>

garantido pela lei 11.738/2008¹⁰. Proporcional a carga horária e valor de proventos, pode-se afirmar que a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro não garantia o valor mínimo disposto na lei nacional.

Ressalto, nesse contexto, que a lei determina um valor igual a nível nacional para o magistério a partir da formação mínima, Curso Normal, com carga horária de 40 horas semanais. O piso nacional reajustado em 2018 é de R\$ 2.455,35, segundo o portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Somado a salários sem devido reajuste, o governo encaminhava para a assembleia legislativa a proposta de aumento da arrecadação previdenciária de 11% para 14%. Retirar mais valores dos salários sem aumento representava nova perda salarial. A justificativa do governo para o não cumprimento da lei da data base e aumento da alíquota era a “crise econômica” que o estado apresentava. Novamente nos deparamos com a retórica da crise ou desmonte do serviço público estadual.

O conjunto dos trabalhadores do Estado se mostrou indignado perante medidas governamentais que retiravam direitos rebaixando os salários. Em contrapartida, favoreciam grupos empresariais que obtinham isenção de pagamento dos impostos atrasados, como por exemplo a concedida à Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), no valor estimulado de 850 milhões de reais no ano de 2016.¹¹

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) questionou as concessões aplicadas às empresas. Como vemos na reportagem de O Globo no dia 08 de março de 2016.

¹⁰ LEI Nº 11.738/08, Lei do Piso Nacional do Magistério

¹¹ Assembleia neste sábado vai discutir a greve na rede estadual de educação, disponível em: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6694

Figura 17 – Reportagem de O Globo apresenta relatório TCE sobre a soma de R\$ 138 bilhões em isenções fiscais do governo do Rio



Fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html>

De acordo com a reportagem, o TCE, órgão público responsável pelo controle das contas do Estado, expôs as tensões acerca da crise financeira. Ao alegar que há uma política de isenções fiscais, o órgão afirma que o Estado deixou de receber cerca de 138 bilhões de reais. Valor este que poderiam contribuir para a regularização das finanças. No entanto, o poder executivo manteve os processos de isenções alegando, dentre alguns argumentos, que tal ação fortaleceria a abertura de vagas e ampliação da oferta de empregos.

Adicionado às perdas salariais, o parcelamento dos pagamentos, ao longo do final do ano de 2015, fez com que a insatisfação crescesse entre os servidores estaduais. Para piorar a situação dos funcionários públicos, além de terem o recebimento de proventos dividido, a data de pagamento foi alterada. O governo chegou a atrasar praticamente um mês de pagamento quando, em outubro de 2015, realizou o pagamento próximo ao final do mês.

A luta pelo retorno do calendário de pagamento para o início do mês, era pauta de suma importância. Além de terem seus salários achatados e ameaçados de maiores valores de tributação, os profissionais agora contavam com a mudança da data de pagamento que prejudicou ainda mais a vida financeira dessas pessoas, as quais passavam a ficar sem saber quando iriam receber seu salário. Era

inevitável pagar as contas com atraso e somada a juros, a situação financeira era ainda mais agravada.

A suspensão de outros direitos garantidos pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) também fazia com que a remuneração fosse prejudicada. Direitos garantidos como progressão funcional, enquadramento salarial de acordo com o nível de formação que o servidor alcança e progressão salarial de acordo com o tempo de serviço dos funcionários foram suspensos.

É importante lembrar que esses direitos, garantidos pela categoria em muitas lutas, asseguram em certa medida a valorização salarial dos profissionais ao longo dos anos. Um antigo debate sobre as condições de trabalho dos profissionais de educação das redes públicas. Progressão de acordo com a formação: graduação, pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; progressão por tempo de serviço: o triênio e o quinquênio, remuneração de 03 em 03 anos e de 05 em 05 anos.

As contas atrasadas, bem como os pagamento fora da data e em parcelas, o aumento do desconto referente à previdência, o não recebimento dos direitos garantidos no plano de carreira foram importantes fatores para desestabilizar a vida dos profissionais. O não pagamento do 13º salário ao final de 2015, tampouco no início de 2016, foi outro fator que fortaleceu as mobilizações.

Associada à turbulência econômica, os profissionais de educação enfrentavam grandes dificuldades no cotidiano das escolas. Os ataques pedagógicos também prejudicavam o funcionamento das unidades tendo a falta de profissionais como fator alarmante. O não cumprimento da lei 11.738/2008 que garante o mínimo de 1/3 da carga horária de trabalho para planejamento e estudos, além do piso nacional do magistério; o cancelamento da chamada de novos concursados, visto que a rede estadual possuía carência real de professores; a não garantia de manter a carga horária total de matrícula em apenas uma unidade escolar; são alguns dos exemplos dessas ações contrárias ao fazer pedagógico cotidiano na rede estadual.

Faltava segurança na permanência de todos, com a ausência de porteiros. A manutenção das escolas e o trabalho nas cozinhas era reduzido. A falta de professores era afetada pela não convocação dos concursados, com isso os estudantes continuavam com disciplinas sem professores. A ausência de porteiros nas escolas tornava (torna) o cotidiano conturbado, pois sem esse profissional

essencial outros precisavam assumir a tarefa, assim deixando seus setores em falta. A política do “tapar o sol com a peneira” acentuava (acentua) o caos na rede.

De acordo com os boletins informativos do SEPE/RJ, o não cumprimento da lei 11.738/2008, não somente em relação ao valor do piso, mas também quanto à regulamentação e garantia do mínimo de 1/3 da carga horária para planejamento e estudos, era uma das pautas pedagógicas. Assim como a reivindicação pela mudança curricular garantindo que nenhuma disciplina teria menos de um tempo de aula. A reformulação curricular previa melhoria na oferta das aulas com tempo mais amplo para o trabalho pedagógico, benefício para educandos e educadores. Atrelada a ampliação da carga horária das disciplinas estava a luta por garantir que os professores cumprissem toda sua carga horária em apenas uma unidade escolar.

A campanha “uma matrícula, uma escola” visava à melhoria na oferta das aulas e, principalmente, das condições de trabalho do professor. Era fundamental compreender que apenas um tempo não é suficiente para desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, além de exigir do profissional um deslocamento maior. Caso as aulas fossem ministradas em dois tempos, a quantidade de turmas atendidas seria reduzida pela metade. O professor não precisaria se deslocar entre tantas escolas para cumprir sua carga horária resultando em melhores condições de trabalho.

É importante ressaltar que a luta pela redução do número de estudantes em sala também contribuía para a melhoria pedagógica. Além da falta de climatização das salas, o alto número de discentes os prejudicava pedagogicamente, assim como o trabalho dos professores. Ressalto que as formulações das pautas de reivindicações por condições de trabalho dignas e de melhorias no campo pedagógico são realizadas coletivamente durante assembleias, reuniões de representantes das escolas, conselhos deliberativos e grupos de trabalho dentro do sindicato. As decisões não tomadas pelo conjunto da direção, mas pelo conjunto da categoria em seus espaços deliberativos.

A falta de funcionários nas escolas também refletia os problemas enfrentados. Era necessário lutar pela garantia do concurso público para cargos que estavam em extinção na rede e foram entregues ao setor terceirizado: funcionários da limpeza, porteiros e merendeiros. A terceirização precariza a vida dos trabalhadores e não garante direitos. As demissões que aconteceram ao longo de 2015 sendo acentuadas no início do ano de 2016 deixaram as escolas sem porteiros para

assegurar a comunidade escolar, reduziu o número de funcionários de limpeza e da cozinha, prejudicando o seu dia a dia das escolas.

Dentre as reivindicações da categoria, a unificação do plano de carreira para os funcionários e a garantia da formação em serviço eram fundamentais. Bem como, a redução da carga horária de trabalho de 40 para 30 horas semanais, uma pauta histórica que é pleiteada, segundo o SEPE, desde a década de 1990. A luta pelos direitos dos funcionários é fundamental para que se garanta uma educação pública de qualidade, sendo relevante considerar que os funcionários da escola também são educadores.

À pauta geral foram somadas reivindicações que também faziam parte da luta estudantil como, por exemplo, a reivindicação de processo de eleição direta consultiva à comunidade escolar para direção de escolas da rede e o fim da política de meritocracia com avaliações externas: o fim da aplicação do Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ).

A pauta da gestão democrática reflete a ingerência do governo estadual na administração das unidades escolares. Fator que reduz a autonomia das escolas, uma vez que a indicação de diretores como cargo de confiança do Estado possibilitam maior intervenção dos gestores da secretaria de educação e no cotidiano das unidades escolares. Ainda que haja direções mais democráticas, a ingerência da administração direta das políticas governamentais por meio de indicação política são fortalecidas.

A falta de autonomia pedagógica na metodologia de avaliação e indicação de diretores pela Secretaria de Educação, como cargo de confiança do Estado, eram pautas caras à redemocratização do ensino na rede estadual do Rio de Janeiro.

Assim sendo, a luta pela eleição nas escolas estaduais do Rio de Janeiro buscava tornar o processo de administração das unidades um pouco mais democrático tendo a participação direta da comunidade escolar na escolha das direções.

Para além da garantia do processo consultivo, era preciso que a comunidade escolar construísse alternativas e projetos de escolas a serem debatidos e fomentados coletivamente. É um processo longo e árduo, no entanto necessário e possível com a garantia da busca por processos mais democráticos nas instituições de ensino estaduais.

Ao longo do movimento de greve, o SEPE esteve em negociações das pautas da categoria. Porém, a intransigência do governo fez com que a greve no ano de 2016 se estendesse por longos cinco meses de muita luta, passeatas, atos públicos, ocupação de escolas pelos estudantes e unificação das lutas dos servidores estaduais. Durante esse processo, no mês de maio, o Secretário de Educação Antonio Neto foi exonerado assumindo o cargo o presidente da FAETEC, Wagner Victer. Seu perfil pouco conciliador, apontado nos anos de presidência da FAETEC, dificultou ainda mais as negociações.

Após muitas tentativas de acordos políticos, com o desgaste natural de um longo tempo de greve, o movimento foi enfraquecendo. Houve atendimento de algumas pautas, outras ainda em negociação, mas uma importante representatividade da luta por direitos. Em assembleia, a maioria dos profissionais de educação da rede estadual de ensino votaram o fim da greve no dia 26 de junho. Foi uma das greves mais longas da história da educação estadual – com duração, como mencionado, de aproximadamente cinco meses.

A histórica pauta da redução da carga horária para 30 horas semanais para funcionários foi aprovada na ALERJ. Uma reivindicação que existe desde a implantação do plano de carreira em 1988 que instituiu as 40 horas de trabalho na semana.

Nesse contexto, as disciplinas de filosofia e sociologia passaram a ter dois tempos, em uma vitória parcial da pauta, pois Artes e Educação Física continuaram com apenas um tempo.

Dentre outras conquistas apresentadas no Boletim do Sepe em 12 de setembro de 2016, o fim do SAERJ e a consulta à comunidade escolar para direção de direção foram importantes vitórias do movimento unificado entre os profissionais de educação e o movimento estudantil de ocupações.

É importante ressaltar que o movimento estudantil apoiou a luta dos profissionais de educação e que esses profissionais também apoiaram o movimento estudantil. Entretanto, cada movimento constituiu-se de modo independente, ainda que a unificação das lutas tenha trazido importantes vitórias.

Mesmo após o fim da greve dos profissionais de educação, a mobilização desses servidores não parou. Como consequência desta mobilização, houve uma redução na aprovação dos projetos de lei que pretendiam retirar direitos. Das vinte e duas propostas apresentadas, quatorze foram retiradas ou devolvidas, uma foi

rejeitada e sete aprovadas. Segundo a página *online* oficial da Alerj, dentre os projetos de lei removidos ou devolvidos, que eram pautas de luta dos trabalhadores da educação, destaco: PL 2.241/16 que criava uma alíquota extraordinária de até 30% na folha de ativos e inativos: devolvido pela Alerj por apresentar uma redução drástica nos salários, principalmente de aposentados, devolvido ao executivo em 09/11; PL 2.244/16 que extinguiu o adicional por tempo de serviço para todos os servidores: teve sua tramitação suspensa pela justiça e impedido de tramitar no dia 16/11; PL 2.245/16 que adia para 2020 aumentos salariais aprovados em 2014 e que entrariam em vigor em 2017 ou 2018, a proposta foi devolvida ao executivo em 19/12; PL 2.240/16 que muda as regras no Rioprevidência como o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, foi retirada de pauta em 19/12 para ser discutida no ano seguinte, 2017.

Não bastasse os problemas enfrentados no Estado, a classe trabalhadora deparou-se com um cenário conturbado também na esfera federal. O golpe de 2016, que resultou na aplicação de uma política econômica ainda mais agressiva à classe trabalhadora, diminuiu investimentos, principalmente no campo da educação. O congelamento dos investimentos em saúde e educação por longos vinte anos, a tramitação do projeto de lei 867/2015 “Escola sem partido”, a reforma trabalhista e a reforma da previdência foram graves ataques duramente combatidos no ano de 2016. Afirmando o quão necessárias serão a mobilização e a resistência nos anos seguintes a essas ofensivas, haja vista a política adotada pelo governo federal, na figura do presidente ilegítimo Michel Temer, de extrema precarização da vida no trabalho e retirada de direitos.

Mesmo levando em consideração a importância do contexto nacional para a compreensão de aspectos dos movimentos regionais, faço uma opção por não trazê-lo. Esta escolha se deveu à preocupação de não ampliar meu foco nesta dissertação por caminhos que poderiam resultar no afastamento da temática desta pesquisa: o movimento de ocupação das escolas localizadas na rede estadual do Rio de Janeiro.

3 OS SECUNDARISTA DO RIO DE JANEIRO OCUPAM AS ESCOLAS. OCUPA TUDO!

Histórias, nossas histórias
Dias de luta, dias de glória
Hoje estou feliz
Acordei com o pé direito
E eu vou fazer de novo
E vou fazer muito bem feito
Chorão e Thiago Castanho

Neste capítulo, apresento o movimento estudantil de ocupação de escolas na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro ocorrido no ano de 2016. Vi, nas ruas, nos jornais, nas redes sociais, a inquietação de jovens que contavam suas histórias cotidianas nas unidades escolares de ensino do Estado. Os secundaristas se somaram às muitas lutas por direitos em educação que eram retirados mediante políticas públicas, em forma de lei. *Dias de luta, dias de glória*, como compuseram e cantaram Chorão e Thiago Castanho com a banda Charlie Brown Jr.

Via a alegria nos rostos dos jovens que *acordavam com o pé direito* e, dispostos a lutar, *fazer bem feito*, foram se somando às lutas pelo direito à educação pública gratuita de qualidade social. Sentia a energia e disposição ao estarmos juntos, profissionais de educação e estudantes, reivindicando que o governantes vissem e ouvissem suas/nossas vozes.

Os secundaristas mostraram-se inquietos diante do processo de sucateamento da oferta da educação pelo governo do estado e pelas políticas públicas adotadas. Foram às ruas em marchas e passeatas e denunciaram em seus cartazes o desmonte cotidiano nas unidades de ensino da rede estadual. Eles anunciaram que não se calariam perante o descaso do governo com a educação pública.

O movimento de ocupação das escolas foi o clímax das reivindicações estudantis. As razões eram muitas e declaradas em diversos espaços com o intuito de alertar a toda a sociedade civil como os governantes sucateavam a oferta de ensino na rede pública estadual.

Figura 18 – Reportagem apresentação as razões que fizeram estudantes ocuparem as escolas da rede estadual

EXPRESSO

Por que os secundaristas do Rio estão ocupando escolas

Ana Freitas 19 Abr 2016 (atualizado 19/Abr 18h09)

Movimento paulista inspira estudantes que ocupam colégio estaduais. E os protestos coincidem com greve de professores

FOTO: AGENCIA BRASIL

O ESTOPIM DAS REIVINDICAÇÕES FOI O ANÚNCIO DE QUE A VERBA DESTINADA À EDUCAÇÃO SOFRERIA 9,3% PELO GOVERNADOR PEZÃO EM 2016

Fonte: <http://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/04/19/Por-que-os-secundaristas-do-Rio-estão-ocupando-escolas>

De acordo com a reportagem de Ana Freitas, em o Nexo Jornal, “As reivindicações dos estudantes cariocas tiveram como estopim o anúncio de que a verba estadual destinada pelo governador Luís Fernando Pezão à educação diminuiria em 9,3% em 2016.” Desse modo, atingindo diretamente a oferta da educação e manutenção da qualidade da escola pública gratuita na rede estadual de ensino.

No estado do Rio de Janeiro, o governo anunciou, ao final do ano de 2015, que as verbas para a educação não sofreria aumento, deste modo a arrecadação para o ano de 2016 seria, inicialmente, a mesma do ano anterior. Ao considerar que o valor destinado aos setores da educação seria o mesmo, pode-se afirmar que houve uma redução da verba mediante a previsão de arrecadação orçamentária.

Desse modo, a principal motivação para a mobilização dos estudantes tornou-se o corte de verbas feito pelo governo. Era previsível a redução de investimento na educação do estado. A partir desse anúncio, os estudantes começaram a se articular e a formular de suas próprias demandas educacionais.

A redução do orçamento para a educação, como apresentado no capítulo anterior, foi uma das políticas de governo que culminaram na greve dos profissionais

de educação. Em meio ao movimento de greve dos profissionais de Educação, os estudantes se mobilizaram e somaram suas forças na luta unificando as pautas de luta com os educadores, como, por exemplo, a ocorrência do pagamento integral dos salários.

Nas páginas de mobilização estudantil nas redes sociais¹², encontrei registros de passeatas realizadas em diferentes bairros da capital, como por exemplo: Méier, Jacarepaguá, Tijuca; e em diferentes municípios de norte a sul do estado: Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Saquarema, Friburgo, Angra dos Reis, Volta Redonda, Barra Mansa.

A presença e participação ativa do movimento secundarista eram emblemáticas, pois, mediante suas ações políticas, esses jovens mostraram que o espaço escolar é seu por natureza. Em suas vozes ecoavam o pertencimento não somente ao local físico, mas ao espaço de construção política das instituições de ensino.

Eles anunciavam que **Agora a aula é na rua**. Com cartazes estiadados, megafones em mãos, com suas vozes em coro, os secundaristas gritavam palavras de ordem denunciando a realidade de grande parte das escolas da rede pública estadual e as condições precárias nas quais muitas delas se encontravam.

Figura 19 – Passeata de estudantes em Niterói / Fevereiro de 2016



Fonte: Arquivo pessoal

Em suas denúncias, era possível identificar a indignação por falta de profissionais, o número elevado de alunos em sala de aula, a ausência da

¹² Algumas páginas do movimento estudantil no facebook:
<https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/>; <https://www.facebook.com/SecundaristasEmLutaRJ/>

climatização que deixava as salas com calor excessivo sendo chamadas por eles de “saunas de aula”, falta de material pedagógico e limpeza, dentre outras questões que foram expostas ao longo da mobilização estudantil.

Suas vozes, então, atravessavam os muros das escolas para dialogar com toda a população sobre o cotidiano nas escolas públicas do estado do Rio e para afirmar que apoiavam a greve dos profissionais de educação somando-se às lutas.

O diálogo é diálogo entre vozes – vozes não monológicas e íntegras, mas vozes internamente dialógicas e cindidas – e a voz, diz Bakhtin em 1929, é posição ideológica encarnada (BAKHTIN, VOLOCHÍNOV, 2011). Diálogo esse que existe quando encarnado, pleno de sentidos e reações a outras palavras. Um encontro de vozes que se confrontam. Era essa encarnação do diálogo que movimentou os estudantes. Vozes que ecoavam diversas expectativas e sentimentos. Que se enfrentavam, divergiam, argumentavam e, assim, fortaleciam-se. Um ato, ideológico e por isso responsável, que se propunha acontecer de forma dialógica.

A redução do orçamento para a educação, como apresentado no capítulo anterior, foi uma das políticas de governo que culminaram na greve dos profissionais de educação. Em meio ao movimento grevista, estudantes se mobilizaram somando à luta e unificando pautas com educadores, como, por exemplo, o pagamento integral dos salários dos profissionais de educação.

Unindo-se aos profissionais de educação em greve, estudantes secundaristas foram às ruas, participaram de passeatas e de assembleias dos profissionais de educação da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Estivemos juntos em momentos de reivindicação de direitos, lado a lado.

Após o início da greve de profissionais da educação, em 02 de março de 2016, estudantes declararam apoio ao movimento grevista e seguiram a luta estudantil pela educação pública do estado do Rio. O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) publicou uma nota oficial afirmando a legitimidade da mobilização estudantil ressaltando sua autonomia em relação à greve dos educadores¹³.

De acordo com notas da página oficial do SEPE, no mês de março de 2016, há registros de que estudantes e responsáveis mobilizaram as comunidades

¹³ Nota do SEPE sobre o apoio dos estudantes à greve na rede estadual de Educação, em 04/03/2016. http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6734.

escolares para a construção de atos locais em manifestações de rua que tiveram início nas proximidades às unidades escolares¹⁴.

Na página do *Facebook*, *Secundaristas em Luta*, estudantes organizaram o calendário de lutas estudantil onde divulgavam os locais e horários dos atos em todo o estado.

Figura 20 – Mobilização estudantil e divulgação via redes sociais



Fonte: Página do facebook

O uso das redes foi fundamental para ampliação das ações diretas com a participação ativa da comunidade escolar: alunos, profissionais de educação, pais e responsáveis juntos nas ruas em passeata em prol da escola e educação públicas. Cabe ressaltar a relevância da participação e engajamento político militante de estudantes na luta por direitos, em defesa da educação pública, gratuita, laica, inclusiva, que atingiu seu clímax com o movimento de ocupação de escolas.

¹⁴ Alunos de escolas estaduais da Ilha do Governador fazem ato pela educação, 02/03/2016. http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6727; Alunos realizaram protestos contra o governo do estado e de apoio à greve na rede estadual, 03/03/2016. http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6730; Escolas da área da Regional VI do Sepe fizeram manifestação ontem em Jacarepaguá, 10/03/2016. http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6756

Na nota¹⁵ do dia 10 de março, o SEPE anuncia que estudantes realizavam uma plenária para debater as pautas da greve na Praça Afonso Peña, localizada no bairro da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro.

O processo de construção do “Ocupa” deu-se a exemplo de movimentos de ocupação no final do ano de 2015. Os secundaristas fluminenses, seguindo modelos de ações antecedentes, a exemplo das ocupações de São Paulo e Goiás, evocavam as ocupações como espaço político para abertura de diálogo e negociações com autoridades do governo.

O “Ocupa” foi um movimento social de luta e resistência de estudantes, organizada e construída por eles, jovens que se inspiraram na luta ocorrida em São Paulo. É importante destacar que o referido movimento apenas contava com apoio dos profissionais e de outros setores da sociedade para sua manutenção. Apesar do auxílio e apoio de professores e professoras, de outros profissionais de educação, o movimento seguiu seus próprios caminhos.

Bastos e Marinho (2017) ressaltam a influência de movimentos globais e locais na construção do movimento de ocupação de escolas fluminenses:

Sobre a relação global e local, as ocupações de escolas da rede estadual do Rio de Janeiro têm semelhanças com as rebeliões e ocupações de 2011 e 2013. O ano de 2011, foi um marco importante internacionalmente, pois englobou desde a primavera árabe até as ocupações na Europa (na praça do sol, na Espanha, por exemplo) e EUA (movimento Occupy Wall Street). (2017, p.9).

É importante enfatizar que a conjuntura de lutas são propagadas e dinamizadas à medida que se difundem na sociedade em uma perspectiva internacional. Os movimentos são construídos com a visibilidade de acontecimentos antecedentes que inspiram e orientam como formular manifestações por direitos.

Com o intuito de reivindicarem seu direito à educação pública, na forma de melhores condições de funcionamento da instituição escolar, os estudantes da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro iniciaram o movimento de ocupação de escolas no dia 21 de março de 2016. A Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizada no bairro da Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, foi a primeira a ser ocupada no estado. Tal ação repercutiu nas principais mídias, sendo noticiada em jornais, telejornais e nas redes sociais.

¹⁵ Estudantes realizam plenária nessa sexta, 10/032016. http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6759

Figura 21 – Globo publicou a notícia no mesmo dia em que os estudantes tomaram a escola



Fonte: O Globo - online

Assim, o movimento ganhava visibilidade e se fortalecia mediante a repercussão midiática sobre a ação dos estudantes. As redes sociais tiveram papel fundamental no trânsito de informações. Os alunos criaram páginas no *Facebook* com as *hashtags* #Ocupa seguido do nome ou sigla da escola. O uso das redes virtuais impulsionou a visibilidade do movimento.

Ao longo de aproximadamente cinco meses, o movimento Ocupa, evocou a participação da sociedade civil em prol da qualidade na prestação do serviço público e gratuito em educação. Estudantes de várias cidades buscavam estruturar a luta e resistência estudantil na tentativa de frear a precarização na oferta de ensino gratuito na rede estadual.

Participaram desse movimento estudantes da Rede Estadual de Ensino e da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). A cada nova ocupação, novas realidades eram expostas e com elas as particularidades nas pautas de reivindicações eram apresentadas. Porém, sem que os interesses em comum fossem secundarizados.

A divulgação sobre o que era ocupar uma escola era ampliada. As redes sociais se tornavam as principais vias de informação e diálogo entre os ocupantes e a sociedade em geral. E as páginas de mobilização estudantil acentuaram suas

atividades com informes sobre a ocupação da escola Mendes de Moraes. Os ocupantes construíram uma pauta de luta com ajuda do movimento estudantil. O movimento de ocupação era de cada estudante da escola pública e não apenas daqueles que estudavam na unidade ocupada. Era comum ver jovens de outras unidades participando do movimento, dormindo nas escolas e construindo a mobilização.

Uma vez que a organização do movimento foi planejada de acordo com os interesses do conjunto de estudantes, era possível e fundamental o trânsito de discentes de outras escolas. Esse dinamismo foi importante, inclusive, para que as ocupações se expandissem e se fortalecessem. Era preciso divulgar o dia a dia das ocupações e a pauta que motivou o movimento para que ele se propagasse.

Inicialmente, as ocupações tinham a pauta de reivindicações formulada pelas assembleias estudantis, apresentada desde a primeira ocupação na Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes. O conjunto de demandas seria chamado de pauta geral, ou pauta unificada, e era o componente motivador das ocupações.

De acordo com as páginas do movimento estudantil, entre as reivindicações comuns a todos estavam: a eleição direta para a direção; a extinção do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ); uma maior carga horária para as disciplinas com apenas um tempo, como Filosofia e Sociologia; a volta de porteiros e inspetores; bem como o pagamento sem atraso dos professores; um número máximo de trinta e cinco alunos por salas de aula; o passe livre no transporte coletivo; uma melhor infraestrutura; um ensino de qualidade, *“por nós mesmos”, “pelos professores”, “por nossos direitos”*.

Destaco a importância da listagem apresentada, porque atendia a esses grupos de uma maneira mais generalizada, uma totalidade das demandas oriunda dos discentes da rede estadual de ensino. Foi a partir de uma formulação mais plural que organizaram as pautas chamadas gerais, que são as pautas de reivindicações comuns a todas as unidades escolares, a todos os estudantes. A pauta geral era apresentada a cada nova unidade ocupada como uma pauta única de luta.

Essas pautas representavam a todas as unidades, inclusive as que não se encontravam ocupadas. As reivindicações deveriam abranger, também, as especificidades de cada escola. Assim, cada unidade escolar ocupada por seus estudantes possuía suas pautas específicas trazendo à tona suas carências e debilidades no funcionamento.

A medida que as escolas eram ocupadas, assembleias eram construídas para deliberar a organização dos espaços. A orientação sobre “Como ocupar uma escola” seguiu o modelo adotado pelos secundaristas de São Paulo que, por sua vez, tiveram inspiração e orientação dos modelos de ocupações ocorridas na Argentina e no Chile.

O manual foi distribuído de modo a orientar como gerir democraticamente os espaços escolares durante a permanência dos estudantes.

Esse manual é uma compilação de dicas de estudantes chilenos e argentinos sobre como entrar em um colégio público e permanecer, em forma de protesto.

O documento foi inspirado, principalmente, em movimento de secundaristas chilenos que ocuparam mais de 700 escolas em 2011

Em 30 de maio de 2006, a mídia internacional, principalmente a latino-americana, deu destaque a tumultuadas cenas de rua que se multiplicavam em cidades do Chile. Tais cenas, consideradas episódios inusitados nas últimas três décadas da história daquele país, eram protagonizadas por estudantes secundaristas – maciçamente mobilizados em nível nacional – que entraram em greve, tomaram as escolas, organizaram assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente do cenário estudantil chileno. (ZIBAS, 2008, p.199).

A utilização do manual que orienta como estabelecer e construir o movimento dentro das escolas ocupadas se deu devido à grande repercussão, visibilidade e às vitórias oriundas da mobilização estudantil no Chile, no ano de 2016, em que os estudantes foram às ruas contra as reformas da educação.

O referido modelo de ocupação era baseado neste manual que foi compartilhado com os secundaristas durante as assembleias estudantis e igualmente nas páginas de mobilização nas redes sociais. A cartilha também foi disponibilizada nas páginas da internet de agremiações e coletivos estudantis. Nela, as orientações quanto à organização de comissões eram a principal informação sobre a construção do movimento. De acordo com as instruções, os alunos deveriam se organizar em comissões dividindo as tarefas diárias.

Figura 22 – Capa do manual: Como ocupar um colégio?

COMO OCUPAR UM COLÉGIO?

Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile



A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas.

As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomadas pelos alunos.

Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizessemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “Como ocupar um colégio?”, escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento.

 MAL-EDUCADO
<http://gremiolivre.wordpress.com>

Fonte: www.gremiolivre.wordpress.com

Outra orientação, segundo o manual, era a organização de assembleias diárias. Nesses espaços apenas estudantes teriam voz e voto. As decisões eram realizadas coletivamente. Nestas reuniões, o dia a dia nas ocupações era distribuído entre os participantes e estudantes. Estes elencavam as principais demandas de cada unidade, as chamadas pautas específicas. Durante o movimento, os ocupantes observaram que, além das pautas gerais, cada unidade escolar possuía suas próprias carências, as quais precisavam ser deliberadas de forma particular, observando minuciosamente as suas peculiaridades.

Apesar do auxílio e apoio de professores e professoras, o movimento seguiu seus próprios caminhos. Dentro do próprio movimento havia vários modelos de gerenciamento e organização. Algumas escolas contaram com apoio de entidades estudantis como, por exemplo, a Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro (AERJ), a Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a União da Juventude Socialista (UJS).

Outras instituições organizaram-se de forma mais autônoma e horizontal com a existência de assembleias e composição de comissões, como, por exemplo comissão de alimentação, limpeza, segurança, comunicação e eventos. Os estudantes pertencentes a cada comissão se tornavam responsáveis por atribuições específicas dentro das ocupações de modo a preservar a manutenção do movimento. A essa organização atrelou-se uma concepção anarquista de construção independente do movimento seguindo um modelo de autogestão, sem a interferência de organizações partidárias ou entidades ligadas aos partidos políticos. Esse movimento era fortalecido pelos representantes do movimento Secundaristas em Luta Rio de Janeiro.

Ao longo de sua trajetória, o chamado da juventude era para que outros estudantes se somassem ao movimento “OcupaTudo”. A partir do dia 21 de março de 2016, o movimento “Ocupa” foi ampliando e repercutindo de modo a crescer no âmbito estadual. Das 1.904 unidades, de acordo com o site da Seeduc, estudantes ocuparam aproximadamente 75 escolas.

Um número relativamente reduzido em valores numéricos, cerca de menos de 1% das unidades escolares foram ocupadas por seus estudantes. Entretanto, a repercussão midiática foi ampla. A representatividade das ações desses grupos significou um grande impacto (embate) político desse movimento como estratégia de luta e resistência – movimento esse que possibilitou a repercussão e fortalecimento da luta estudantil pela escola pública em âmbito nacional.

Nesse sentido, identificamos que os estudantes se movimentaram e ocuparam os espaços escolares com seus corpos, mentes e crença por mudanças. Os secundaristas de Niterói se uniram e ocuparam o Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC) no dia 07 de abril de 2016, a primeira escola no município de Niterói a ser incorporada ao movimento. A Ocupação do IEPIC foi capa no Jornal O Fluminense, da cidade de Niterói, um dia após a ocupação: 08 de abril de 2016.

Figura 23 – Reportagem sobre a Ocupação do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC)

OFLUMINENSE AQUI

polícia | cidades | cultura | esportes | atualidades | mais

Cidades

Alunos ocupam o lepic por melhores condições no ensino

em 8/04/2016 01:00

Seeduc informou que medidas só serão tomadas após a suspensão do movimento



Alunos do Instituto Educacional Professor Ismael Coutinho (Iepic), em São Domingos, na Zona Sul de Niterói, iniciaram um movimento de ocupação da unidade nesta quinta-feira (7). Cerca de mil alunos reivindicam melhores condições de ensino e apoiam a greve dos professores da rede estadual. O número de escolas ocupadas chegou a 11 e mais de 14 mil alunos estão sendo afetados, de acordo com a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), que ainda informou que há pessoas que não fazem parte da comunidade escolar envolvidas no movimento. Nesta sexta-feira (8) será realizada uma assembleia dos estudantes, às 14h30, na Concha Acústica, para definir os próximos passos da ocupação.

Entre as reivindicações, os alunos da rede estadual cobram melhorias na estrutura das salas de aula, reclamam da falta de material pedagógico, como livros e apostilas, da falta de lanche ou almoço, da falta de pagamento para funcionários terceirizados e ainda pedem por melhores salários para os professores. Os manifestantes se recusaram a prestar depoimento à imprensa.

Alunos cobram melhores condições de ensino nas escolas da Rede Estadual
Marcelo Fetzosa

Fonte: O Fluminense Online

Considerarei muito instigante e simbólico a primeira escola a ser ocupada na cidade de Niterói ser uma escola de curso normal, de renome e de grande importância para a educação pública, não somente da cidade fluminense, pois foi a primeira escola de curso normal da América Latina.

Secundaristas em luta, um movimento autônomo de estudantes que mobilizou e ajudou na construção do movimento de ocupações, era uma organização independente de partidos e auto declarada anarquista.

Foi esse movimento que aproximou a juventude, em Niterói, das lutas pela escola pública. Assim, em um momento histórico de impacto na vida política desses jovens, iniciam-se os processos de ocupações nas escolas niteroienses.

O IEPIC é uma escola símbolo na cidade. Localizada na região central da cidade, tem uma história de luta e resistência ao longo dos anos de existência. É também, uma escola marcada por sua história de vida; a primeira escola normal da América Latina.

No ímpeto de saber um pouco mais sobre a trajetória de vida do IEPIC, busquei pesquisas no banco de dados do CAPs e da Scielo. Recorri, também, ao Núcleo de Memórias da instituição, que se encontra disponível em arquivo digital em página da internet e em um espaço reservado dentro da biblioteca da unidade para arquivar documentos sobre a história da escola.

O Núcleo de Memória tem a função de manter vivas as histórias da instituição. Como afirma Moraes (2003):

O desenvolvimento de espaços de memória institucional traz a necessidade de problematizarmos nossa história, sistematizando reflexões, organizando registros, materiais diversos, com intuito de dar certa organicidade à memória e, portanto, a história, sem esquecer também que os dados gerados durante a investigação precisam ser de acesso a todos os interessados, ficando disponível em lugar adequado. (MORAIS, 2010 p.5)

Moraes nos aponta a necessidade de um núcleo de memória ser acessível. O uso de arquivos por meio virtual facilita a localização de informações. No entanto, os documentos físicos são de fundamental importância e precisam ser preservados e disponibilizados ao público sem muitas restrições.

Apesar de estar localizado em um ambiente de livre circulação, as documentações históricas da instituição encontram-se guardadas sendo acessadas com a autorização da direção da escola. É compreensível o controle dado a importância dos materiais, porém necessário refletir sobre como manter, conservar e visibilizar esse espaço. Recorrer ao meio virtual foi de suma importância, visto que o acervo físico não se encontra em fácil acesso.

A construção das memórias permeiam os arquivos documentais que reúne vivências e narrativas, registros fotográficos e histórias de vida de profissionais e discentes. O Núcleo de Memórias não é apenas um espaço destinado a guardar todas as memórias e histórias, mas sim armazena vidas.

De acordo com os dados do Núcleo, consta na história de existência do IEPIC que o mesmo é a primeira escola de formação de professores do Brasil e da América Latina.

Netto (2005), em sua dissertação de mestrado, discute sobre a implantação da formação de professores e contextualiza o momento histórico ao qual esse processo de abertura das Escolas de Curso Normal se deu. Era um período de transição política nacional de relevância histórica, a implantação da República no Brasil.

Ainda segunda a autora, em uma perspectiva de que a ordem traria o progresso, a Educação seria a mola para que ele ocorresse com sucesso. É a partir dessa nova perspectiva que emerge a necessidade de implementação de Escolas Normais no Brasil. A instauração de uma educação que proporcionasse à nação

progredir. Para tanto, esses educadores precisariam, então, de uma formação adequada. Deveriam tornar-se aptos a lecionar.

Em sua pesquisa de Mestrado, Netto (2005) traz informações sobre a cidade de Niterói que, no período de inauguração da Escola Normal de Niterói, era a capital da Província do Rio de Janeiro.

Outra informação de suma relevância é sobre a existência do Núcleo de Memória e História do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho acerca das leis que instituem o processo de instauração da Escola Normal de Niterói, a primeira destinada à formação de professores:

Segundo dados do Núcleo de Memória e História do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, a escola teve sua origem com a denominação de “Escola Normal”, a primeira do Brasil e das Américas, instituída através do Ato nº 10, de 1º de abril de 1835, da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, sancionada em 4 de abril de 1835 (mesmo ano em que a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Nichteroy, passando a ser capital da Província do Rio de Janeiro) pelo presidente da Província Joaquim José Rodrigues Torres, depois Visconde de Itaboraá. (NETTO, 2005, p.50)

Os dados acima nos permitem compreender a implantação das Escolas Normais no Brasil. Informa que a primeira escola normal do Brasil foi fundada em Niterói nomeada como *Escola Normal*, atualmente nomeada como Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho.

Em leituras sobre a fundação da primeira escola normal do Brasil, de acordo com Netto (2005), ao longo de sua existência a escola passou por reformas e sofreu alguns processos de fechamento, em outros momentos sendo anexada ao Liceu da cidade de Niterói.

Durou pouco a primeira Escola Normal. Foi absorvida na Reforma do Ensino em 1847 pelo “Liceu Provincial”, juntamente com a “Escola de Arquitetos Mediadores” e o “Colégio das Artes Mecânicas”, extintos logo depois. O “Liceu Provincial”, por sua vez, também teria vida curta e a “Escola Normal” se restabelece em 1862, sendo festivamente reinaugurada pelo Imperador Pedro II, a 29 de junho daquele ano, na Rua da Princesa (hoje (2016) nomeada Rua Visconde Sepetiba). (NETTO, 2005, P.51)

De acordo com as pesquisas de Netto, sobre os períodos de fechamento e reabertura da instituição de educação voltada para a formação de professores primários, registra-se, de acordo com informações do Núcleo de Memória e História, que no ano de 1921 a Escola Normal de Niterói é anexada ao prédio do Liceu Nilo

Peçanha. Localizado à Praça da República, no Centro da cidade de Niterói. Durante 44 anos, passa por processo de extinção e reinstalação por anexo, assim a Escola Normal não possuía um local fixo de funcionamento. Ora anexada ao Liceu, ora retornando ao local de inauguração. Foi no ano de 1955 que se instala por definitivo à Travessa Manoel Continentino, no bairro de São Domingos. Local em que permanece até o atual ano de 2016.

Apesar de toda trajetória e de se manter no mesmo prédio, o IEPIC apresentava-se em uma construção distinta da relatada em sua história. No ano de 2016, mais uma página importante em sua história era escrita: o movimento de ocupação dos prédios da unidade pelos estudantes como reivindicação pelos direitos que constam no artigo 205 da constituição federal de 1988: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família*.

Consta de informações do sistema informatizado da SEEDUC, o Conexão, assim como informações da secretaria da escola que o IEPIC, no ano da ocupação, funcionava em três turnos, manhã, tarde e noite, atendendo não somente ao Curso Normal, como também ao segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano de escolaridade), Ensino Médio Regular, Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Novo Ensino de Jovens e Adultos (NEJA).

O movimento de ocupação chega com força à cidade de Niterói. Em menos de duas semanas, três escolas são ocupadas por estudantes. Fruto de uma construção coletiva dos Secundaristas em Luta, de acordo com informações na página do *facebook* do movimento.

A construção de pautas específicas fez-se necessária à medida que órgãos públicos, responsáveis pelas intervenções nas negociações com o governo do estado, começaram a questionar as reivindicações por melhorias nas ocupações. No decorrer das negociações com órgãos como a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público Estadual observou-se a importância da construção de pautas específicas a cada unidade escolar.

A reportagem do dia 17 de abril, no Jornal O Globo, traz a repercussão do movimento na cidade de Niterói onde três escolas tinham aderido à luta estudantil.

Figura 24 – Reportagem sobre a Ocupação de mais três escolas na cidade de Niterói



Algumas semanas após a tomada do IEPIC foram ocupados, na cidade de Niterói, o Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro, localizado no bairro Badu, o Colégio Estadual David Capistrano, localizado no bairro de Santa Bárbara.

O Jornal regional O São Gonçalo noticiou a ocupação do Colégio Estadual Leopoldo Fróes, localizado no bairro Largo da Batalha no dia 18 de abril de 2016. Foi a quarta escola, das 41 unidades, a ser ocupada na cidade.

Figura 25 – Reportagem sobre a ocupação do Colégio Estadual Leopoldo Fróes



Fonte: Jornal O São Gonçalo Online

A existência dessas pautas refletem as desigualdades dentro do próprio sistema de ensino da rede estadual. Há muitas realidades dentro da mesma rede de ensino que deveria ser igualitária, dentro de uma mesma unidade que atende públicos diversos.

Ao observar as reivindicações dos secundaristas, percebemos que os questionamentos indicam como é a estrutura e conservação de determinada unidade escolar. Em alguns casos, onde há uma nítida diferença de investimento público na estrutura física e pedagógica das escolas o que possibilita relacionar e atrelar as condições de permanência dos estudantes a aspectos sócios, políticos, econômicos e culturais.

Como já citado, a construção do movimento não se prolonga devido às ações dos estudantes adultos do turno da noite. No entanto, os dias em que os jovens estudantes se mantiveram na luta trouxeram muitas aprendizagens.

Os estudantes passam a reivindicar não somente os matérias pedagógicos que faltavam, uniformes e funcionários. A defesa pela participação na construção das escolas como espaço democrático de direito fez com que estudantes questionassem sua participação em decisões e na organização dos espaços

escolares. Eles queriam assumir seu papel ativo, questionador, autônomo, crítico e criativo. Eles desejavam pertencer àquele espaço da mesma forma que àquele espaço também lhes pertencesse.

As páginas do facebook auxiliaram na divulgação das pautas específicas das ocupações dialogando também com as autoridades e governo do estado. A Defensoria e o Ministério Público (MP) percorreram as unidades escolares ocupadas na busca do diálogo e atendimento das reivindicações e noticiou a ação em sua página na internet no dia 25 de abril de 2016.

Figura 26 – Página online da Defensoria Pública anuncia visita às escolas ocupadas e as demandas dos estudantes



Fonte: Página da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A página virtual da Defensoria Pública registrou a presença da promotora do MP e o defensor público foram ao IEPIC para realizar uma reunião nas busca por breves soluções.

Compreendo, no diálogo entre as autoridades e estudantes/ ocupantes, uma tentativa de mediação de conflitos. No processo de apreciação das palavras de modo a construir ações conciliadoras entre os interesses dos alunos e os interesses das instituições as quais se julga defender os bens sociais, compreendo que o *diálogo fundamenta e também instrui a consideração da linguagem em ato, que constitui e movimenta a vida social, que surge como réplica social e contra a réplica que consegue antever* (MARCHEZAN, p. 128). Um evento-ato que reflete para além de um episódio, seus desdobramentos.

Após um mês da primeira ocupação de escola em Niterói, estudantes ocupam o Colégio Estadual Pinto Lima (CEPLIM), localizado no Centro de Niterói. Esta ação também foi publicada pelo jornal da cidade, O Fluminense.

Figura 27 – Jornal “O Fluminense” anuncia a ocupação do Colégio Estadual Pinto Lima



Estudantes ocuparam Colégio Pinto Lima para cobrar melhorias na educação

Fonte: Jornal O Fluminense

O Pinto Lima foi a última escola a desocupar na cidade, mesmo após anunciado o fim da greve dos profissionais de educação, os alunos mantiveram o movimento.

As ocupações na cidade de Niterói foram um espaço de aprendizagem política e pedagógica. A realização de atividades diversas: culturais e políticas, o engajamento na luta por direitos humanos e sociais, a compreensão do papel discente no fazer pedagógico no cotidiano das escolas foram alguns dos ganhos de ocupantes e apoiadores, estudantes e professores.

Registrei o início das ocupações na cidade compreendendo seu papel histórico na luta estudantil. No entanto, não farei uma análise mais contundente sobre o movimento nas cinco escolas que participaram para que não se perca a centralidade da pesquisa: o movimento de ocupação no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho.

4 CONSTRUINDO A PESQUISA, TECENDO EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OCUPAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ISMAEL COUTINHO

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entre todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

Como o galo tecendo a manhã, fui tecendo meus caminhos de pesquisa. Ainda sem perceber a importância do momento sócio-histórico ao qual vivenciava no dia a dia. Em verdade, não percebi que me encontrava em pesquisa. Não conseguia distinguir o local de luta política do local de investigação, pois esse mesmo lugar, para mim, era a multiplicidade de sentidos. Corpos em movimento, um espaço entrelaçado por vida e relevância investigativa.

Buscava compreender a importância de registrar os olhares, vozes e experiências encarnadas de forma única nas ocupações. Especificamente, para esta pesquisa, as ocupações das escolas da rede estadual do Rio de Janeiro localizadas na cidade de Niterói.

Parafraseando João Cabral na epígrafe deste capítulo, fui “entretendendo” meu objeto de pesquisa com a ajuda de diversos “galos” que se juntavam a outros “galos” para tecer os fios de sol a cada nova manhã. Fios produtores dessa investigação por intermédio das relações constituídas nesses espaços. Surgia, em mim, a necessidade inquietante de compreender e registrar a importância do movimento estudantil de ocupação de escolas.

Com ajuda dos “galos” que teciam a manhã de minha investigação, compreendia que aquele era o espaço/tempo certo e que nele estava meu objeto. Não procurei a pesquisa, foi ela quem me tomou por completo. Talvez, por ser parte do meu cotidiano de forma tão intensa, tenha demorado a compreender que estava sim em estudo.

Permitir que minha vivência nas ocupações fizesse parte da minha pesquisa tem relevante significação ao que podemos entender sobre a relação *teoriapráticateoria*. No ímpeto de trazer à pesquisa o cotidiano das ocupações, a trajetória metodológica foi sendo traçada.

Confesso, novamente, que compreender minha participação naquele espaço como lugar de investigação foi difícil. Não conseguia me enxergar pesquisadora naquela circunstância. Por este motivo, descrevo os caminhos que me escolheram para teorizar esse fato de importância política, histórica e pedagógica. Trago registros das perspectivas que os estudantes secundaristas, protagonistas desse movimento, construíram sobre a mobilização e sobre a educação pública ofertada pelo governo do Rio de Janeiro na rede estadual de ensino.

Os caminhos de pesquisa trazem olhares sobre os sujeitos da ação aqui em análise, a ocupação, em um contexto mediante seus próprios registros orais. Utilizei como fonte de pesquisa entrevistas realizadas de forma individual com estudantes que participaram da ocupação no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, as quais me auxiliaram na compreensão da importância do protagonismo dos estudantes. Há nas narrativas desses sujeitos, educandos em formação, significações diversas e plurais que traduzem a relevância da luta pela educação pública também como espaço formativo. Utilizei também um recorte histórico produzido nas mídias sociais, em especial a página do movimento no IEPIC criada no *Facebook*.

A opção por analisar os registros orais possui estreita relação com as minhas experiências de vida e formação. No início das ocupações, tentei estabelecer, junto

aos estudantes, uma proposta de escrita em diários sobre o dia a dia da ocupação. Minha intenção era a construção de narrativas de acordo com o olhar de cada um deles. Comprei os materiais, entreguei cadernos e canetas para que produzissem registros. No mesmo dia realizei com eles uma atividade pedagógica a partir da apresentação do filme “Escritores da Liberdade”, no intuito de estimular a produção escrita deles.

Alguns fatores não colaboraram para que a intenção de estabelecer uma relação de escrita diária, acontecesse: a intensidade dos acontecimentos que não permitiam uma regularidade na escrita dos diários; a não compreensão daquele instrumento como um importante registro do cotidiano das ocupações; a falta de interesse em realizar os registros. Por conseguinte, a ideia inicial de metodologia de pesquisa não foi produtiva.

Cito, ainda, o fator que acredito ser mais relevante para a não efetivação dos registros: os referidos estudantes receberam um aviso que seus diários seriam usados contra o movimento de ocupação e, por isso, deveriam parar de escrever neles. Por estarem em uma correlação de forças desfavorável, deixar escrito o cotidiano era algo que fragilizava a ação. Era um grupo de jovens que combatia e enfrentava uma estrutura de governo que era contrária às ocupações como instrumento de luta e resistência. Por este motivo, o anúncio da possibilidade de uso dessas informações alarmou o grupo que se encontrava em uma situação de risco constante devido a atritos com grupos opositores à ocupação, dentre eles o próprio governo do estado.

Essa reação me mostrou a necessidade da construção de uma relação de confiança entre pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Inicialmente não me preocupei com esse aspecto, acreditando que já havia estabelecido com eles uma relação de credibilidade mútua. Todavia, descobri que a relação de confiança em uma investigação é algo que se constrói durante todo o processo de feitura da pesquisa, sobretudo quando a mesma busca estar efetivamente em diálogo com os sujeitos. A confiança não está garantida *a priori*. E eu não percebia a vulnerabilidade daqueles estudantes, como seus passos eram controlados, como suas ações eram monitoradas e registradas por autoridades, principalmente. Acreditava que precisava apenas esclarecer minha intenção de pesquisar o movimento discente, assistir com os estudantes ao filme, debater sobre o que resultaria a produção dos diários de ocupação, sem precisar estabelecer uma relação mais estreita entre pesquisa,

pesquisador e participantes da pesquisa. A falta de compreensão da importância de debater sobre os objetivos daqueles registros como veículo de teorização sobre a ocupação, resultou em um “boicote” da produção dos diários de ocupação.

Por que chamo de “boicote”? Porque os alunos pararam de escrever propositalmente. Eles me contaram que usaram o caderno para outros fins ou mesmo desfizeram-se dele. Isso porque os alunos foram alertados por alguém (que até hoje não sei quem seria) que eu usaria as informações dos diários para denunciar e relatar o que acontecia nas ocupações, as estratégias de luta construídas, passar informações sobre a vivência deles na ocupação.

Eu apenas obtive os relatos dos estudantes sobre o acontecido ao final do processo de ocupação. Sempre que chegava à instituição ocupada, eu perguntava sobre a escrita e eles diziam que estavam escrevendo. Ao perguntar pelos cadernos, cada um falava algo que justificava o porquê de o caderno não estar com eles naquele momento. Mas os estudantes afirmavam que estavam fazendo os registros. Desse modo, confiando em minha interação com o grupo, não percebi que eles estavam desconfiando da minha presença e participação na ocupação – fato absolutamente compreensível.

Após essa descoberta, precisei redimensionar como realizaria a pesquisa. Ela precisava acontecer, pois era meu compromisso com a instituição, com a orientadora e comigo mesma. Entendi, então, que também era um compromisso com toda a experiência compartilhada naquele espaço. Era necessário transformar aspectos daquela explosão de acontecimentos em material a ser documentado.

Foi assim, então, que optei por realizar entrevistas com alguns alunos e alunas. Solicitei a participação de vários deles. Muitos não quiseram participar e compreendo que essa “rejeição” faz parte do diálogo estabelecido que possibilitou a escolha de cada. Por conseguinte, fizeram parte desta pesquisa aquelas e aqueles que se voluntariaram a emprestar suas vozes e que se propuseram a compartilhar suas visões acerca do movimento. Recolhi materiais midiáticos a fim de traçar uma contextualização histórica das narrativas e dos fatos pelo olhar e escrita dos estudantes. Nas redes sociais, também foi possível acompanhar as faces do diálogo e das posições de diferentes atores da vida escolar.

Escolher as entrevistas como principal metodologia de pesquisa foi a forma que encontrei de trazer a percepção dos alunos, compreendendo que a fala deles poderiam potencializar a discussão sobre as ocupações. Desejei trazer a voz dos

alunos para que pudesse deixar registrado a forma como eles falavam, como eles sentiam as transformações, as experiências. Acredito que somente meu olhar, meus registros sobre as ocupações, não traria especificidades as quais os protagonistas desse evento trariam com suas vozes.

Freitas (2007), sobre as possibilidades da entrevista em uma perspectiva bakhtiniana, afirma que nela, há muitas vozes que ecoam de uma mesma voz, sendo portanto polifônica. Logo, a entrevista como vivida por mim e defendida pela autora, ressoa como uma metodologia que propõe interação e diálogo.

A entrevista acontece entre duas ou mais pessoas: entrevistador e entrevistado(s) numa situação de interação verbal e tem como objetivo mútua compreensão. Não uma compreensão passiva baseada no reconhecimento de um sinal, mas uma compreensão ativa, que no dizer de Bakhtin (1988), é responsiva, pois já contém em si mesma o germen de uma resposta. O ouvinte concorda ou discorda, completa, adapta, repensa e essa sua atitude está em constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso. (p. 34,35).

Nessa perspectiva do diálogo enquanto ato responsivo, assumir as entrevistas como instrumentos de pesquisa, significou assumir, em minha pesquisa, o papel protagonista dos estudantes. Eu fiz uma opção pelas vozes dos estudantes considerando a importância delas para a construção do movimento. Ao assumir essa escuta, eu assumo que *meu olhar sobre o outro não coincide nunca com o olhar que ele tem de si mesmo* (Amorim, 2007).

É importante registrar que eu poderia realizar a pesquisa utilizando apenas outras fontes, tais como: notícias de jornais, registros nas páginas do *Facebook*, conversas em grupos de apoio no *Whatsapp*, entrevistas publicadas nas mídias, vídeos produzidos pela mídia alternativa, entre outros. No entanto, escolhi realizar entrevistas diretas com um grupo de estudantes e torna-las a principal fonte desta investigação.

Compreender a importância dessas vozes discentes foi assumir o papel fundamental desses sujeitos nesta pesquisa. Como afirma Freitas (2007):

Considerar a pessoa investigada como *sujeito* implica compreendê-la como possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir conhecimento sobre sua realidade que a torna coparticipante do processo de pesquisa. (FREITAS, 2007, p.29)

Meu intuito sempre foi contribuir para a visibilidade da vez e da voz dos alunos. Criar espaços para que eles assumissem o papel de coparticipantes da

pesquisa. Para mim, não adiantaria apenas pesquisar sobre os estudantes, mas era fundamental pesquisar com eles e por meio das enunciações deles.

Naquele momento, para mim, tornava-se fundamental escutar aquelas e aqueles que estão no cotidiano das escolas, mas que, por vezes, passam despercebidos na construção do cotidiano escolar e das práticas pedagógicas.

As entrevistas aconteceram, em sua maioria, dentro da própria escola e foram realizadas após o período de ocupação. Apenas uma aluna foi entrevistada em outro ambiente. E o motivo de escolher entrevistas no período posterior, e não durante o evento, tem a ver com o fato de que minha expectativa de que a relação com os estudantes pudesse alcançar maior grau de confiança, possibilitando assim a realização das entrevistas ocorresse de uma forma mais horizontal.

Ainda que eu tenha realizado poucas entrevistas durante a ocupação, as entrevistas realizadas após apresentaram mais fatos e argumentos relevantes, a meu entender, sobre o processo, sobre a participação e construção do movimento.

Aqueles jovens desejavam o diálogo. Eles buscavam, sob forma de protesto, garantir que tivessem vez e voz na construção da educação pública e gratuita. Desejavam a participação política e pedagógica na construção dos saberes, do dia a dia na escola.

Assim sendo, reafirmo nesta investigação, relatada sob forma de dissertação o papel do pesquisador numa perspectiva bakhtiniana. Como afirma Amorim (2007):

Enquanto pesquisador, minha tarefa é tentar captar algo do modo como ele se vê, para depois assumir plenamente meu lugar exterior e dali configurar o que vejo do que ele vê. Exotopia significa desdobramento de olhares a partir de um lugar exterior. Esse lugar exterior permite, segundo Bakhtin, que se veja do sujeito algo que ele próprio nunca pode ver; e, por isso, na origem do conceito de exotopia está a idéia de dom, de doação: é *dando* ao sujeito um outro sentido, uma outra configuração que o pesquisador, assim como o artista, dá de seu lugar, isto é, dá aquilo que somente de sua posição, e portanto com seus valores, é possível enxergar. (AMORIM, 2007, p.14)

É a partir dessa perspectiva que busquei trazer algumas análises e percepções das vozes discentes. Em uma posição exotópica, compreendo as falas dos jovens que participaram das ocupações, como a busca por dialogar com a escola e com o estado. Pois, acredito, trazer a voz dos estudantes no movimento de ocupação de escolas da rede estadual do Rio de Janeiro nos permite compreender

uma *palavra outra* (BAKHTIN, 2011) que é inacessível nos materiais midiáticos, mas possível mediante o diálogo.

Desde o modelo de currículo escolar até o modelo de gestão, esses estudantes expuseram suas insatisfações, questionamentos e mostraram para sociedade que a escola poderia ser um lugar de pertencimento dos jovens. Eles clamavam por participação efetiva nos espaços escolares, na formulação de políticas e práticas educacionais cotidianas. Freire (1987, p.79) afirma que *o diálogo é uma exigência existencial*. Esses jovens desejavam o diálogo, a participação política e pedagógica na construção dos saberes, do dia a dia na escola.

4.1 A voz dos estudantes: das páginas do *Facebook* às entrevistas com estudantes/ocupantes do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC)

As ocupações de escolas realizadas pelos estudantes da rede estadual do Rio de Janeiro possibilitaram constituir um olhar investigativo acerca do processo desse movimento de luta. Participar das ocupações nas escolas localizadas na cidade de Niterói, ao longo dos cinco meses de sua duração de abril a agosto de 2016, fez-me perceber a importância dessa experiência para a história da educação pública, em especial para os estudantes/ocupantes.

Com o objetivo de pesquisar esse fato de relevância política, histórica e social, registro as marcas desse momento para os estudantes que participaram da ocupação no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC). Para tanto, nessa dissertação, trago depoimentos de cinco entrevistados que eram alunos da instituição citada e participaram da ocupação nesse colégio. Analiso as narrativas desses sujeitos que contam, por meio de entrevistas realizadas por mim, aspectos relevantes sobre essa experiência. Utilizo, também, outras fontes: matérias em jornais de grande circulação; reportagens divulgadas pelas mídias alternativas; e postagens feitas pelos estudantes na página OcupaIEPIC encontrada no *Facebook*. As informações contidas na rede social registravam o dia a dia da ocupação ao longo dos meses de abril a agosto de 2016, período em que durou o movimento.

Como já apresentado neste trabalho, a escolha do IEPIC como lócus de investigação se deu por ser a primeira escola a aderir ao movimento secundarista na cidade de Niterói, o que configura um marco para a história das lutas estudantis em defesa da educação pública. Além disso, o fato de estar localizada numa região central da cidade e possuir o curso de formação de professores, dá a esta escola maior visibilidade acerca do cotidiano vivido ao longo da ocupação.

Minha participação como professora da rede pública e diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), como já exposto nesta dissertação, possibilitou estar frequentemente na ocupação do IEPIC. Entretanto, não posso contabilizar ao certo quantos dias estive presente, mas considero de suma importância cada dia vivenciado junto aos estudantes. No primeiro mês, compareci à escola semanalmente. Nos meses seguintes, devido à ocupação de mais escolas em Niterói e a necessidade de minha presença também nesses espaços, intensifiquei a comunicação com os estudantes através do *Whatsapp* e por ligação telefônica. Acredito que as experiências compartilhadas naquele espaço são pontuadas, neste trabalho, de forma qualificada e não quantificada.

Não posso afirmar o número preciso de alunos que participaram da ocupação no IEPIC. Pude perceber que cerca de 20 estudantes tinham uma presença mais regular na escola. Dentre este grupo, apresento os cinco ocupantes que se propuseram a participar da pesquisa que desenvolvi a partir da minha participação no movimento de ocupação e que me moveu a fazer duas perguntas: Como se deu o processo de ocupação no IEPIC ocorrido de 07 de abril ao início do mês de agosto? Que experiências os alunos que participaram da ocupação no IEPIC narram como significativas?

No intuito de responder a estas questões entrevistei: três estudantes do 2º ano do curso normal e outras duas estudantes do 9º ano do ensino fundamental, no ano da ocupação. Nesta dissertação, opto por não utilizar os nomes de registro civil dos participantes, mas sim um nome fictício de modo a preservar a identidade de cada um deles devido a importância dos dados das entrevistas.

Deixo nítido que fiz um convite aos estudantes que eram mais presentes no cotidiano da ocupação do IEPIC nos momentos em que estive presente, um grupo de aproximadamente vinte participantes. Deste número, recebi o aceite de oito alunos. Porém, consegui compatibilizar o horário e rotina escolar para realizarmos a

entrevista com apenas cinco deles. Mesmo considerando que o número de participantes pudesse ser maior, reafirmo a relevância dos dados contidos nas falas que mostram a riqueza do processo formativo vivido por eles no movimento. Estabelecem diálogo e ampliam os contornos dos debates públicos a respeito do movimento.

O critério de seleção dos entrevistados se deu pelo fato desses sujeitos terem participado do movimento do IEPIC desde o início e com maior regularidade. Outro fator relevante foi estarem matriculados na unidade ocupada, uma vez que alunos de outras unidades escolares também construíram a ocupação no IEPIC.

Destaco que realizei entrevistas com participantes de ocupações de outras escolas, mas não as utilizei considerando o foco da pesquisa no processo ocorrido no IEPIC. Registro esse dado para explicitar minha escolha pelos sujeitos, pelo lócus e pelas questões de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre o final de 2016 e o início de 2018, dentro da própria escola durante intervalos e após o término do horário das aulas. Os locais foram escolhidos respeitando a rotina da unidade escolar. Apenas uma entrevista ocorreu em espaço externo, pois a aluna não estava mais matriculada na unidade, por isso foi realizada na praça de alimentação de um shopping da cidade.

Todas as contribuições foram realizadas no período posterior ao término das ocupações. Ênfase a relevância do interesse dos estudantes em contribuir de forma espontânea com essa pesquisa que visa analisar, problematizar e registrar o movimento de ocupação ocorrido em 2016.

Abaixo, trago uma tabela com dados sobre as entrevistas realizadas:

Nome	Data da entrevista	Local da entrevista	Duração (em minutos)
Amiel	30/11/2016	IEPIC	04:28
Estela	30/11/2016	IEPIC	07:06
John e Amiel	27/11/2017	IEPIC	23:55
Natal	10/02/2018	IEPIC	23:53; 12:19
Marjorie	10/02/2018	SHOPPING	36:12; 11:58

A razão pela escolha da realização das entrevistas após o final do movimento foi a relação estabelecida com os participantes da ocupação. Eu tinha uma expectativa quanto a relação com os estudantes, acreditava ter alcançado maior grau de confiança possibilitando que a realização das entrevistas ocorresse de uma forma mais horizontal. Ao final do processo de entrevistas, eu percebi que não havia uma garantia de que essa confiabilidade pudesse ser afirmada, pois a relação de credibilidade não se estabelece apenas pela medida temporal de convivência estando envolvidos múltiplos fatores, tais como as diferenças nas relações de interação social, a clareza das razões pelas quais a pesquisa está sendo feita, a finalidade quanto ao uso dos registros.

Ao optar por realizar as entrevistas após o fim da ocupação estudantil e reinício das aulas, precisei reunir os estudantes que se dispuseram a participar do processo de pesquisa. Retornei à escola cinco vezes para realizar as entrevistas, sendo que uma delas com a participação de dois entrevistados. As demais foram feitas individualmente.

Trago a seguir o olhar dos estudantes sobre a ocupação ocorrida no IEPIIC.

As perguntas feitas durante as entrevistas buscaram trazer a visão dos estudantes sobre como ocorreu o processo de ocupação, suas motivações e consequências¹⁶. As respostas mostram que não há uma narrativa única, mas sim a apresentação de variadas visões de como o movimento de ocupação se constituiu.

No diálogo inicial que mantive com todos os entrevistados perguntei sobre as motivações que os impulsionaram à participação no movimento de ocupação. Busquei entender as razões pelas quais esses jovens e adolescentes se somaram ao coletivo.

John, estudante do 2º ano do curso normal do IEPC narra sobre sua entrada no IEPIIC e no movimento estudantil:

“Eu entrei ano passado na escola, e quando cheguei, já tinha experiência com grêmio, com movimento estudantil, de quando eu estudei no (colégio) Raul Vidal. Eu já tinha sido parlamentar juvenil também. Tinha algumas experiências.”

A fala de John mostra alguém que já tinha experiência política antes de participar do movimento de ocupação no IEPIIC. Essa foi uma fala pouco recorrente durante as entrevistas. A experiência política aconteceu para maioria dos alunos

¹⁶ As transcrições literal das entrevistas estão em anexo.

entrevistados como consequência do movimento se dar naquela escola, não sendo possível afirmar se os mesmo participariam da ação caso ela não ocorresse no instituto.

John ainda relata que sua participação política em conjunto a outros estudantes o levou a conhecer o processo de ocupação que acontecia no Rio de Janeiro. Em seus relatos, afirmou ir às escolas ocupadas para compreender o que era aquele movimento, conhecer seus princípios e reivindicações.

“E nisso foram acontecendo as ocupações. Começou com a ocupação do Mendes. Aconteceram outras ocupações e nós começamos a acompanhar essas ocupações para entender o que estava acontecendo nas outras escolas do Estado.”

Conhecer as pautas da mobilização instigaram John a questionar as condições nas quais se encontrava o IEPIC, motivando a sua adesão ao movimento. A política de sucateamento da educação refletia no cotidiano das escolas estaduais. Nesse cenário, alguns estudantes se mobilizaram para reivindicar melhorias. Desse descontentamento com a oferta da educação pelo governo do estado do Rio de Janeiro, surge o movimento de ocupação das escolas estaduais.

Desejando garantir o atendimento de suas demandas, inspirados em ações políticas já registradas na luta estudantil pelo direito à educação, os estudantes do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizado no bairro da Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, ocuparam a primeira escola. A partir daquele momento, eram os estudantes/ocupantes os responsáveis pela instituição. Os alunos do Mendes de Moraes foram os primeiros e serviram de exemplo a outros estudantes no processo de luta por sua escola e pela educação pública.

O movimento de luta estudantil, teve início no dia 02 de abril no ano de 2016. A primeira escola ocupada, a Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes, apresentou as pautas de reivindicação pela melhoria na oferta da educação pública. A partir da circulação dessas pautas, outras unidades de ensino foram sendo ocupadas por estudantes que somavam as demandas específicas de cada escola às questões gerais que representavam ao conjunto de estudantes. Os problemas apresentados afetavam não são aos alunos que decidiram ocupar as escolas como forma de luta política, mas ao conjunto dos estudantes da rede estadual de ensino.

Ainda durante a entrevista, John, aluno do 2º ano do curso normal em 2016, relatou-me a respeito dos questionamentos feitos por ele aos demais colegas,

acerca das condições do IEPIC, sugerindo a realização de um movimento como o que estava ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro:

“Nós vamos fazer o que aqui? Porque aqui também nós estamos com a mesma situação. Acho que nós poderíamos fazer um movimento semelhante à galera lá do Rio, entendeu? Porque eles estão fazendo isso contra isso, por conta disso, por conta disso. “Ah, é verdade”. Por conta de quê? Por conta da estrutura da escola. É a falta de merenda, de manutenção, é falta do pagamento dos professores, a escola cobrar o uniforme, mas a escola não dá o uniforme. Então, isso não é justo. Entendeu?”

Este registro de uma encenação de diálogo apresenta a preocupação em responder perguntas que não foram de fato realizadas por mim. Com o objetivo de trazer as questões discutidas, o estudante buscou contextualizar em uma tentativa de trazer perguntas e respostas dentro do questionamento levantado por mim sobre os motivos que fomentaram a ocupação no IEPIC.

Ao conhecer as pautas das escolas ocupadas, John traz a discussão sobre as condições em que a sua escola era mantida: problemas relacionados à oferta de merenda, de manutenção, as irregularidades no pagamento dos proventos dos profissionais de educação. Outro ponto problematizado por ele é quanto a incoerência do sistema escolar em exigir o uso do uniforme sem fornecê-lo. Diante de todos esses questionamentos, o estudante mostra sua indignação dizendo: “Então, isso não é justo. Entendeu?”

John apresentou algumas das pautas que foram consideradas gerais por afetarem a maioria das escolas da rede estadual: a falta de merenda, de manutenção, de pagamento dos professores, a cobrança de pagamento pelos uniformes. Questões que traziam certa indignação ao conjunto de alunos fazendo com que parte deles se unissem para a construção de um movimento.

Segundo as orientações dos modelos adotados pelas escolas ocupadas, os estudantes do IEPIC junto a outros estudantes da rede estadual ocupam a escola. Estudantes, em sua maioria secundaristas, porém é preciso registrar que também houve participação de estudantes do ensino fundamental, como por exemplo as duas entrevistadas nesse processo de investigação.

No ano de 2018, consta a informação que a página foi criada em 07 de abril de 2016, dia em que os estudantes ocuparam a escola.

Figura 28 – Imagem das informações sobre a página do Facebook Ocupa IEPIC



Fonte: página do Facebook OcupaIEPIC

A página foi criada no dia em que a escola foi ocupada pelos estudantes, dia 07 de abril. A primeira postagem consta do dia 08, nela os estudantes informam sobre que “Ontem Dia 07 de Abril de 2016 às 7h da manhã, nós Estudantes Secundaristas, de forma TOTALMENTE AUTÔNOMA, Ocupamos o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ISMAEL COUTINHO.”

Não encontrei uma postagem que falasse sobre o fim da ocupação. No registro feito no dia 16 de agosto, os alunos convocaram uma reunião junto com os professores para falar sobre o mês de agosto. Porém, não há nenhuma referência ao final da ocupação. Acredito que se deva ao fato da ocupação compartilhada, que foi a proposta do Ministério Público de que os alunos ocupassem compartilhando o espaço com os demais estudantes retornando as aulas no mês de agosto.

Em 12 de novembro, a página assume o caráter de manutenção da luta estudantil sendo utilizada pelos estudantes e apresentando postagens até final da produção dessa dissertação.

O uso das páginas das redes sociais como um instrumento de registro oficial de relatos oportunizava a interatividade. Os registros das vozes dos estudantes tinha por objetivo viabilizar a comunicação de forma mais geral com a comunidade escolar, entre estudantes participantes das ocupações e com a sociedade civil em geral de modo a apresentar o funcionamento dia a dia dos espaços por eles administrados. Uma vez que a responsabilidade e o compromisso de manutenção

do espaço passava a ser daqueles que ocupavam as escolas, a partir da entrada e permanência desses no espaço.

Não basta fazer história, é preciso registrá-la. (BENJAMIN, 1996, p.222). Os relatos sobre o cotidiano das ocupações não deve ser apagado da história. O uso das redes sociais fez-se necessário no dia a dia da ocupação no IEPIC e faz-se necessário após o desfecho do movimento sendo um meio de arquivo das memórias.

A manutenção desses registros nas páginas de redes sociais permite que seus registros se mantenham vivos. Entretanto, compreendendo a velocidade nas mudanças tecnológicas no século 21, acredito que o armazenamento dessas memórias precisam ser apreciados por especialistas.

O uso das redes sociais auxiliou o processo inicial do movimento de ocupação no IEPIC. O trânsito de informações era mais fluido. Aqueles que desejam saber o que era uma ocupação, como ela funcionava e quais os seus princípios encontrava dados com facilidade em informações na internet.

Natal, também estudante do 2º ano do curso normal no IEPIC, declara ter participado logo que a escola foi ocupada. Ele descreve como se deu sua inserção no movimento e como a busca pelas informações foram fundamentais para a compreensão de alguns aspectos do movimento:

“Eu estava na ocupação desde o primeiro dia. Quando ocuparam a escola me ligaram e falaram: “Tá rolando ocupação na escola, por conta disso, disso e disso”. Eu fui correndo para tentar entender primeiramente a situação. Aí, quando eu vi a galera fazendo reunião e falando, batendo de frente mesmo, falando que estava errado, eu falei: “Caramba, isso é incrível”. Aí, eu fui para casa, eu voltei pra casa, e aí eu comecei a pesquisar sobre o que era ocupação. E aí eu vi o movimento de São Paulo, vi o movimento do Chile, e achei: “caramba, é isso que eu tenho que tentar levantar, já quero ser professor, então é isso que eu tenho que fazer”. E eu voltei pra escola com mochila, falei: “Eu vou ficar”. E fiquei até o último dia. Eu fui um dos que participaram do começo até o fim.”

Natal, em seu relato, narra o processo de descoberta do movimento e de sua importância política. Ao buscar compreender o que era a ocupação ele pesquisou a influência das ocupações ocorridas no Chile e em São Paulo. Entender como se deu o processo nesses lugares fez com que o aluno se interessasse a participar da construção do processo de luta em sua escola.

O modelo de construção foi inspirado, principalmente, no Chile no ano de 2006 e 2011 que contou com a organização de estudantes em luta pela qualidade

da oferta da Educação pública e gratuita em todo o país. Esse movimento teve repercussão internacional. Caracterizou-se pela construção de assembleias estudantis as quais definiam os rumos do movimento. A luta ganhava visibilidade devido aos atos que ocorriam em ruas chilenas e das ocupações das escolas questionando o modo como o governo geria as pautas educacionais nacionais.

Ganhando adesão das famílias e de várias organizações da sociedade civil, o movimento dos “pingüins” (assim chamados por seu uniforme ao estilo do início do século passado) abalou o governo recém-empossado de Michelle Bachelet, obrigando à realização de reuniões ministeriais de emergência, pronunciamentos do Legislativo, dos empresários, manifestações do sindicato docente (denominado Colégio de Professores), das universidades e de outras entidades. A subsequente demissão do ministro de Educação foi um fato traumático para as esferas oficiais, com grande repercussão nos meios de comunicação e na área política. (ZIBAS, 2008, p.199)

A mobilização desses jovens chilenos gerou grande desconforto político ocasionando, inclusive, a demissão e substituição do ministro da Educação à época, ano de 2006. Fato que Zibas afirma ter repercutido de modo bastante significativo.

Pode-se compreender que para a luta dos estudantes a “queda” do ministro foi uma vitória das pautas de reivindicação. Enquanto para a estabilidade governamental, a demissão de um ministro representa certa instabilidade e fragilidade do governo que precisou tomar medidas para frear a mobilização. Porém, uma medida que, de certo modo, enfraquecia politicamente as ações governamentais, mais especificamente em políticas públicas de Educação.

Devido a estes resultados, o modelo foi reproduzido pelo movimento secundarista paulista. A referência da luta paulista é anunciada na reportagem de María Martín para o jornal El País, no dia 08 de abril.

Figura 29 – Reportagem no jornal online El País sobre a influência do movimento paulista nas ocupações de escolas no Rio de Janeiro



Fonte: Jornal El País

A reportagem reafirma que “a inspiração, contam os jovens, vem da luta dos estudantes de São Paulo”. Nathan, assim como os outros estudantes que participaram das ocupações no estado do Rio de Janeiro percebeu a luta instaurada pelos estudantes paulistas como uma oportunidade de conquistar as pautas de reivindicações na rede estadual de ensino fluminense. A luta dos secundarista em São Paulo sofreu forte tensionamento por parte do poder público estadual, contudo conseguiu conquistas importantes, como afirmou Martín em sua reportagem: “O movimento, reprimido nas ruas pela polícia paulista, acabou derrubando o secretário de Educação e levou o governador Geraldo Alckmin a suspender seus planos.”

O movimento paulista, ocorrido no ano de 2015, segundo a reportagem foi impulsionado “com o objetivo de combater uma proposta de reorganização escolar do Governo estadual, começaram em novembro do ano passado a ocupar até 200 escolas e saíram às ruas em sinal de protesto.”

O projeto do governo de São Paulo, para a nomeada reorganização escolar, tinha por objetivo realocar estudantes nas unidades de acordo com o ciclo de escolaridade, assim cada unidade ofertaria um único ciclo. Isso significa que cada escola ofereceria apenas um dos segmentos de escolaridade: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II ou Ensino Médio separadamente. A reportagem do Jornal Folha de São Paulo anuncia a transferência de mais de 1 milhão de alunos.

Figura 30 – Reportagem Folha de São Paulo on line sobre a proposta de “reorganização escolar” em São Paulo

FOLHA DE S.PAULO

SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries

ANDRÉ MONTEIRO
DE SÃO PAULO

23/09/2015 02h00

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) decidiu dividir os colégios estaduais de São Paulo por ciclos de ensino, em um plano que vai fazer até metade dos alunos da rede paulista mudar de escola já a partir do ano que vem.

O objetivo é que a maioria das unidades ofereça classes de apenas um dos três ciclos do ensino básico –anos iniciais (1º ao 5º) e finais (6º ao 9º) do ensino fundamental e ensino médio. Atualmente, cerca de um terço das escolas estaduais funciona assim.

Com a mudança, uma região com três escolas para alunos de todas as séries terá uma unidade para cada etapa.

Fonte: Folha Online

O governo estadual anuncia no jornal, em 23 de setembro de 2015, o que seria a política de reorganização em São Paulo. O projeto tinha por objetivo que, em todo o estado, as escolas da Rede Estadual de ensino que atendem ao Fundamental I (1º ao 5º anos escolar, Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano) funcionassem em regime de ciclos, desse modo, os alunos seriam agrupados de acordo com a etapa de ensino (fundamental I, II e médio). Assim, a realocação dos alunos ocorreria dentro das próprias unidades escolares e, principalmente, na transferência para outras unidades escolares.

A pretensão do projeto era que as escolas oferecessem de forma exclusiva as etapas de ensino. Ou seja, as escolas que ofertassem o Ensino Fundamental não ofereciam o Ensino Médio e vice versa. Deste modo, as unidades se tornariam referência para apenas uma dessas etapas da Educação Básica.

Uma das grandes problemáticas quanto a esse modelo de “reorganização” escolar, de acordo com os autores, foi não oportunizar um diálogo com as reivindicações de estudantes, seus pais e responsáveis. Campos, Medeiros e Ribeiro, descrevem como estudantes reivindicaram sua voz e participação neste projeto:

Muitos estudantes descobriram que haveria uma “reorganização” pela televisão ou por boatos, o que demonstra o fracasso da Secretaria de Educação não apenas em incluir a comunidade no processo, mas inclusive em informa-la. Ou seja, não se tratou apenas de uma imposição, mas de algo feito de surpresa, sem consideração pelos afetados. Dentre os estudantes entrevistados pelos autores, houve inclusive quem contasse que

ficou sabendo que sua escola seria “reorganizada” por conta das próprias ocupações. (p.31, 2016)

Pode-se perceber que a falta de participação da comunidade escolar os deixou sem conhecimento sobre como aconteceriam os processos de transferências, quais os critérios adotados pela Secretaria de Educação para realocar alunos que estudavam próximos as suas residências, bem como não houve compreensão da intencionalidade de reagrupar os alunos aumentando o número total de estudantes por turmas. Ação esta que resultaria em fechamento de algumas turmas, turnos e mesmo de unidades escolares inteiras. Razões que levaram os estudantes a resistirem mediante a ocupação das escolas da rede estadual de São Paulo, em 2015.

Ainda segunda a reportagem do jornal El País, María Martín afirma que “em dezembro, os estudantes de Goiás também se rebelaram ocupando escolas contra a transferência da administração dos colégios públicos a organizações sociais.” A luta estudantil em São Paulo também inspirou jovens no estado de Goiás onde o governo pretendia passar a administração pública para Organização Sociais (OSs), iniciando um processo de terceirização da educação pública no estado. O jornal O Globo anunciou no site G1, no dia 15 de novembro de 2015, o projeto de terceirização da gestão de escolas

Figura 31 – G1 Goiás anuncia projeto do governo para terceirização das gestões escolares na rede estadual



Fonte: O Globo / G1

A reportagem explica que “as OSs são entidades sem fins lucrativos, que recebem do estado para administrar um determinado órgão público.” A gestão de escolas públicas do estado pelas Organização Sociais passou a ser tema de debate

por tirar do governo a administração dos espaços e poder atuar de forma menos transparente com as finanças. Na reportagem a secretaria de educação informou que as OSs “trarão vantagens para as escolas, já que poderá fazer reformas, sem a necessidade de licitações, e poderá pagar melhores salários aos professores, que serão contratados no regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)”

Esse projeto de terceirização promoveria um retrocesso no projeto educacional ao tirar a autonomia pedagógica dos professores e instaurar o regime de contratação dos profissionais em detrimento da realização de concursos públicos que garantem a valorização profissional mediante o plano de carreiras.

A mobilização estudantil e a ocupação de escolas auxiliou no adiamento do processo no ano de 2015. A luta estudantil apontou para uma nova perspectiva sobre o papel discente nos espaços escolares sendo a ocupação da escola um método de mobilização e tentativa de conquista de reivindicações. Além de ser uma forma de protesto contra as políticas públicas que os governantes desejam implementar na educação pública.

As experiências do Chile, São Paulo e Goiás significaram a força da mobilização estudantil em defesa da escola pública e do ensino gratuito como dever do Estado e direito de todos os cidadãos.

Assim como nos lugares acima citados, não foram todos os jovens que participaram das ocupações das escolas. Entretanto, aquele que se propuseram a construir essa luta conseguiram expandir suas pautas, sua organização e objetivos com ampla divulgação. Como podemos ver nas reportagens apresentadas nesta dissertação.

Segundo Amiel, outro estudante do 2º ano do curso normal do IEPIC, nem todos os participantes da ocupação estiveram envolvidos na construção do processo de planejamento da ocupação dessa escola. Ele afirma que só participou do movimento após seu início.

“Cheguei na ocupação muito perdido porque eu não sabia exatamente do que era. No entanto, quando eu cheguei aqui eu procurei saber ao máximo do que realmente esse movimento significava. E gostei muito é... e gostei muito do que eu pude ver, pois o movimento significa muito a luta de nós mesmos estudantes em busca de melhoria no ensino, é... na escola em si.”

Esta fala retrata o processo de ampliação do conhecimento de Amiel sobre o movimento estudantil a medida em se dava sua inserção política na luta. O aluno

que, inicialmente desconhecia o movimento, buscou informações para poder ter uma ação mais consciente. Paulo Freire (2018), ao defender a educação como prática consciente da liberdade, afirma que *necessitamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política*. (p.117). Não estarão Amiel e seus companheiros praticando uma educação que forme para a responsabilidade coletiva?

Permitir que os educandos possam discutir, conhecer, debater e reconstruir a despeito das mais diversas concepções teóricas, culturais, sociais, parte da premissa de uma educação como prática da liberdade. Libertar a si por meio do diálogo e da busca pelo conhecimento. Participar do movimento de ocupação era possibilitar a potência de vozes, de aprendizagens e ensinamentos. Uma forma de protesto que garantia a escuta daqueles que, em tantos momentos, eram invisibilizados.

Esses jovens mostravam sua existência potencializando suas vozes ao participarem de um movimento político que expunha suas ideias e ideais.

Em outro momento, Natal aponta a relação que houve entre a luta estudantil e a luta dos profissionais de educação da rede estadual de ensino, no ano de 2016. O aluno também narra sobre a importância da unidade entre estudantes e educadores na luta pela educação pública expressa pela similaridade nas pautas reivindicatórias:

“Então, o movimento de ocupação, ele surgiu na minha vida em 2016, né? Quando teve o estouro em que estava tendo as greves de professores. A gente do IEPIC achou importante juntar as nossas pautas com as dos professores e apoiar o movimento deles, já que o IEPIC é uma escola de formação de professores.”

A fala de Natal mostra uma reflexão sobre a luta docente pela educação pública. A greve dos profissionais parece ter sensibilizado o aluno que estava no 2º ano do curso normal. O aluno logo estaria formado, por isso, reconhecer o processo de sucateamento como aluno do curso normal permitia a compreensão desse descaso na vida dos professores.

Segundo Natal, participar da ocupação no IEPIC fez com que ele refletisse sobre o fato de ser aluno do curso normal. Ele parece ter compreendido a importância da ação para as conquistas estudantis.

Ferraro (2016) denuncia que a redução de investimento na educação básica é resultado de um processo histórico.

Não é de hoje que a educação básica no Brasil vem sofrendo com poucos investimentos. A falta de professores, os baixos salários, os problemas de infraestrutura que acometem as escolas, a redução de verbas orçamentárias das secretarias de educação e a ausência de políticas curriculares sólidas no país, são alguns dos graves problemas que podem ser diagnosticados quando tratamos de analisar a realidade da rede pública de ensino. (FERRARO, 2016, p.86)

Foram algumas das condições acima indicadas por Ferraro, como por exemplo a falta de professores, os problemas de infraestrutura da escolas, a redução de verbas, dentre outras questões, que resultaram na greve dos profissionais de educação no ano de 2016.

Os problemas apontados também mobilizaram estudantes, sujeitos do cotidiano escolar, à busca por melhorias. Surgia, então, a ocupação como um movimento social de luta e resistência por direito à escola pública gratuita de qualidade social na oferta dos serviços do estado e, principalmente, para a garantia da educação como direito de todas e todos.

A construção do movimento de ocupação de escolas pelos estudantes está relacionada à greve dos profissionais de educação da rede estadual do Rio de Janeiro, analisada no 2º capítulo desta dissertação na medida em que surgiu como apoio às reivindicações docentes.

Amiel aponta a relação entre o movimento de ocupação e a greve dos profissionais como um elemento importante para a ação no IEPIC:

“Eu acredito que essa vontade surgiu a partir do momento que a gente viu que a conjuntura do país, a conjuntura do estado do Rio de Janeiro, não estava sendo algo favorável pra gente. E ainda mais pros docentes, né? Nossos professores estarem ali, não recebendo o seu pagamento, a estrutura da escola não sendo adequada pra gente, a gente vê que a organização da escola não era benefício pra gente também. E a partir desse desconforto que estava gerando na gente, a gente tomou essa iniciativa. Principalmente por conta do cenário que os professores estavam vivendo. Acredito que decidir fazer uma ocupação, participar de uma ocupação foi mais por conta deles para ajudá-los nesse processo de greve que eles estavam.”

Amiel explicita em sua fala que o movimento de ocupação foi impulsionado pelo apoio à greve dos educadores. A participação de profissionais do IEPIC na greve fez com que os estudantes tivessem conhecimento sobre a pauta de luta.

O movimento estudantil estabelecia uma relação dialógica com a greve dos profissionais de educação reiterando ser um importante ato histórico, social, político

e pedagógico. Nesta perspectiva, o apoio aos professores pode ser compreendido com um motivador para Amiel que se formava no curso normal do IEPIC.

Ele mostra pensar a educação por vários ângulos. Era o educando pensando o educar a medida que lutava por seus direitos. Ao mesmo tempo, entendendo seu papel político como educador ao assumir sua responsabilidade naquele movimento de luta que era, também, pedagógica.

Paulo Freire afirma que *ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo* (Freire, 1987, p.68). Compreender que aprendemos ensinando e ensinamos aprendendo fortalece a fala de Amiel sobre aprender com a luta dos professores que ensinava a reivindicar seus direitos. Em seguida, os estudantes que agiram em prol de suas pautas de reivindicação e construíram coletivamente suas ações ensinaram a seus professores que a luta coletiva vale a pena.

Amiel mostra que a luta estudantil aderiu pautas de reivindicações dos profissionais de educação, como por exemplo o pagamento dos salários em dia. Como apresentado no capítulo 2 desta dissertação, os pagamentos dos profissionais de educação e dos demais servidores do estado estavam em atraso. Somado a falta de estrutura nas escolas, a greve foi aprovada como meio de negociação com o governo do estado

Durante a entrevista, noto a preocupação com a estrutura da escola quando Amiel afirma que a estrutura e a organização da escola não era favorável nem a estudantes, tampouco aos profissionais de educação. Suas falas traziam com nitidez reivindicações apresentadas pelo grupo de estudantes por um viés questionador a respeito das políticas educacionais. Foram essas inquietações que impulsionaram a mobilização estudantil.

Destaco algumas pautas que eram comuns às lutas, como por exemplo: o fim aplicação de provas por meio do Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ); o retorno dos porteiros que foram retirados das escolas estaduais; e a eleição direta para professores de escolas que não era uma pauta específica no IEPIC, mas sim a gestão autônoma e colegiada.

Muitos são os questionamentos quanto aos processos de construção dessas avaliações, tanto pelo corpo docente quanto pelo corpo discente. As críticas quanto ao método avaliativo e implementação do sistema de meritocracia na rede,

transformou a insatisfação em pauta de luta, como afirma Estela ao ser questionada sobre as pautas gerais das ocupações: “O fim do SAERJ, é claro”

A fala enfática de Estela pode ser analisada, por mim, como reprobatória. Avalio que o fim do SAERJ representava o respeito à autonomia pedagógica das unidades escolares da rede estadual de ensino entendendo a pluralidade sócio, econômico, político, histórica e geográfica das comunidades escolares.

De acordo com informações na página oficial da Secretaria Estadual de Ensino do Rio de Janeiro (SEEDUC)¹⁷, as avaliações na rede Estadual são originárias do Sistema de Avaliação de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) que ocorre uma vez no ano, e o Sistema de Avaliação Bimestral (Saerjinho). Este sistema avaliativo foi implementado no ano de 2008, avaliações essas que originam os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para a SEEDUC.

A avaliação também está relacionada, de forma subjetiva, ao empenho e desempenho dos docentes e da administração das unidades. O processo de ranqueamento de escolas fomentava um pagamento de gratificações aos profissionais que trabalhavam nas escolas que atingiam ou superavam os índices estabelecidos pela SEEDUC.

Este processo de classificação das escolas gerava pagamento de gratificações de acordo com o desempenho de cada unidade, desempenho averiguado mediante os resultados das avaliações do SAERJ realizadas pelos alunos. Neste sentido, o SAERJ tinha por objetivo não apenas avaliar os alunos, mas avaliar o conjunto das unidades escolares.

O problema quanto ao pagamento de gratificações está diretamente relacionado a invisibilidade das realidades distintas de uma rede plural. Reafirmo que a este processo de classificação da qualidade de ensino das escolas está relacionado o processo de implementação da educação compensatória, ou o processo de meritocracia do processo educacional o qual esperasse resultados para que haja um reconhecimento não só pedagógico, mas também financeiro.

O entendimento pela autônima no processo de avaliação refletia outro processo: a gestão dos espaços escolares. A luta pelo processo consultivo nas escolas estaduais do Rio de Janeiro buscava tornar o a administração das unidades

¹⁷ <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/principal>>

um pouco mais democrático tendo a participação direta da comunidade escolar na escolha das direções. Para além da garantia da eleição, era preciso oportunizar espaços nos quais a comunidade escolar construísse alternativas e projetos de escolas a serem debatidos e fomentados coletivamente mediante a democratização nas instituições de ensino estaduais.

Os estudantes, ao construírem suas pautas de reivindicações, não apontavam a eleição direta por processo consultivo da comunidade escolar como saída para uma gestão democrática. Estela relata que, no IEPIC, a luta era por uma gestão autônoma da escola.

“A única pauta que eu não me esqueço, porque são muitas, é a gestão autônoma. A gente quer que uma gestão autônoma onde os alunos, onde a comunidade escolar na verdade possa participar.”

Pude observar que, para a aluna, essa foi a pauta de luta que lhe causou mais impacto ao dizer que era a única a qual não esquecia. Uma gestão autônoma na qual as decisões e ingerências fossem compartilhadas e decididas pela comunidade escolar. O IEPIC foi o gerido pelos estudantes durante o período de ocupação. Essa ação permitiu que eles participassem ativamente na administração dos espaços físicos e pedagógicos da instituição.

De acordo com Arroyo (2014), *outros sujeitos sociais se fazem presentes em ações coletivas e em movimentos. Até nas escolas/universidades chegam sujeitos outros que nunca chegaram.* (p.25). Esse sujeitos que disputam a participação nos espaços e tempos escolares.

Estela me possibilita analisar que os estudantes exigiam não apenas o direito à escola, à educação, mas também à participação ativa na construção do cotidiano do IEPIC. O desejo da ação coletiva no processo pedagógico da escola, na administração dos espaços e investimentos me fez compreender que, para Estela, a educação se faz *com* e não *para* a comunidade escolar. Como reafirma Freire (1987):

A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação. (p.84)

Freire apresenta a importância da relação horizontal no ato de educar, entendendo que a medida que educamos ao outro também aprendemos. Desse modo, corrobora a importância da participação da comunidade escolar, como dito por Estela, na construção do cotidiano da escola.

Marjorie lembra que a pauta da gestão autônoma do IEPIC não foi atendida devido a reivindicação pelo processo de consulta à comunidade escolar.

“Lembro de uma pauta de escola autônoma, que a gente tinha alguns modelos até no México, mas que eu vi sendo engolida pela causa do SEPE pra eleição pra diretora.”

A aluna relata que houve uma hierarquização da pauta, pois o sindicato dos profissionais de educação defendia a reivindicação da categoria pela instalação da eleição para diretores, enquanto os estudantes/ocupantes do IEPIC reivindicavam uma gestão autônoma. Percebo que Marjorie se mostrou insatisfeita pela falta de atenção ao desejo dos alunos que buscaram gerir a ocupação de uma forma mais horizontal.

A organização desses espaços/tempos demonstram a autonomia pedagógica desses estudantes/ocupantes. Não é tarefa fácil desconstruir o modelo hegemônico de educação, autoritário por natureza, como afirma Paulo Freire(1987). A pedagogia como processo de libertação não propõe facilidades ao ato de educar(se). Entendendo-se que a pedagogia como prática da liberdade só se faz mediante o diálogo.

Dialogar é árdua atividade, que requer coletividade, possibilidade de anúncio, capacidade de escuta, que requer solidariedade e amor. Amor este que, para Freire é instituído com o diálogo ao ato de humanidade, *Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a **pronúncia** do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda.* (1987, p.79). O educar do afeto e da recriação como ato de amor.

Freire defende a construção de uma educação na qual se problematize o ato de educar. Assim a fala de Morgana mostra que os ocupantes tinham a expectativa de uma pedagogia na qual se possibilitasse a parceira, a construção conjunta, a experimentação e o diálogo de modo que educandos e educadores aprendessem e ensinassem. O desejo da autonomia na gestão pudesse garantir a participação de funcionários, mães, pais, responsáveis

Foi com essa atenção às relações estabelecidas nesse espaço de ocupação que os estudantes ficaram atentos aos questionamentos do grupo. As pautas de reivindicações da escola eram formuladas por eles de forma conjunta. Durante os dias em que participei das atividades, percebi que a realização de assembleias diárias fazia parte do processo da ocupação. Era o espaço em que debatiam as situações ocorridas na ocupação e que elaboravam a lista de demandas.

Marjorie afirma que a lista era alterada diariamente de acordo com a decisão do grupo.

“A questão das construções das pautas, eu acho que elas foram construídas no processo, porque ao longo a gente foi vendo a demanda da escola.”

As pautas eram alteradas de forma conjunta, como explicou Marjorie, de modo a preservar o princípio da horizontalidade. De forma progressiva, os estudantes foram construindo as pautas de reivindicações que atenderiam as demandas específicas do IEPIC.

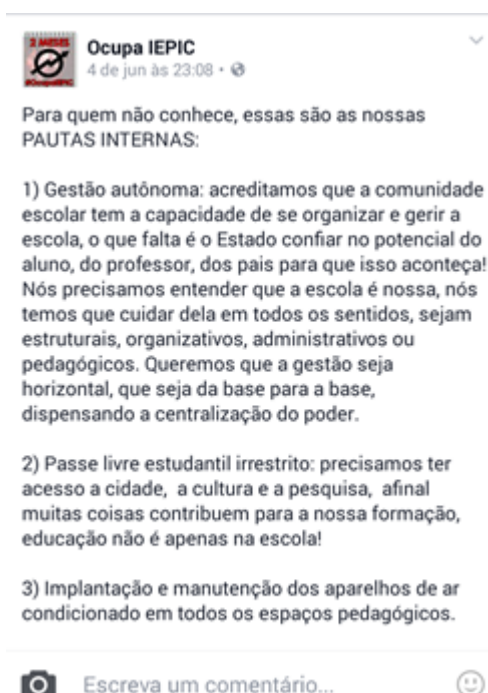
Natal conta que a ocupação buscava o atendimento dos secundaristas, de forma particular os que estão matriculados no curso normal.

“Então a gente achou importante ocupar e buscar pautas que atendessem a nós secundaristas, particularmente o pessoal do curso normal. Porque cada escola, a gente tinha as pautas macros, né? Que era em geral. E a gente também tinha as pautas específicas de cada escola.”

Natal expõe que as pautas buscavam atender às demandas dos secundaristas e destaca o curso normal compreendendo que as particularidades do curso requeriam uma mobilização diferenciada.

Abaixo, trago a publicação feita na página da ocupação no *Facebook*, no dia 04 de junho de 2016, no intuito de divulgar as pautas específicas da ocupação do IEPIC.

Figura 32 – Imagem da página no *Facebook* apresentando as pautas específicas do IEPIC



Fonte: Página do Facebook

Observei que entre as pautas a prioridade estava relacionada a gestão escolar. Não apareceram, logo no início, os problemas relacionados à estrutura física ou recursos humanos de forma individualizada, elas estão intrinsecamente contidas na pauta que reivindica uma gestão mais horizontal.

A postagem apresenta a gestão autônoma como a primeira reivindicação dos estudantes. Ser a prioridade na lista pode justificar a insatisfação de Marjorie e de outros alunos pela ausência de luta por parte dos profissionais de educação do IEPIC pela gestão autônoma e horizontal.

O segundo item da pauta é o passe livre estudantil irrestrito, um problema que foi apresentado em muitas falas durante a entrevista.

Segundo Natal, a limitação da quantidade de passagem diária prejudicava a permanência dos estudantes, principalmente os alunos do curso normal.

“Por exemplo, do IEPIC a gente tinha pauta sobre a questão do passe livre. Porque a gente tem muitos estágio, a gente precisa fazer atividade cultural e a gente não tinha como porque na metade do mês acabava a passagem do RioCard. Então, a gente achou importante botar essa pauta específica do IEPIC.”

Natal revela que o passe livre era de suma importância, principalmente para o cumprimento da carga horária de estágios e atividades culturais os quais os estudantes do curso normal participavam. A mobilidade desses alunos era dificultada, pois os créditos de passagem acabavam antes do término do mês.

A luta pelo passe livre era fundamental para garantir o acesso gratuito irrestrito dos estudantes à cidade de modo a atender as demandas da educação escolar. Como apontado acima, a rotina diária entre as aulas na unidade escolar fazia com que alguns alunos desistissem do curso normal. O cumprimento da carga horária de estágio e participação de atividades culturais como parte do currículo era sem remuneração dificultando com que alunos com mais dificuldades financeiras não conseguissem cobrir as despesas de transporte ao atingir o limite de créditos no bilhete de transporte (RioCard).

Porém, Marjorie comentou que a reivindicação do passe livre não foi atendida conforme o acordo feito com a representante do Ministério Público.

“O Ministério Público também nos enrolou várias vezes, falando que ia marcar a reunião com o pessoal que é responsável pelo Rio Card pra poder repensar as passagens e não aconteceu. A promotora não cumpriu com seu acordo.”

A estudante, ao afirmar que a promotora não cumpriu o acordo realizado durante o período de ocupação aponta-me para o não cumprimento de algumas leis que responsabilizam o Estado pela oferta da educação pública.

O artigo 205 da Constitucional Federal, delega ao Estado o dever de promover e incentivar a educação com a colaboração da sociedade

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já o artigo 206 responsabiliza o Estado pela garantia de acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família,

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

No entanto, os problemas relacionados ao uso do bilhete único impendem o acesso dos estudantes às escolas. Ações assim como, sem a garantia de condições para chegar ao local de estudos, o aluno terá sua permanência assegurada. É preciso compreender a particularidade do IEPIC ser uma escola que oferece o curso normal. É a única escola pública que oferta o curso normal da cidade de Niterói, recebe alunos da própria cidade e de cidades vizinhas. Desse modo, o passe livre irrestrito garantia o acesso não só a escola, mas a cidade entendendo que os alunos desse curso precisam estar em diferentes espaços de formação

Ressalto que a discussão sobre o passe livre irrestrito está além das especificidades dos alunos do curso de formação de professores. Essa discussão se amplia ao direito à cidade. Defendido pelo Movimento Passe Livre.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante, legalmente, em seu artigo 53, o acesso e permanência na escola reiterando o direito constitucional, bem como garante a oferta de ensino em instituições públicas próximas a residência.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Segundo o artigo acima, fica assegurada a permanência na escola e a garantia do ensino próximo a residência. O não cumprimento da pauta sugere um descumprimento do estatuto, uma vez que o Ministério Público, enquanto órgão do Estado, não assegura a permanência dos estudantes naquela escola.

Estela, em sua fala, lembra da pauta que reivindicava a revitalização dos espaços escolares, muitos deles desconhecidos pelos estudantes. Ocupar a escola possibilitou aos ocupantes descobrir lugares que poderiam ser reutilizados de modo a atender a demandas pedagógicas dos alunos.

“Tem a revitalização dos espaços porque a escola é grande e tem muitos lugares vagos. Assim, poderiam ser utilizados. A gente poderia usar com coisas, com projetos, tudo isso, entendeu?”

A fala de Estela expressa os anseios e inquietações com o modelo de escola, pelas relações estabelecidas com e pelos vários atores sociais que constituem a educação pública.

Paulo Freire afirma que “entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude.” (2018, p.123). Compreender que a escola pertence ao sujeitos pedagógicos e que esses, por sua vez, pertenciam aquele espaço é compreender que a educação só é possível quando nos libertamos dos receios, medos e arriscamos promover o novo, sem a tentativa de controle dos tempos e espaços.

“Daí, a necessidade de uma educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o home comum, de seu direito àquela participação.” (FREIRE, 2018, p.122) A sugestão de Estela sobre a reorganização dos espaços esvaziados da escola corrobora a compreensão de Paulo Freire sobre a educação como ato de coragem ao possibilitar que os sujeitos comuns, sujeitos outros como afirma Arroyo (2014), tenham o direito à participação. Discutir o uso dos espaços seria também parte de uma educação como prática da liberdade.

Paulo Freire (2018) afirma que:

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para o esforço de democratização, intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a. (p.123)

Freire apresenta discussão sobre a construção dos processos democráticos no ato de educar. A democratização do ensino precisa ser exercida na prática. Sem a construção de espaços de diálogos, de construção de debates, da escuta de argumentos e contra-argumentos, das palavras outras a contra-palavras, o processo de democratização da escola, da formação de sujeitos críticos, autônomos, capazes de pensar com consciência e de produzir dos saberes será apenas teoria.

A postagem na página da ocupação, no dia 23 de abril, trazia essa descoberta de espaços dentro da escola até então não frequentados pelos alunos. Somente por meio da gerência dos prédios da instituição os alunos tiveram acesso a esses lugares.

Figura 33 – Imagem da página no *Facebook* – atividade de revitalização do espaço escolar na ocupação



A narrativa encontrada na publicação indicava que, ao encontrarem esses lugares, os estudantes buscaram fazer a revitalização para uso. Encontraram novos significados pedagógicos para esses espaços e entenderam ser importante compartilhar a notícia com os demais estudantes, ocupantes ou não.

A participação da comunidade escolar representa a necessidade de uma ação pedagógica nas instituições de ensino público que respeite as diferenças sociais dos múltiplos sujeitos. Como afirma Arroyo:

A teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana. Processos de fecundos encontros que estão se dando entre a pedagogia escolar e a outra infância/adolescência, os outros jovens e adultos populares que ainda que tarde chegam às escolas públicas. (2014, p. 28)

A educação pública a caminho de educação como prática da liberdade e da libertação das opressões, como defende Paulo Freire(1987), precisa oportunizar a negociação cultural afim do empoderamento dos educandos-educadores.

Educandos que educam ao dividir suas vivências e conhecimentos de mundo, ao constituir-se de forma plural compartilhando outras culturas, com outros sujeitos. Desse modo, oportunizar a formulação de novas pedagogias que permita ouvir as vozes dos mais diversos sujeitos pedagógicos.

Arroyo (2014) nos apresenta a concepção pedagógica freireana:

O mais importante na pedagogia da prática da liberdade e do oprimido não é que ela desvia o foco da atenção pedagógica deste para aquele método, mas dos objetos e métodos, dos conteúdos e das instituições para os sujeitos. Paulo não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos, mas reeduca a sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos como sujeitos de sua educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e culturas. Outros sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação. (p.27)

O autor destaca, desse modo, a relevância da participação dos estudantes, sendo eles sujeitos fundamentais da educação. A prática da liberdade como a estruturação de uma pedagogia contra as opressões, em prol da coletividade. A instituição escolar como espaço para discutir e fomentar as múltiplas culturas trazidas dos conhecimentos acumulados das experiências de educandos-educadores e educadores-educandos.

Outras pedagogias remetem à defesa por implementação das demandas estudantis ao currículo, às ações pedagógicas, a gerência dos espaços escolares de modo colaborativo. Participar da organização escolar pode parecer “exagero” por parte da reivindicações estudantis àqueles que acreditam e implementam uma educação na qual o aluno é mero receptor dos conteúdos. O que Paulo Freire define como educação bancária.

Pergunto, então, por que eles não podem ou mesmo são impedidos de participar de forma democrática da organização pedagógica da escola? Por que não lhes é oportunizado opinar sobre a manutenção e disposição de espaços, da organização dos horários, uma vez que eles são parte envolvida também nesses processos?

Lutar por um educação de qualidade torna-se um marco que possibilita inferir qual projeto de escola é disputado durante o movimento de ocupação escolar por estudantes no IEPIC. Um processo que registrava quais pedagogias poderiam ser inseridas no processo educacional, quais políticas públicas deveriam ser

implementadas pelo conjunto da comunidade escolar em prol da melhoria na oferta de ensino.

A ação estudantil fez com que as ideias de Paulo Freire se tornassem mais pertinentes.

“Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.” (FREIRE, 2018, p.117). Ocupar a escola, participar de sua organização de forma coletiva, mas buscando a construção da autonomia dos sujeitos nos processos, traduz a importância do educar para a tomada de decisão, para a responsabilidade social e política que precisa ser coletiva e solidária.

O período de vivência na ocupação estreitou as relações entre os estudantes que dormiam na escola, eram responsáveis pela limpeza dos espaços, pela preparação dos alimentos e organização das atividades. Eles zelavam por aquele espaço com uma verdadeira casa.

A organização dos espaços e atividades era realizada pelos próprios estudantes que seguiram o modelo das chamadas comissões originadas pelo movimento estudantil chileno e implementando nas ocupações de São Paulo.

Estela conta um pouco sobre a organização dos espaços e como eram divididas as tarefas na escola ocupa:

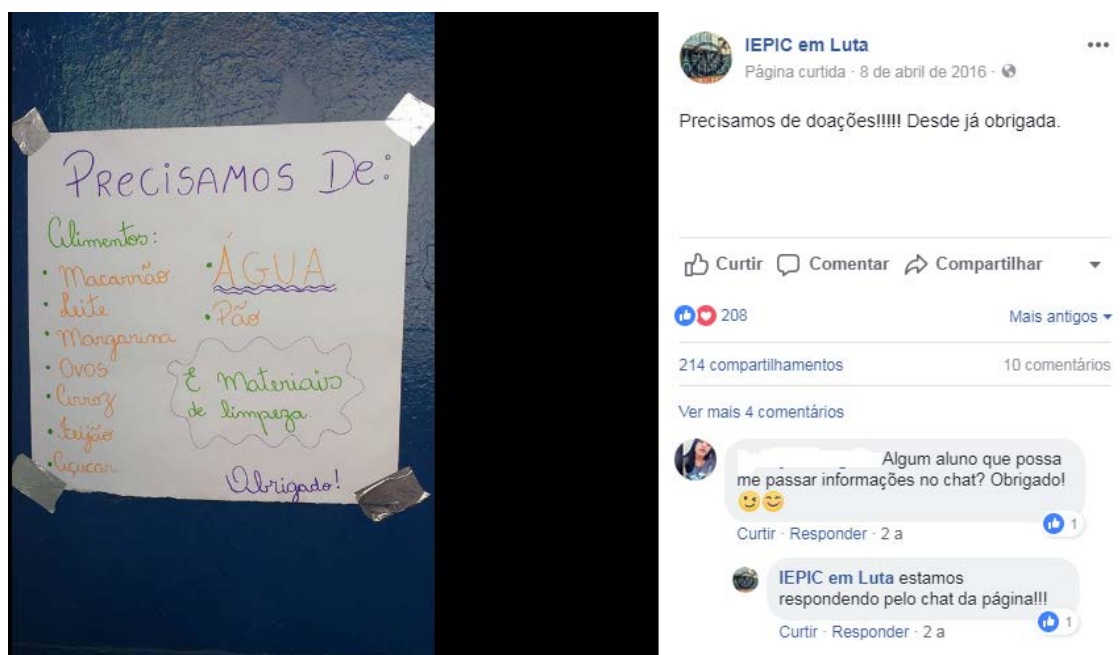
“Tem a galera que fica na cozinha, essa galera sou eu uma das pessoas, e a gente faz comida pra galera. A galera que tá na comissão da limpeza limpa banheiro, pátio. A galera que tá na segurança não dorme, fica no portão de madrugada, fica vigiando a escola. Tem a comissão de atividade que é a galera que marca atividade durante o dia pra gente, tem a comissão de comunicação, que é a galera que para pra mostrar a escola, pra mostrar a ocupação, pra dizer como que aconteceu esse processo.”

Os alunos cozinhavam e limpavam os diversos espaço da escola. Dormiam nos prédios enquanto um grupo garantia a segurança sendo responsáveis pela vigilância da escola durante 24 horas, em regime de rodízio entre aqueles que participavam. Eram chamados de apoiadores todos os que auxiliam no cotidiano da ocupação.

Os pedidos de ajuda e doações eram divulgados na página do *Facebook* OCUPAIEPIC, que mudou de nome em agosto de 2016 após o fim da ocupação para “IEPIC em Luta”. As postagens realizadas durante o período de ocupação foram mantidas na página original possibilitando a preservação da memória do movimento vivido no IEPIC.

A listagem era elaborada solicitando apoio com a necessidade do momento, por isso era comum ter uma mudança constante da publicação. De acordo com o que era arrecadado, a lista de itens necessários era modificada. A lista era confeccionada pelos estudantes, como mostra a foto compartilhada na página Ocupa IEPIC, no dia 08 de abril de 2016.

Figura 34 – Imagem da página no *Facebook* – lista de doações



Fonte: página do facebook IEPIC em Luta

A fotografia acima mostra que os alunos mantinham um cartaz afixado no portão da escola informando a relação de materiais e mantimentos que estavam em falta. Mediante essa divulgação, quem desejasse ajudar a ocupação poderia levar as doações ou mesmo compartilhar com conhecidos ou grupos de pessoas que apoiavam o movimento.

O uso das redes sociais possibilitava maior divulgação do cotidiano da ocupação e aproximava pessoas que apoiavam a ação dos estudantes. O uso das redes sociais possibilitava maior divulgação do cotidiano da ocupação e aproximava pessoas que possuíam interesse em ajudar.

Também era uma prática utilizar as postagens na página para solicitar ajuda à outra ocupação que necessitasse, por exemplo, de alimentos, material de limpeza ou realização de atividades. Presenciei a chegada de mantimentos por famílias que moravam no entorno da escola, de grupo de estudantes universitários, por

professores e responsáveis de alunos. Os alunos responsáveis pela comunicação também divulgavam o apoio recebido compartilhando, assim, o que acontecia no cotidiano das ocupações.

Durante as visitas pude acompanhar doações feitas por sindicatos, como o SEPE/RJ, o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense (SINTUFF), a Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF); colaboração de professores da rede privada de ensino, da rede estadual ativos e aposentados, professores da rede municipal e professores universitários.

Professores de cidades próximas, que ainda não tinham escolas ocupadas, também ajudaram e mostraram interesse em conhecer como funcionava a ocupação. Muitos ofereceram oficinas de atividades que foram incorporadas à agenda que era organizada pelos estudantes.

Mães, pais e responsáveis de alguns estudantes participaram e apoiaram o dia a dia na ocupação contribuindo com atividades junto às comissões e com doações de materiais. O uso das redes sociais teve grande impacto para a contribuição espontânea de parte da sociedade. A divulgação da lista de itens necessários para a manutenção dos espaços da escola era publicada na página da ocupação. Após, os pedidos eram espalhados pelas diversas redes sociais, sendo os aplicativos de conversa, como o whatsapp, os mais utilizados por possuírem maior alcance de comunicação.

O auxílio dos chamados “apoiadores” tornou-se fundamental para a manutenção do movimento, uma vez que os ocupantes permaneciam 24 horas na escola, o apoio com doações de produtos e realização de atividades pedagógicas e culturais eram fundamentais.

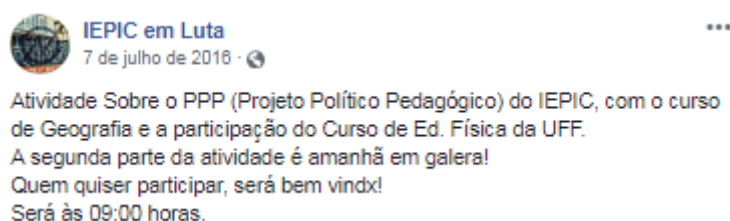
Com isso o movimento e fomentava a curiosidade sobre como era o cotidiano na escola ocupada. Ao levar os materiais de doação, os visitantes tinham acesso aos espaços administrados pela ocupação. Lembro-me que, no IEPIC, o ocupante responsável pela segurança da escola anotava o nome de quem estava entrando na escola e entrega um crachá de visitante. Assim, os estudantes explicavam como funcionava a rotina da ocupação, apresentavam sua pauta de reivindicações e mostravam suas ações dentro da escola, como por exemplo, a construção da horta da escola.

Em vários momentos em que estive presente, pude constatar a presença e apoio de estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) que está localizada

nas proximidades da escola. Durante os meses de ocupação, presenciei atividades dinamizadas por alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), por professores dos diferentes cursos da universidade e seus discentes. Algumas foram divulgadas na página do facebook, OcupaIEPIC, como por exemplo:

Atividade com os cursos de Geografia e Educação Física da Universidade Federal Fluminense (UFF), realizada no dia 07 de julho, sobre Projeto Político Pedagógico. Demonstrando a relação na construção de conteúdos dos cursos universitários e o curso de formação de professores.

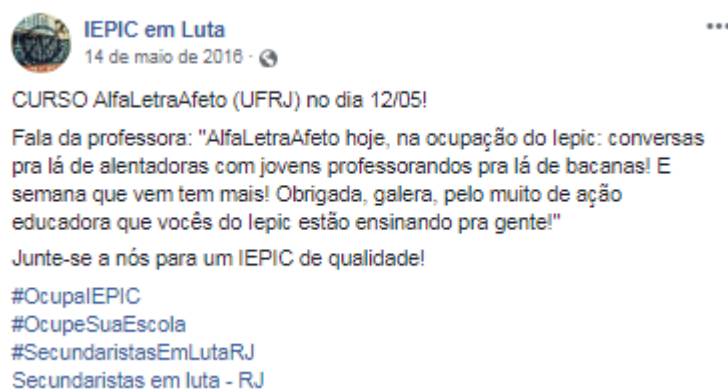
Figura 35 – Imagem da página no *Facebook* – atividade com alunos da UFF



Fonte: página do facebook IEPIC em Luta

Curso AlfaLetraAfeto, realizada no dia 14 de maio. Pelo título dado à atividade pude inferir a temática da alfabetização, letramento e a relação afetiva no processo de leitura e escrita. Não só das palavras, mas leitura e escrita do mundo como defendia o pensador Paulo Freire.

Figura 36 – Imagem da página no *Facebook* – publicação sobre o Curso AlfaLetraAfeto em parceria com UFRJ



Fonte: página do facebook IEPIC em Luta

Destaco a fala da professora “Obrigada, galera, pelo muito de ação educadora que vocês do IEPIC estão ensinando pra gente.” Como ela mesma diz, os futuros professorandos aprendem ensinando e ensinam aprendendo. Um processo de crescimento pedagógico, político e social.

A atividade que trago a seguir é capaz de transmitir essa relação da aprendizagem como troca mútua. “A amorosidade não significa na teoria de Paulo a obrigação de amarmos igualmente a todos os nossos alunos e alunas, o que seria senão impossível, hipócrita, mas a respeitá-los e deles cuidar com equidade.” (FREIRE et al, 2016, p.64). O educar com afeto e amor, como defendia Paulo Freire.

Com amor e com o afeto o momento de aprendizagem na ocupação foi tomado pelo fim do movimento. Segundo, Natal:

“Foram quatro meses de ocupação e mais um mês de compartilhada. Foi isso basicamente”

Tempo dos estudantes ensinarem e aprenderem. O fim da ocupação no IEPIC talvez nunca tenha acontecido. Os sentimentos, conhecimentos e lembranças estabelecidos naquele espaço, naquele tempo, não pode ser mensurado tampouco interrompido de forma abrupta para aqueles que participaram daquela experiência. Acredito que tudo o que foi vivido durante esses quase 5 meses de ocupação, pode ser analisado, mas só quem viveu de fato sabe o seu significado.

Ocupa Tudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs discutir o olhar dos estudantes sujeitos desta pesquisa, sobre o movimento de ocupação ocorrido no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), na cidade de Niterói, no ano de 2016. Este trabalho foi elaborado mediante estudo sobre o contexto político que envolveu tanto a greve dos profissionais de educação da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro quanto a ocupação de escolas estaduais, sendo o *lócus* da pesquisa o IEPIC.

Foi extremamente gratificante poder produzir e aprender com esta pesquisa. Participar das ocupações foi uma experiência única como professora-sindicalista. Há momentos e vivências que são inenarráveis e que estarão presentes nas lembranças de forma bastante carinhosa.

Minha atuação como dirigente sindical foi repleta de surpresas. Considero o movimento de ocupação estudantil nas escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro a mais relevante de todas, desencadeando esta dissertação e construções diversas de trabalhos pedagógicos e acadêmicos.

Muitos foram os atravessamentos ao longo desse processo. Alguns deles descritos nos capítulos desse trabalho.

A investigação proposta me permitiu leituras múltiplas que ampliaram meu conhecimento de mundo e teórico sobre o movimento estudantil, a luta dos trabalhadores da educação, o contexto do ano de 2016 e sobre as relações humanas políticas e sociais no cotidiano escolar.

Na busca por analisar a visão dos estudantes sobre a ocupação do IEPIC, contextualizar o momento histórico e político era fundamental. Neste sentido, tornou-se essencial documentar a greve dos profissionais de educação da rede estadual unificada com os demais servidores do estado contra as políticas públicas de sucateamento do funcionalismo estadual do governador.

A relação entre as ações de Luiz Fernando de Souza (Pezão) e a crise econômica instaurada no estado do Rio de Janeiro são fontes que possibilitam inúmeras pesquisas futuras com desdobramentos teóricos de relevância acadêmica e política que, devido à proposta deste trabalho, não puderam ser avaliados de maneira mais específica. Por isto, acredito que o estudo deste importante momento possa ser objeto de produções futuras.

As reformas políticas e o processo de impedimento da presidenta Dilma são fatos passíveis de dedicação empírica para a compreensão do quadro que se instaurou no Brasil em 2016. Bem como, as ocupações de universidades, institutos e colégios federais por consequência destas medidas. Temas que não puderam ser abordados neste trabalho, mas estão intrinsecamente relacionados ao quadro da educação pública no ano desta pesquisa.

Este trabalho instiga a construção de análises e discussões acerca dos Projetos de Emendas Constitucionais e Medidas Provisórias que avançavam contra os direitos das classes trabalhadores, nos direitos humanos e nos direitos básicos à saúde e, principalmente, à educação que impunham retrocessos à uma grande parcela sociedade. Não coube destacá-los neste texto, porém ressalvo a importância dessas políticas públicas implementadas em desacordo com o projeto de educação pública, gratuita, universal, laica, inclusiva defendido pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) e profissionais de educação.

As ocupações de escolas da rede estadual mostram como é possível e necessário enfrentar o conservadorismo e realizar debates, troca de aprendizagens para a desconstrução e combate ao racismo, ao machismo, à lgbtfobia e todas as formas de opressão. Esse tema também possibilita a construção de estudos essenciais para a construção de uma sociedade menos misógina, racista, desigual e injusta. Os depoimentos dos estudantes mostram como a educação e a escola podem ser instrumentos de desconstrução e combates às opressões.

Os debates em rodas de conversa sobre discussão de gênero mostram-se temas latentes de pesquisa e tempos de Escola Sem Partido. Produções acadêmicas acerca da temática são fundamentais para a argumentação necessária no enfrentamento do senso comum e de alguns teóricos reacionários e conservadores sobre a discussão da educação como ato de doutrinação de alunos.

Em tempos de repressão, debater o livre pensamento, a escola como prática da liberdade e da desconstrução das opressões corroboram as ideias defendidas por Paulo Freire em seus estudos. A discussão sobre uma pedagogia libertadora perpassa o conhecimento sobre as lutas das mulheres, dos lgbts e de negras e negros.

Freire também defendia que não há como existir um pensamento crítico, autônomo, consciente se pensarmos a Educação como técnica, como mera

produção de conhecimentos sistematizados. Os estudantes nos mostraram em suas ações e em suas falas que esta preocupação também parte deles. Ao apresentarem questionamentos sobre própria estrutura das gestões escolares, da organização e disposição de móveis nas salas de aula que fortalecem as relações hierárquicas, ao solicitarem maior participação na construção do cotidiano escolar, podemos inferir que esses sujeitos pedagógicos desejam maior coletividade para um outro projeto pedagógico dos espaços escolares. Projeto este que só será possível se os discentes também forem inseridos e forem ouvidos sobre qual escola eles desejam para todos.

Ainda no segundo capítulo apresento dados sobre a luta pela garantia da educação estadual pública de qualidade social, gratuita, laica e inclusiva que pretende contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, cidadã, crítica e justa.

O terceiro aborda sobre as ocupações estudantis que impulsionaram o movimento no estado do Rio de Janeiro e que o sucederam.

Trazer a voz dos estudantes/ocupantes do IEPIC, no quarto capítulo, possibilitou-me observar, registrar e analisar esse movimento como um canal de diálogo entre os diversos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Como afirmou Paulo Freire, aprendentes ensinantes e ensinantes aprendentes prouziram novos significados e sentidos ao espaço escolar. Os registros de vivências coletivas mediante o detalhamento do que ocorria no dia a dia da ocupação, a necessidade de dividir os espaços e tarefas, a proposta de estabelecimento de relações horizontais em detrimento de hierarquizações, a formulação de regras em conjunto, as dificuldades de estar responsável por um espaço físico de grande expansão, as contradições vividas dentro da própria ocupação são relatos de grande relevância para uma, ou várias, análises do que representou esse movimento.

Pensar e propor ações e projetos educacionais, em acordo com os interesses dos múltiplos sujeitos que constituem a educação, foi uma das experiências que pude observar nas entrevistas transcritas para este trabalho. A preocupação pelo ensino na escola pública que ofertasse qualidade social para todos resultou no processo de ocupação da escola foi apresentada pelos sujeitos entrevistados uma ação vista contraditoriamente como um ato de vandalismo. A importância desses relatos se faz no intuito de apresentar como eram plurais os ensinamentos, o

engajamento político, as propostas de pauta de luta por melhorias da escola e a reafirmação do zelo pelo patrimônio público.

Essas mesmas falas destacavam o abandono pelo poder público estadual desses espaços, originando a inquietação e mobilização de estudantes em defesa da escola que é de todos, que deve ser para todos, mas que também pertence a eles. Por esse motivo, reivindicar um espaço digno para educação deles e dos demais cidadãos.

A luta por direitos estudantis como o passe livre, a gratuidade para os uniformes, o questionamento pela não distribuição de livros didáticos e pela não utilização de diversos espaços da escola pelos estudantes nos possibilita compreender como a escola é um espaço de formação política, de relações sociais e afetivas, de construção de conhecimentos múltiplos, de reprodução do macrossistema em diversos momentos, como por exemplo a própria gestão escolar.

Trago, brevemente, a discussão sobre o cenário que se instaurou na rede estadual após o término da greve dos profissionais de educação. Pude registrar algumas conquistas, entretanto grande parte delas não foram aplicadas após as negociações: como por exemplo, o pagamento do plano de carreira que até o mês de agosto de 2018 não tinha sido totalmente regularizado.

A rede estadual enfrentou, em janeiro de 2017 uma das piores crises para os profissionais aposentados, aliás toda a categoria de aposentados do funcionalismo estadual sofre com o atraso de pagamentos que acumularam três (03) meses de atrasos; os profissionais da ativa também tiveram seus vencimentos pagos com atraso, um verdadeiro caos. Avalio que as lutas de 2016 desestabilizaram os servidores que não conseguiram unificar novamente a luta. A conjuntura política nacional também contribuiu para a mobilização dos funcionários estaduais.

No entanto, o ano de 2017 foi marcado por Greves Gerais na luta contra a Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista, sendo a última aprovada pelo Senado e Câmara dos Deputados e sancionada pelo presidente Michel Temer.

Acredito que esse cenário político amplia o campo de investigação sobre o que representou o ano de 2016 no cenário político, econômico e sócio-histórico. O reflexo do descaso das autoridades públicas, a greve dos profissionais de educação foram incentivos para a mobilização estudantil. O movimento de ocupações das escolas estaduais fluminenses assume destaque e carece de debates, investigações,

produções acadêmicas no intuito de analisar seu papel na história, na política e na concepção de escola a ser disputadas junto às políticas públicas governamentais.

Ao final do processo de escrita desse trabalho, posso destacar que a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro enfrenta novos desafios. Desde o ano de 2017, o governo do PMDB aplica a política de fechamentos de escolas que contou com a aprovação do Projeto de Lei que veta o fechamento de escolas, uma grande vitória em tempos tão sombrios.

Acredito que esse projeto de encerramento de turmas, turnos e fechamento total de unidades escolares mereça estudos visando compreender o projeto de desmonte da educação pública que vem sendo implementado desde o ano 2016, o ano das ocupações de escolas estaduais no Rio de Janeiro.

As ocupações possibilitaram a abertura de um diálogo com os estudantes, personagens muitas vezes ignorados no processo pedagógico. Foi preciso ouvi-los, repensar a escola mediante o olhar dos alunos.

Esse trabalho teve o cuidado de analisar os acontecimentos ao longo do ano de 2016 com a perspectiva de fazer-se ouvir os protagonistas de um movimento de grande importância para a educação da rede estadual do Rio de Janeiro.

Construir uma pesquisa investigativa mediante a fala dos estudantes me possibilitou expor e analisar dados com afetividade as relações e construções ao longo do período em que ocorreu esse fato histórico. As questões de pesquisa foram apreciadas com o objetivo de registrar as expectativas dos estudantes/ocupantes do IEPIC sobre como se deu o processo de ocupação na escola.

A troca realizada pelas falas durante as entrevistas, com a apresentação do registros feitos no período do movimento, nas páginas das redes sociais, é um caminho metodológico que possibilita averiguar por várias arestas as marcas deixadas, os fios tecidos.

O objetivo não é trazer respostas, mas analisar meios de produzir ainda mais questões que oportunizem problematizar o fazer pedagógico, a relação educando-educador e educador-educando. Refletir acerca dos sujeitos outros (ARROYO, 2014) que propõem outras pedagogias, que desejam participar ativamente da construção do cotidiano escolar, de propor práticas pedagógicas, de ser também aquele que educa que os seus conhecimentos adquiridos enquanto ser social, político e histórico.

Ponderar as ações nos espaços escolares e questionar se educação só acontece dentro das instituições de ensino. Pleitear a construção coletiva e autônoma das comunidades escolares a gestão das escolas são produtos não só de concepções, mas de vivências as quais um grupo de alunos se dispôs a participar.

Oportunizar a voz, analisar as múltiplas aprendizagens com esses jovens, é reconhecer a ampla possibilidade de pesquisa que esse movimento pode trazer. Dentre tantos temas abordados em atividades, nas próprias respostas durante as entrevistas, observei a pluralidade de questões que poderiam ser abordadas como questão de pesquisa.

Estabelecer relações interpessoais, pedagógicas e políticas, nos mais diferentes ambientes, dentro das ocupações ou mesmo nas ruas em passeatas, são movimentos que possibilitam uma infinidade de investigações as quais podem trazer contribuições importantes para a pesquisa acadêmica no intuito de desvelar o movimento estudantil de ocupações ocorridos no estado do Rio de Janeiro no ano de 2016.

O que desejavam? Quais experiências puderam relatar durante o movimento? Quais mudanças ocorreram em seus cotidianos ao participarem desse movimento aconteceram?

É possível compreender que novas pedagogias, novos fazeres no cotidiano da escola, diferentes olhares acerca da participação desses jovens são fundamentais para a construção da escola pública e gratuita que queremos.

Meu desejo, nesta dissertação, foi trocar reflexões. Minhas considerações finais, busca o encontro de novas descobertas. Entender que o pensar pedagógico, que problematizar a educação, o cotidiano nas escolas, a construção da educação estatal, pública, gratuita verdadeiramente inclusiva, laica e universal é possível. O desafio, acredito eu, está em ponderar, juntos, como fazer isso virar realidade.

Ao final dessa dissertação, anseio pelo despertar curioso que proponha a continuidade dessa investigação. A sutileza de observar as ações que perpetram a educação no seu cotidiano. Cabe, aqui, registrar que pensar o fazer pedagógico é algo que não cabe em padrões, moldes teorizados. Porém, discutir as práticas só é possível se feita com os sujeitos pedagógicos, com amor e afeto. Façamos a educação que transforme pessoas. Sejamos a transformação que queremos no mundo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

_____, VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

BASTOS, Rafael; MARINHO, Viviane. **Escolas do Rio de Janeiro ocupadas: faces de uma pedagogia militante**. e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ), v. 6, n.12, p.3-21, agosto 2017, ISSN:2316-9303.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8 ed. – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras escolhidas v. 1)

_____. **Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta o Piso Nacional do Magistério. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acesso realizado em 13/02/2018.

BRÊTAS Pollyanna. **Servidores iniciam greve geral no Rio**. Jornal Extra Digital, abr. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/servidores-iniciam-greve-geral-no-rio-19027748.html>>. Acesso realizado em: 20/12/2017.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M.. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna), 352p.

Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>>. Acesso realizado em 12/05/2017.

COSTA, Ana Carolina Vilela da. **Trem Bala**. Slap Música Som Livre, 2017.

CUNHA, Renata Cristina O. B., PRADO, Guilherme V. T., SOLIGO, Rosaura. **Memorial de formação: uma narrativa pedagógica de profissionais da educação**. In: Barbosa, Tatyana N.B.; PASSEGI, Maria da Conceição (Orgs.). *Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente*. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo:Paulus, 2008 (Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica ∞ Educação) : 135 – 152.

FERRARO, José Luís Schifino. **Por que ocupar? Resistência, contraconduta e protagonismo estudantil**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 27: nov/2016-abr/2017, p. 86-100.

FREIRE, Ana Maria Araújo, FREIRE Paulo, OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Pedagogia da solidariedade**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 42ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Ana. **Porque os secundaristas estão ocupando escolas**. Nexo Jornal, abr. 2016. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/19/Porque-os-secundaristas-do-Rio-estao-ocupando-escolas>>. Acesso realizado em 05/08/2017.

Jornal O Dia Online. **Greve de servidores paralisa serviços**. Abr. 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2016-04-06/greve-de-servidores-paralisa-servicos.html>. Acesso realizado em: 20/12/2017.

Jornal O Globo Online. **Servidores de 33 categorias do estado do RJ estão em greve**. Abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/servidores-de-33-categorias-do-estado-do-rj-estao-em-greve.amp>>. Acesso realizado em: 20/12/2017.

_____. **Com 500 mil servidores sem salários, RJ já sente efeito da greve**. Abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/com-500-mil-servidores-sem-salarios-rj-ja-sente-efeitos-da-greve-geral.html>>. Acesso realizado em: 20/12/2017.

_____. **Licença médica de Pezão começa nesta segunda-feira**. Mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/licenca-medica-de-pezao-comeca-nesta-segunda-feira.html>>. Acesso realizado em: 20/12/2017.

JUNIOR, Luiz Gonzaga. **Caminhos do coração**. In: Caminhos do coração. Emi-Odeon, 1982.

JUNIOR, Luiz Gonzaga. **Eu apenas queria que você soubesse**. In: Pessoa-Coisa mais maior de grande. Emi-Odeon, 1981

JUNIOR, Luiz Gonzaga. **E vamos à luta**. In: De volta ao começo. Emi-Odeon, 1980.

LAPAGESSE, Gabriela. **Escola na Ilha do Governador é ocupada por manifestantes**. Jornal O Globo On line, mar. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/escola-na-ilha-do-governador-ocupada-por-manifestantes-18929687>>. Acesso realizado em 15/12/2017

MACHADO, Leandro. **Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em São Paulo**. Jornal Folha de São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso realizado em: 10/05/2017.

MARCHEZAN, Renata Coelho. **Diálogo**. In: Bakhtin: outros conceitos-chave. BRAIT, Beth (org.) – 2ª ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

MARTÍN, María. **Inspirados em SP, colégios estaduais do Rio vivem onda de ocupações**. Jornal El País, abr. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460123788_119886.html>. Acesso realizado em 15/12/2017.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Ministério da Educação e do Desporto. Legislação Educacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso realizado em 19/05/2017.

MONTEIRO, Andre. **São Paulo vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas séries**. **Jornal Folha de São Paulo**. Jornal Folha de São Paulo On Line, set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>. Acesso realizado em 05/05/2017

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. **Organizando o acervo de memória do CAP-UERJ**. Udesc em Ação Revista de Extensão, v.04 n.01, 2010
Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais. **O renascer do MUSPE**. Disponível em: <<http://www.muspe.org/historico/>>. Acessado realizado em: 10/01/2018.

NETTO, Marcia Christina Scupoloni. **IEPIC VIDANORMA: A INCLUSÃO E FORMAÇÃO DA PRIMEIRA PROFESSORA SURDA EM 2004**. Dissertação de Mestrado: Niterói. UFF, 2005.

Secretaria de Educação de Estado. **SAERJ/SAERJINHO/IDERJ**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=843535>>. Acesso realizado em: 18/10/2016.

Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro. **Alunos de escolas estaduais da Ilha do Governador fazem ato pela educação**. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6727>

_____. **Alunos realizaram protestos contra o governo do estado e de apoio à greve na rede estadual**. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6730>

_____. **Assembleia neste sábado vai discutir a greve na rede estadual de educação**. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6694>

Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro. **Escolas da área da Regional VI do Sepe fizeram manifestação ontem em Jacarepaguá.** Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6756>

_____. **Estatuto do SEPE/RJ.** Disponível em: <<http://www.seperj.org.br>>

_____. **Estudantes realizam plenária nessa sexta.** Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6759>

_____. **Nota do SEPE sobre o apoio dos estudantes à greve na rede estadual de Educação.** Disponível: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6734>.

_____. **Rede estadual decide entrar em greve a partir do dia 02 de março.** Disponível em: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6697>

_____. **Relato da última plenária de servidores estadual.** Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6578>

_____. **Boletim da greve.** Disponível em <<http://www.seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim672.pdf>>

_____. **Greve: estado para a partir de 02 de março.** Disponível em <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6698>

Sindicato dos Profissionais de Educação da FAETEC. **Faetec em estado de greve.** Fev. 2016. Disponível em: <<http://sindpefaetec.org.br/?p=4304>>

VASCONCELLOS, Fabio. **Isenções fiscais do governo do Rio para empresas somam R\$138 bi, diz relatório do TCE.** Jornal O Globo On line, mar. 2016. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html>>. Acessado em: 05/01/2018.

ZIBAS, Dagmar M. L. **“A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno.** Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 38, p. 199-220, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.emdiaogo.uff.br/sites/default/files/a_revolta_dos_pinguins.pdf>. Acesso realizado em 12/05/2017.

APÊNDICE – Transcrições das entrevistas

DADOS DA TRANSCRIÇÃO:	
LEGENDA UTILIZADA:	
[palavra]	termo não compreendido claramente
Ahã, Uhum	afirmação ou concordância
MAIÚSCULAS	palavra ou frase pronunciada com ênfase
T-T	negação ou discordância
PESSOAS PARTICIPANTES:	
1)	Entrevistadora: Rejane
2)	Entrevistada: Estela

<Início da transcrição>

Rejane: Como se deu o processo de ocupação da escola? Você sabe me informar?

Estela: Não. Eu cheguei na escola dia 16 de março, a escola ainda não estava ocupada. Já tinha greve, tudo mais. Não recordo a data, quando que aconteceu. Eu ouvi um "zumzumzum", de ocupação e fui pra casa, sendo que eu só tinha aula três vezes na semana por conta da greve. Passou final de semana, e quando foi na segunda-feira, eu cheguei estava ocupada e eu não conhecia ninguém. Eu não sabia o que era a ocupação também e fui conhecendo como que foi o processo, vi os vídeos, e foi. E aí eu fiquei na ocupação na segunda-feira, não sabia o que estava acontecendo. Tinha uma galera dormindo ainda, tinha uma galera acordada e eu não sabia como chegar, porque eu não conhecia ninguém, ninguém me conhecia. Então, eu tímida: "Ai, meu Deus, o que eu vou fazer aqui?". Daí, eu vi os professores reunidos, sentei com eles e eles começaram a conversar comigo e eu fui me soltando, soltando, e estamos aqui hoje. "Tamo" junto aqui. Junto hoje, misturada.

Rejane: Você tem noção por quê? Quais são as pautas? Por que é que vocês ocuparam a escola?

Estela: Então, a única pauta que eu não esqueço, porque são muitas, é a **gestão autônoma. A gente queria uma gestão autônoma onde os alunos, onde a comunidade escolar na verdade possa participar.** Existe também, se não me engano... não sei se ela tirou, porque a gente vai mudando conforme vai passando os dias... tem uma que não é ter só o ensino normal da escola porque nossa escola é de curso normal. A gente também queria o curso regular pra galera que não quer sair da escola, o nono ano que quer continuar no IEPIC. **Tem a revitalização de espaços porque a escola é grande e tem**

muitos lugares vagos. Assim, poderiam ser utilizados. A gente poderia usar com coisas, com projetos, tudo isso, entendeu? Não me recordo, gente, das outras.

Rejane: As pautas gerais de vocês. Lembra?

Estela: As pautas gerais, era o RioCard. A gente não tem mais limites que de cinco passagens. Às vezes a gente usa o RioCard para ir num curso, pra galera que faz curso não tem como. É pagar o ônibus pra ir pro curso, então a gente sonha até hoje com o passe livre. Teve a eleição pra diretor também. Mas, até agora eu ainda não sei se era uma pauta dos professores ou se era pauta nossa também geral. E, a gestão autônoma das escolas que a gente juntou. Tinha bastante escola que também sonhava com isso. **O fim do SAERJ, é claro.** Em nome de Jesus.

Rejane: E como é o dia a dia aqui na ocupação? Como é que funciona a ocupação? Como é que vocês organizam os espaços?

Estela: A gente é dividido em comissões e é bem legal. O dia não passa correndo. Quer dizer, o dia passa assim, bem devagar. Parece que a gente já está há um ano aqui dentro. É um dia uma novidade, um dia após o outro. A cada dia é uma novidade, a cada dia é um processo diferente de como que vai ser o nosso dia, o que é que vai acontecer amanhã. Existem atividades aqui no IEPIC, atividades que se deixar botam até 11 hora da noite. **Tem a galera que fica na cozinha. Essa galera sou eu uma das pessoas e a gente faz comida pra galera. A galera que tá na comissão da limpeza limpa banheiro, pátio. A galera que tá na segurança não dorme, fica no portão de madrugada, fica vigiando a escola. Tem a comissão de atividade que é a galera que marca atividade durante o dia pra gente. Tem a comissão de comunicação que é a galera que para pra mostrar a escola, pra mostrar a ocupação, pra dizer como que aconteceu esse processo.**

Rejane: Legal. Valeu a experiência?

Estela: Sim, eu falo que é uma experiência de você morar sozinho porque você precisa tomar decisões do seu dia sozinho, você precisa lavar sua roupa. Você precisa... principalmente eu, né, que tô lá na cozinha... você precisa fazer a comida pra todo mundo comer. Nesse meio tempo é uma confusão, porque existem muitas pessoas e cada um tem seu temperamento. Às vezes tem um que é nervoso demais, um que é calmo demais e acaba atrapalhando quem é nervoso demais e a gente vai aprendendo todos os dias a conviver com as pessoas que são o oposto da gente. Principalmente eu, que eu sou muito nervosa e existe gente que é, não é que é lenta, mas é o jeito da pessoa. Quando vai cortar uma batata fica ali alisando a batata, e eu já quero acabar com aquele negócio, mas tá foi bem legal. Como eu disse no começo, eu não conhecia ninguém e hoje eu já tenho gente pra conversar, pra falar: "Pô cara, hoje eu quero ir embora, mas eu não consigo". Gente até pra chorar porque a gente sente saudade de casa, é uma pressão muito grande, ainda mais pra gente que tem entre 15 e 20 anos. Porque é uma pressão você estar aqui tomando

conta de um espaço, você tomar decisões. Tem hora que você quer chorar, é claro. Tem hora que você quer rir e é isso. Aí, você tem que confiar na pessoa porque você tá dormindo com a pessoa e isso é muito difícil pra mim, confiar em quem eu estou dormindo porque minha vó sempre fala: "Se você não conhece, não dorme na casa de ninguém". Então, aqui eu não conhecia ninguém, eu estava dormindo em uma escola que é enorme, com pessoas estranhas. E aí, será que eu vou conseguir dormir? Na primeira noite eu consegui, mas depois eu fui dormi quatro horas, e assim foi. Nunca foi o dia certo de dormi por sete horas.

<fim da transcrição>

DADOS DA TRANSCRIÇÃO:	
LEGENDA UTILIZADA:	
[palavra]	termo não compreendido claramente
Ahã, Uhum	afirmação ou concordância
MAIÚSCULAS	palavra ou frase pronunciada com ênfase
T-T	negação ou discordância
PESSOAS PARTICIPANTES:	
1)	Entrevistadora: Rejane
2)	Entrevistado: Natal

<Início da transcrição>

Natal: Ué, cadê o seu negocinho de gravação?

Rejane: Acabou... o que que eu fiz? Peraí.

Natal: <Ininteligível - 0:00:06.9>.

Rejane: É. Então, eu gostaria de saber a sua opinião sobre a importância do movimento de ocupação? O que que é? O que foi o movimento de ocupação pra você? A sua participação? Se você estava desde o começo? Tudo o que você puder falar. O que vem a sua mente sobre como você começou no movimento de ocupação? As pautas, a importância do movimento pra você? Assim, no geral, porque eu sei que teve muita importância, tanto na escola, como pessoalmente. Então, agora é hora de escutar a sua voz.

Natal: Ok. **Então, o movimento de ocupação, ele surgiu na minha vida em 2016, né? Quando teve o estouro em que estava tendo as greves de professores. A gente do IEPIC achou importante juntar as nossas pautas com as dos professores e apoiar o movimento deles, já que o IEPIC é uma escola de formação de professores. E o**

movimento, ele foi muito importante, tanto pro meu crescimento pessoal, como você disse, como a minha vivência na política, né? Foi um ato político porque me fez abrir a mente sobre várias questões, ficar ligado, antenado sobre o que estava acontecendo no cenário político e como o governo sucateava, sucateia, né, a nossa educação. Como ele abandonou a educação pública e as escolas estaduais estavam ficando praticamente um caos, né? Abandonado. **Então a gente achou importante ocupar e buscar pautas que atendessem a nós, secundaristas, particularmente o pessoal do curso normal. Porque cada escola, a gente tinha as pautas macros, né? Que era em geral. E a gente também tinha as pautas específicas de cada escola. Por exemplo, do IEPIC a gente tinha pauta sobre a questão do passe livre. Porque a gente tem muitos estágios, a gente precisa fazer atividade cultural e a gente não tinha como porque na metade do mês acabava a passagem do RioCard. Então, a gente achou importante botar essa pauta específica do IEPIC.** O que mais eu posso falar? O IEPIC, a ocupação no IEPIC me mudou bastante, porque eu tive... eu ganhei voz. A gente bateu de frente com grandes órgãos. A gente conversava com o Ministério Público, a gente foi de frente com o Conselho Tutelar, com vários pais, com professores, com a própria direção que representa o Estado dentro da escola. A gente conseguiu bater de frente com a própria direção. Eu consegui ampliar a minha visão, eu consegui conhecer novos modelos pra apresentar pra escola, né? Por exemplo, a gente mudou. A gente levantava muito a pauta também de que se mudasse a estrutura da sala. Por exemplo, a gente ver as salas com as cadeiras uma atrás da outra, né? Que é da educação prussiana, de massificação. A gente queria uma sala mais acolhedora, colocando em forma de roda. Ou sei lá, que a gente possa ter um contato maior, os alunos um com o outro e a gente com o professor também. A rotina na ocupação, a gente se dividia em comissões, né? A gente tinha comissão da comunicação, comissão pra atividades culturais, comissão pra limpar, comissão... tudo a gente dividia em comissões e nada a gente resolvia sozinho. A gente sempre buscou que todo mundo opinasse sobre, pra que a gente chegasse a uma conclusão, né? A rotina: a gente convidava muitas pessoas pra poder ajudar dando aulas, reforço, principalmente pra galera do 3º ano. A gente procurava muito um grupo de professores pra ajudar, pra criar um tipo de prezinho na ocupação. O que mais eu posso falar? Faz pergunta pra mim.

Rejane: Sobre organização, o que vocês conseguiram levar do dia a dia da ocupação, um pouco pro dia a dia da escola?

Natal: Essa questão de nada resolver sozinho, da gente sempre perguntar à comunidade, perguntar a todo mundo da escola. Porque a gente não pode simplesmente receber uma ordem e acatar, não criar um questionamento sobre aquilo que tão mandando a gente. A gente sempre buscava debater pra que todo mundo pudesse opinar. Isso a gente tirou da ocupação e levou pra vida. Até mesmo a questão da organização, de separar, de não

concentrar o poder na mão de um. A gente sempre procura distribuir tarefas pra que todo mundo possa participar. Isso a gente tirou da ocupação. Foi muito bom pro nosso dia a dia que ajudou até na construção do Grêmio da escola.

Rejane: E como é que funciona o Grêmio? O Grêmio foi construído após a ocupação?

Natal: Demorou. O Grêmio ele foi construído após a ocupação, na metade do ano de 2017. A gente conseguiu colocar o Grêmio. Foi muito rápido porque a gente ia justamente por perguntar a todo mundo. A gente teve muita dúvida de qual modelo de Grêmio ia seguir. Porque tem o Grêmio presidencialista, colegiado. A gente queria um grêmio que todo mundo pudesse ter voz, todo mundo pudesse participar. Foi muito difícil a gente construir isso. A gente só conseguiu na metade do ano de 2017, e pro final, pro finalzinho. Então, a gente mesmo não teve muita participação, a gente só conseguiu levantar o grêmio. A galera agora desse ano que está tocando. Mas mesmo assim a gente vai lá, a gente dá dicas, a gente procura sempre tá conectado com eles pra poder ajudar. Não deixar que uma pessoa só lidere e sempre essa questão democrática, de todo mundo participar.

Rejane: E as pautas da ocupação do IEPIC?

Natal: Como o colégio é muito grande, a gente tinha várias áreas inativas, né? A gente tem ali a parte do “Mais Educação”, que tinha vários projetos, que estava abandonada. A gente tem o jardim de inverno que estava abandonado. A gente tem vários espaços na escola que a gente não utilizava. Então uma de nossas pautas era justamente reativar essas partes do colégio pra que a gente possa fazer alguma coisa. Inclusive, esse ano, o grêmio conseguiu colocar o jardim de inverno pra funcionar e estão tendo várias atividades no jardim de inverno. Era uma pauta nossa de colocar o jardim de inverno pra funcionar, colocar as outras partes pra funcionar da escola, como por exemplo, a parte da mecanografia. Como no colégio a gente tem muitas xerox pra tirar, porque a gente tem muitas apostilas pra tirar, a gente queria que o colégio oferecesse essa mecanografia que a gente já tem lá. Nós mesmos iríamos colocar aquilo ali pra funcionar, com ajuda de terceiros. A gente iria levar folha e tal, mas a gente queria que o colégio apoiasse essa ideia e ajudasse também a colocar a funcionar, com a máquina, ou oferecendo um curso pra que a gente possa mexer na mecanografia. Era uma das pautas voltar a funcionar a mecanografia e esses espaços da escola. A gente também tinha como pauta a questão dos interpretes porque, o IEPIC possui muitos surdos, inclusive, uma surda conseguiu se formar com a gente esse ano. A gente tinha como pauta específica nossa, a contratação de mais intérpretes porque o governo não pagou a responsável pelos interpretes e as surdas e os surdos começaram a abandonar a escola, não conseguiam acompanhar, porque não tinha o intérprete. Então a gente levantou essa bandeira de contratação de intérprete. Mais pautas específicas? Acho que... gente, deu um branco agora. Um ano. A pauta específica do RioCard, utilização dos espaços, interpretes. (Ah ...) A gente também tinha como pauta uma reforma no prédio do bloco B

porque o bloco B do IEPIC é bastante sucateado e é da parte do ensino fundamental. É bastante sucateado e tinha a aparência horrível, tanto dentro, tanto fora e não era um lugar acolhedor pra se ter aula. Então, a gente levantou essa bandeira de tentar pintar, tentar fazer alguma coisa pra que mudasse o estado daquele bloco B. Além dos espaços fora da escola, além dos espaços que não estavam sendo utilizados, a gente queria que reformasse um pouco o bloco B pra que fosse um lugar mais acolhedor.

Rejane: E teve alguma reforma?

Natal: Então, só o bloco A. O bloco A foi pintado e algumas portas mudaram. Mas o bloco B continua a mesma coisa. Inclusive, eles tiraram a galera do fundamental do bloco B e jogaram pro A. Está todo mundo junto, as salas estão cheias. Não conseguimos essa.

Rejane: É o processo de sucateamento, né?

Natal: Isso, do sucateamento.

Rejane: Do estado.

Natal: E agora tá abandonado aquela parte do bloco B, tá abandonado.

Rejane: Entendi. E o dia a dia da ocupação? Como é que funcionava a organização dos espaços?

Natal: Então, a gente tinha rotina. E a gente separava em atividades de manhã, atividades com professores porque a gente acreditava que mesmo que a gente não tivesse indo pra sala de aula, a gente estava tirando aprendizagem daquilo. Então, a gente queria que também professores, ou colaboradores, ajudassem a gente a criar atividades pra chamar a comunidade porque eles achavam que a gente estava vandalizando a escola e que a gente não queria ter aula. A gente queria justamente tirar essa ideia de que a gente não é só vagabundo que estava dormindo na escola. A gente queria que a escola se movimentasse. Então, na parte da manhã era a parte das atividades. A atividade corria de manhã até a tarde, mas em torno disso a gente, a partir das comissões, separava pra fazer o almoço. Mesmo assim, a gente nunca deixou de fazer o almoço pra comunidade porque a gente sempre esperava que alunos fossem lá. Até porque tem muitos alunos que vão pra escola e dependem daquela alimentação. A gente fazia sempre comida pra todo mundo. A gente fazia as atividades de manhã até tarde.

Rejane: E tinha gente que ia lá pra almoçar com vocês?

Natal: Tinha muita gente que ia pra almoçar com a gente da escola porque muita gente ali depende daquela alimentação. A gente nunca fechou as portas e sempre deixou aberta pra que eles pudessem ir.

Rejane: E eles participavam das atividades também?

Natal: Muitos participavam da atividade, muitos. A gente fazia as atividades de manhã e à tarde. Em torno disso, a gente fazia as tarefas das tias da limpeza e da cozinha com as comissões. A noite a gente tentava sempre um prezinho pro pessoal do 3º ano porque a

galera ia fazer estágio e a noite podia voltar pra poder participar do pré que a gente conseguiu organizar com alguns professores.

Rejane: Hum, bacana! E dessas atividades, o que vocês conseguiram levar pro dia a dia da escola? Qual foi o diferencial das atividades que aconteciam na ocupação?

Natal: Então, o que fazia as pessoas irem era porque não era uma coisa forçada, obrigada como em sala de aula. A gente tinha que aprender aquilo, coisas que estão no currículo mínimo, e que chegava na sala de aula e saía. Na ocupação era uma questão mais lúdica. A gente participava se tivesse afim mesmo de querer aprender aquilo e não era uma coisa, como eu disse, só de jogar no quadro e pronto. A gente tentava sempre fazer rodas de conversa, debater o que está acontecendo naquele momento. As pessoas davam opinião dela, a gente dava a nossa opinião e tentava tirar a maior aprendizagem daquilo, tentando relacionar o conteúdo com a vivência. Porque quando a gente estava em sala de aula, era só aquilo, conteúdo e pronto. A gente não conseguia relacionar com aquilo que a gente estava vivendo, entendeu? Quando, por exemplo, no curso normal a gente aprendia sobre Paulo Freire, sobre educação libertária e a educação que oprime, na ocupação a gente conseguiu visualizar isso bastante, porque mesmo que seja em roda, ou no pátio, ou em qualquer lugar, a gente pode, a gente consegue aprender. A gente conseguia aprender, a gente não precisava apenas de estar em sala de aula um atrás do outro pra aprender. A gente conseguia tirar vários proveitos de uma roda de conversa, de um bate papo na cozinha, de um bate papo na quadra de um futebol, sabe? A gente conseguia tirar proveito daquilo e relacionar com a nossa vivência. Eu acho que foi um diferencial chamar as pessoas, não por conta de um conteúdo massificador, mas sim, por conta de deixá-las livres de participar ou não, dela ver aquilo e: “Ah vai ser interessante, então eu vou participar”. Acho que foi isso.

Rejane: E essas atividades, como eram as atividades? Quando você fala assim: “Ah, não são atividades... a gente tá na escola, e tem atividade do currículo mínimo”, como é que eram as atividades da ocupação? Eram atividades de conteúdo? Como que era?

Natal: Então, a gente tentou... a gente acha importante sim o que estava no currículo mínimo. Estava no currículo mínimo, né? Mas não queria de uma forma conteudista, de só jogar no quadro, o aluno copiar, e pronto. A gente, por exemplo, tentou fazer sempre atividades, rodas de conversas, debate a partir daquele conteúdo. Em sociologia, história, geografia, ou qualquer matéria que fosse, a gente tentava sempre pegar aquele conteúdo e tentar trazer pra vivência pra pessoa poder visualizar: “nossa, isso eu passei, isso eu não...”, “não tenho tanto embasamento, e tal”. Não uma coisa de chegar no quadro e pronto. A gente copiar e a gente fingir que aprendeu. Não, a gente queria ouvir: “o que você aprendeu disso?”, “O que você pode tirar disso pra sua vida?”

Rejane: Você está falando especificamente das rodas de conversa, né? Mas tinham só rodas de conversa?

Natal: Não. Tinha brincadeira e nas brincadeiras a gente também conseguia tirar. Por exemplo, eu como gosto muito da parte de exatas, eu tentava trazer a matemática de forma diferente. Então, com o 6º ano, eu conseguia fazer, por exemplo, fingir mercadinho, pra que eles possam entender, relacionar os números com dinheiro, e eles conseguiram entender bastante. Porque quando a gente falava em números, eles não entendiam, mas quando se tratava da vivência dele, do dinheiro, ele conseguia entender. E também, os meus amigos conseguiam fazer várias outras atividades além da roda de conversa. Como, por exemplo, em geografia a professora conseguiu levar uma roda de coco. A partir da roda de coco, ela trabalhava o conteúdo da geografia. A gente conseguiu preparar a semana de diálogos, semana de diálogos pedagógicos, que a gente levou ex-alunos da escola também, pra poder dar o relato, dizer o quê que mudou daquela época pra agora, e quais eram as dificuldades antes, e as dificuldades que a gente estava passando naquele momento. É... esqueci, dá pausa aí.

Rejane: Pode falar.

Natal: Pode? É... agora deu um branco gente. Deu branco.

Rejane: Ah...

Natal: Vamos continuar.

Rejane: É pra falar um pouco sobre a questão também dos outros currículos que acontecia na escola. A importância desses outros currículos que aconteceram durante a ocupação? Não, só para a ocupação, mas pra vocês ali estarem debatendo outros temas. O que isso trouxe de importante pra escola também?

Natal: Então, a partir da ocupação a gente conseguiu ter um debate maior na escola sobre diversas questões, que se relacionam com o conteúdo, por exemplo, a gente levantava muito a bandeira de se debater sobre gêneros, sobre sexualidade, diferenciar. Porque eu como homem trans, as pessoas elas não entendiam muito sobre a diferença de gênero e sexualidade, da importância de se discutir isso dentro da escola. Então, na ocupação a gente teve essa oportunidade de se discutir mais sobre essas questões, sobre o machismo, sobre o feminismo, sobre as relações de poder, sobre a questão da escola. Hoje, pro governo servia apenas pra formar mão de obras, então a gente trouxe isso na ocupação. E isso a gente conseguiu levar durante até... Acabou a ocupação e até hoje, até mesmo a própria diretora, ela agora busca trazer esses conteúdos que não são do currículo mínimo, mas tá incluso, pra escola. A partir da ocupação a gente conseguiu levantar mais isso, ter mais essa discussão.

Rejane: A importância de se combater também a questão do currículo mínimo?

Natal: Exatamente, porque a galera acha que só por ter o currículo mínimo, a gente tem que aprender o básico. Só o básico pra poder ir trabalhar. E não! A gente precisa debater outros assuntos pra que a gente possa criar reflexões e aprender mais sobre outras coisas, né? E na ocupação a gente conseguiu levantar isso, levantar isso pra escola.

Rejane: Você pode dizer, por exemplo, se houve diálogo entre alunos, professores, escola, você acha que houve diálogo, que teve esse momento de vocês falarem, de ter escuta, de vocês escutarem também?

Natal: Na ocupação a gente percebeu que a gente tinha esse diálogo, né? Entre professor e aluno, e eles estavam... alguns professores, né?... apoiaram. Acho que no IEPIC foram bastante professores que apoiaram, mas também teve outros que não porque quando você se quebra uma educação tradicionalista, alguns não querem sair da sua conformidade, né? Então ficava assim: “não, eu não vou ouvir um bando de pirralho”, vamos se dizer assim, né? E foi com muito suor que a gente conseguiu ser ouvido e com muita união. Porque, por exemplo, a gente não deixava um ir falar sozinho. Nunca. Porque a gente sabe que a pressão do poder ia cair sobre ele. Então a gente sempre buscou juntos, né, o diálogo. Por exemplo, a minha turma 3003, tinha muito disso, de dialogar com os professores, mas todo mundo junto. E acho que o diálogo começou a ser aberto a partir daí porque, até então, o diálogo era só: “Ah eu te escuto, eu te escuto, mas não estou dando ideia nenhuma pro que você fala, e nem vou tentar mudar a minha prática”. E a gente batia muito de frente com essa questão da prática, de se mudar a prática, de se renovar a prática dos professores porque eles estavam muito conformados a só apenas dar o conteúdo que tá no currículo mínimo, a gente queria tirar eles dessa conformidade. Então, precisou a gente se unir mais ainda pra que pudesse abrir essa... fazer essa ruptura e conseguir ter um diálogo entre professor, aluno, escola, direção. E hoje a gente conseguiu um pouco isso né? Porque ainda assim prevalece a relação de poder, aonde ele se encontra, mas a gente conseguiu ainda assim um diálogo. Eu acho que o pessoal ainda vai manter esse diálogo, a galera que tá no IEPIC.

Rejane: Que é aos pouquinhos,?

Natal: Aos pouquinhos, não é assim...

Rejane: Abriu..

Natal: ... a gente conseguiu um pouco.

Rejane: Tá, deixa eu.

<fim da transcrição>

DADOS DA TRANSCRIÇÃO:	
LEGENDA UTILIZADA:	
[palavra]	termo não compreendido claramente
Ahã, Uhum	afirmação ou concordância
MAIÚSCULAS	palavra ou frase pronunciada com ênfase
T-T	negação ou discordância
PESSOAS PARTICIPANTES:	
1)	Entrevistadora: Rejane
2)	Entrevistado: Natal (2ª parte)

<Início da transcrição>

Rejane: Queria falar um pouquinho sobre o movimento desocupa. Como... Teve desocupa no IEPIC? Como é que você vê esse movimento? A importância do desocupa também para o movimento ocupa?

Natal: Então, no IEPIC não aconteceu. O movimento desocupa só ficou na internet. A gente não teve esse confronto direto como teve em outras escolas que foram demais, né? No IEPIC a gente teve mais a questão de se levantar contra a galera da ocupação pelas redes sociais, a gente não teve um ataque direto. Mas, é importante também a questão do... da galera que ia contra aquilo porque a gente precisa desses dois lados, né? Nem sempre vai prevalecer um lado só, então a gente precisava desse outro lado pra que se pudesse levantar discussões, né? Porque, a partir do desocupa, a gente conseguiu conversar, ter várias reuniões, com vários outros professores, e que alguns mudaram e ideia e outros não. Alunos que alguns vieram pro nosso lado, e outros não. E o interessante que depois da ocupação muita galera que era do desocupa começou a conversar com a gente que era da ocupação Porque depois quando acabou a ocupação ficou essa... esses dois lados dentro da escola. O lado da ocupação, o pessoal da ocupação, e o pessoal do desocupa. Então, a escola ficou muito dividida, muito dividida, né? Isso com pressão também de pais que queriam que o pessoal tivesse aula porque não acreditava que o que estava acontecendo ali era uma aula maior do que a gente podia ter em sala de aula. Porque o que se é valorizado é você ter matéria copiada no caderno. E os pais queriam isso, os pais queriam essa coisa de “o meu filho tem que ir pra escola pra estudar, não tá aprendendo, não tá fazendo nada”. E aí foi o que começou a movimentar mais ainda o desocupa, né, com a ajuda da direção, com a ajuda de alguns professores que iam contra e com ajuda de pais e alunos que eram contra. Mas, foi importante também, né? Foi importante que depois da ocupação, a gente conseguiu trazer esse pessoal que era contra pro nosso lado. A gente conseguiu trazer com bastante conversa, com bastante discussões, a gente conseguiu trazer. E hoje em dia, o

pessoal que era contra, hoje tá participando do grêmio, tá querendo esse diálogo que a gente buscou na ocupação, né? Então foi bastante importante esse movimento também.

Rejane: Quando você fala assim, “A gente conseguiu trazer pro nosso lado”, o que é que você acha que é esse lado de vocês?

Natal: É muito difícil você sair da mesmice, né? Porque a gente tá acostumado, por exemplo, até eu mesmo antes da ocupação não tinha uma visão tão política da situação, não sabia o que estava acontecendo na escola. Eu só ia pra escola, assistia aula, anotava o que era necessário, o professor botava no quadro e voltava pra minha casa. Então, a maioria da galera da escola tem isso na mente, não sabe o que tá acontecendo fora daquela bolha da escola. E quando você consegue ultrapassar essa bolha da escola, a gente começa a questionar várias coisas. Eu acho que é esse o lado que a gente trouxe: o lado do questionamento, de não aceitar o que tão mandando, né? A gente ouvir, refletir aquilo e ver se vale a pena ou não. Acho que esse lado que a gente trouxe da ocupação, o lado pra questionar mesmo, pra levantar se não tá te... se tá te incomodando, é pra você falar mesmo, é pra você tirar esse calo do pé, acho que esse o lado que a gente trouxe pro pessoal.

Rejane: Bacana, legal!

Natal: Legal!

Rejane: Pra você, o que foi participar da ocupação?

Natal: **Eu estava na ocupação desde o primeiro dia. Quando ocuparam a escola, me ligaram e falaram: “Tá rolando ocupação na escola, por conta disso, disso e disso”. Eu fui correndo pra tentar entender primeiramente a situação. Aí, quando eu vi a galera fazendo reunião, batendo de frente mesmo, falando que estava errado, eu falei: “Caramba isso é incrível”. Aí, eu fui pra casa, eu voltei pra casa, e aí eu comecei a pesquisar sobre o que era ocupação. E aí eu vi o movimento de São Paulo, vi o movimento do Chile, e achei: “caramba, é isso que eu tenho que tentar levantar, já que eu quero ser professor, então é isso que eu tenho que fazer”. E eu voltei pra escola com mochila, falei: “Eu vou ficar”. E fiquei até o último dia. Eu fui um dos que participaram do começo até o fim.** E foi muito importante pra minha construção, pra me reafirmar como homem trans, pra eu conseguir combater os preconceitos que eu vivia, e não achar aquilo... porque eu achava normal, eu achava, “Nossa, é só brincadeira”. Ouvir que as brincadeiras não são brincadeiras que realmente tem muita coisa por trás do que as pessoas falavam. Foi a partir da ocupação que eu tive esse... esse baque de perceber essas coisas, entendeu? E foi muito importante pro meu crescimento, hoje eu sou muito grato ao movimento de ocupação.

Rejane: Ai que lindo. E você falou que você participou desde o primeiro dia, mas você não participou da construção antes?

Natal: Não, eu não sabia. Eu não sabia porque falaram que ia ter... o que aconteceu no dia, ia ter um cine debate, né? E uma semana antes teve um debate sobre o tipo de organização que estava tendo no Mendes. Eu acho que foi até a professora que levou um vídeo sobre, na aula, e falou sobre o movimento que estava acontecendo lá. Mas até então, eu achei legal, o pessoal fazendo comida pra eles mesmos, eles mesmos organizando a escola. Mas eu falei, “Nossa, isso nunca vai acontecer aqui, não é possível isso”, daí aquilo ali não entrou na minha mente. E tiveram várias reuniões antes da ocupação com vários alunos e eu não sabia. Eu não sabia, e nem meu... na verdade talvez eu tenha até... eu até sabia, porque eu vi a galera se movimentando, mas eu não mexia os olhos, então não participei. Eu só fui participar no dia da ocupação mesmo e nem participei do movimento de ocupar a escola. Eu só... da resistência, só participei da resistência depois. Eu não fui ao combate direto que nem os meus amigos fizeram de entrar na escola mesmo e botar o cadeado e falar “Isso aqui é nosso, entendeu? A gente vai ocupar”. Eu não participei desse momento, só depois.

Rejane: E quanto tempo que durou a ocupação lá?

Natal: Nossa, caramba! Agora você me pegou.

Rejane: Então, eu vou...

Natal: Acho que foram quatro meses. Foram quatro meses, e depois de quatro meses teve a ocupação parcial, que a gente compartilhava. O Ministério Público mandou a gente parcialmente ocupar a escola porque tinha o direito das pessoas que queriam ter aula e o direito nosso de ocupar. Então eles falaram que teria que ter, teria que ser a ocupação compartilhada. E também foi um momento de embate muito forte. Não foi tipo assim, um mês também de praticamente ocupação total, que a gente mesmo na compartilhada, a gente queria saber o que estava acontecendo. A gente queria participar da construção das aulas, do que se estava passando na escola. A gente começou a deixar de dormir na escola porque eles estavam começando a colocar coisas lá pra gente e querer desmitificar tudo que a gente tinha construído naqueles quatro meses. Eles queriam desmitificar naquele momento, até que acabou a ocupação total, né? E a escola voltou a mão da direção, mas mesmo assim, depois a gente conseguiu... a gente que construía tudo na escola. Por exemplo, na semana dos diálogos pedagógicos, a gente que construía, a gente construía o tipo de aula que a gente queria, a organização da sala. A gente também teve... a gente tinha chave de alguns lugares da escola porque a gente não entregou totalmente a escola na mão da direção, mesmo que o MP mandasse, a gente queria participar. **Foram quatro meses de ocupação e mais um mês de compartilhada. Foi isso basicamente.**

Rejane: É isso aí. Então assim, então a escola não voltou pra a mão da direção, voltou de uma forma diferente.

Natal: Diferente, foi muito diferente.

Rejane: Porque, acho que é um pouco quando você fala dessa relação de poder, que parece que tem uma pessoa que manda na escola, né? Na escola não o IEPIC, mas a escola como uma instituição de ensino. E o que trouxe de diferente essa ocupação? Acho que talvez essa questão de não ser... de vocês conseguirem ter maior...

Natal: Voz dentro da escola.

Rejane: ... participação, né?

Natal: Eu acho que foi a maior vitória, né? A gente conseguir ter voz dentro da escola. A gente não ser apenas um aluno que tá recebendo aulas do professor, e sim, estudante que tem voz, que não tão apenas na escola pra ouvir e sair, mas questionar professor, questionar direção, questionar todas aquelas estruturas da escola. Acho que foi a maior vitória que a gente teve dentro da ocupação, né? E da gente conseguir se unir mais pra bater de frente essa questão de luta, de não conseguir sozinho, que a gente precisa um do outro pra conseguir ter, chegar a alguma coisa, pra ter o resultado.

Rejane: Na verdade, acho que é maior vitória foi a escuta, né? Porque acho que em muitos momentos realmente, é difícil a gente conseguir falar. Mas, acho que vocês conseguiram que escutassem vocês.

Rejane: Que escutassem a gente. E “incomodamos”. Caiu secretário, caiu todo mundo. Incomodamos bastante, acho que foi o mais importante, conseguir ser escutados. E até hoje, né? Eu espero que, por exemplo, a gente conseguiu atingir... a gente estava no 2º ano que a gente ocupou... a gente conseguiu pegar o 1º ano, e no 3º ano a gente não teve essa questão da escuta, do diálogo. A gente conseguiu, mesmo assim, movimentar, então a gente passou para o 2º, e para o 1º ano, né? Então, eu espero que os próximos que vão pra escola consigam manter isso, é uma coisa que a gente sempre fala, a gente pretende voltar pra dizer que a gente não pode deixar as coisas como tão. Porque, por exemplo, o 3º ano que foi a galera da ocupação, a gente se formou agora e a escola já queria voltar como era antes. Mas a galera do 2º ano, que era no 2º ano e agora são o atual 3º ano, não deixaram, falaram, “não é por conta que a galera da ocupação saiu, que a escola vai voltar a ser como antes, agora a gente também quer ter voz”. Eu achei isso incrível quando eles me falaram. Caramba. Eu falei, “caraca, cara, isso mesmo, vocês têm que passar pro próximo e não deixar essa coisa morrer”, entendeu? Eu achei incrível isso deles falarem que não é porque a galera da ocupação saiu que a escola vai voltar a ser como antes.

Rejane: Tá bom. Só isso, e o diálogo né?

Natal: E o diálogo.

Rejane: Ah, show!

DADOS DA TRANSCRIÇÃO:	
LEGENDA UTILIZADA:	
[palavra]	termo não compreendido claramente
Ahã, Uhum	afirmação ou concordância
MAIÚSCULAS	palavra ou frase pronunciada com ênfase
T-T	negação ou discordância
PESSOAS PARTICIPANTES:	
1)	Entrevistadora – Rejane
2)	Entrevistada – Marjorie

<Início da transcrição>

Rejane: Queria que você falasse um pouquinho assim, sobre... Mudando totalmente a situação. Apesar de tudo, seu olhar sobre ocupação, o seu olhar de como funcionavam as comissões, essa divisão de trabalho. Como que funcionava o dia a dia da ocupação, as atividades?

Marjorie: Então, era bem corrido. Porque no fundo a gente era adolescente, né? A gente não tinha responsabilidade com muita coisa. Então às vezes a gente marcava a parada, não conseguia cumprir e aí atrasava algumas atividades, mas a gente sempre deu conta. Isso acho que era o mais incrível. A gente acordava tomava o café da manhã e depois a gente dividia algumas tarefas que tinha que fazer. Por exemplo, tinha que varrer o pátio, lavar o banheiro, coisa que tinha que fazer diariamente. Lavar o banheiro, lavar a cozinha, passar... lavar... passar vassoura no... nos blocos. Aí tinha as demandas daquele dia, aí tinha atividade com tal pessoa e eu lembro assim de reclamarem do esvaziamento das atividades. Porque assim, a gente tinha que fazer outras coisas e quando tava lavando o banheiro, tava rolando atividade. Eu tava lavando o pátio, tava rolando atividade. Então esvaziava. Porque a dinâmica, a gente se programava, né, pra fazer as coisas, mas cuidar de uma escola demanda muita coisa. Demanda muita gente. E tinha que ter gente no portão pra poder dar o crachá pra quem entrava e pra saber se era distante, se era pesquisador da UFF, se era alguém que tava trazendo alguma doação, se era desocupa, se era alguém que tava... informante, se era algum P2. A gente tinha que tá sempre assim, então, a segurança tinha que tá aí no portão. Tinha que ter alguém na cozinha preparando o almoço. Tinha que ter alguém na limpeza. Aí chegava o pessoal pra dar atividade tava um ou dois. Então era muito corrido, demandava muito da gente. É como cuidar de uma casa só que imensa. É um quarteirão de escola, né? É, demandou muito energia da gente e era muito corrido o dia.

Entrevistadora: E essa experiência de vocês estarem na organizar do dia a dia na escola, que faz assim... o quê que remete a questão da gestão escolar? Vocês ali eram gestores daquele espaço, quê que fez diferenciar o olhar sobre gestão na escola, dos espaços, a importância dos funcionários, o papel de cada um, que vocês assumiram esses papéis, né? E o quê que foi assim nesse papel? Era às vezes vocês lembrarem daquele funcionário, falar, “Caraca, como é que ele consegue?”. Sabe? Não sei, qual foi o sentimento enquanto... e experi... assim, como que você pode relatar assim esse sentimento de gestão, das... dos diferentes espaços e das diferenças... das diferentes funções.

Entrevistada: Então, acho que o ponto mais importante de falar disso é que não ensinaram isso pra gente em casa e nem na escola, então foi... nós fomos pegos de surpresa. Eu lembro que nos primeiros dias havia uma galera que era a elite da ocupação. Que era geralmente a galera que tava envolvido com a comunicação, né? Que foi uma das primeiras comissões a ser tiradas, porque tinha que tá com a <ininteligível - 0:04:20.4> de fora. E aquelas pessoas <ininteligível - 0:04:21.7>, nisso criou-se uma hierarquia.

Entrevistadora: E qual foi a reação dela?

Entrevistada: Quem tava falando de fora se sentiu no direito de mandar as pessoas a fazer outras coisas. E eu lembro assim, primeiro dia que eu estive lá... aquela foto começou dia 7, né? De abril. E eu estive lá no primeiro dia lá, acho que foi dia 10 e eu lembro dia 11 ou 12 o caos que tava. E muita gente que a gente nem sabia que vieram, tava dentro e veio um monte de gente na cozinha e um monte de gente. Um monte de gente e um monte de gente. E assim, foi com o tempo que a gente foi entendendo como é que se organizava porque nossos pais não ensinaram a gente a administrar uma casa. A escola não ensinava. Só ensinaram a gente a cumprir ordem. Criar tantas ordens e executar é muito difícil. Então foi se dando aos poucos. Muito aos poucos. E... qual que foi o outro ponto?

Entrevistadora: Aí sei lá, perguntei tanta coisa. Não, sobre a questão da gestão, dos espaços, os funcionários.

Entrevistada: É, então. Ah, os funcionários, eu acho que o único local que chamava mais atenção era a cozinha, porque a gente cozinhava muita pouca comida pra pensar numa dimensão de escola lotada. É... mesmo assim ficava ruim. O arroz saía papado, saía sem sal, salgado. A gente ficava pensando, “Cara, essas tias da cozinha fazem mágica”, porque elas cozinham pra... sei lá, 300 pessoas cada turno, né, mais ou menos e saí muito boa. E a gente cozinha pra 12, saí uma porcaria. E a rapidez que elas fazem, né? Elas começam tipo oito, nove horas da manhã e terminam meio-dia. A gente começa meio-dia e ia almoçar três horas da tarde. Sabe? Demorava muito pra se fazer. E foi a parte que a gente tinha mais dificuldade. Em relação ao financeiro, a gente não lidava com tanto dinheiro quanto lida uma escola com funcionamento normal. E a gente também não tinha prazo pra cumprir que o <ininteligível - 0:07:03.7> impõe. A gente... a gente tava organizando mesmo uma casa.

Administrando uma casa. O que era mais complicado era em relação da cozinha e das atividades culturais que as pessoas traziam, então pra pensar em cronograma de horário, se vai ficar lotado, se vai ficar cheio. “Ah, eu quero assistir aquela, mas naquele momento eu tenho que ir pra cozinha”. Então assim, isso foi difícil, organizar os nossos horários. Mas em questão de organizar as tarefas em si, a gente foi aprendendo. Foi aprendendo. Acho que não ficou 100%, nem no final da ocupação, mas a gente aprendeu bastante. Nossa... eu... eu vejo em mim assim uma diferença porque eu... minha mãe me ensinou a... a ser uma intelectual. A pensar. E não fazer trabalho braçal. Eu acho que eu tinha... sei lá, varrido um quarto duas vezes na minha vida. Não que minha família seja de classe média, pelo contrário, eu sou renda baixa, mas... ah, sempre ficava um... dava um jeito do irmão mais velho fazer ou dela mesmo fazer ou do meu pai fazer. Mas assim, aquilo nunca tinha chegado até mim. E minha mãe nunca cobrou, nunca foi aquelas mães de cobrar todos os dias, sabe? Eu quero que a cozinha esteja limpa todos os dias. Não, a cozinha ficava lá, no final de semana a gente limpava ou não. Tinha prioridade pro estudo. Hoje em dia, sei lá, de três em três dias eu tô lavando o banheiro e tô passando pano no quarto assim. Porque eu percebi a importância de... é... cultivar o espaço que eu estou. E a importância de ambas tarefas. E eu aprendi na marra, porque a minha tarefa na ocupação era lavar banheiro.

Entrevistadora: Aí que triste.

Entrevistada: Não, eu já tirei O.B de tampa de vaso. Como aquele O.B foi parar lá? E eu percebi como as pessoas podem ser porcas nessa vida. Eu lavava duas vezes por dia o banheiro.

Entrevistadora: E essa relação pôde ter uma relação com algo que você já comentou.

Entrevistada: Qual?

Entrevistadora: Você disse que não fazia tarefas em casa.

Entrevistada: Aham.

Entrevistadora: Alguém faz pra você.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Como é que a gente cuida do espaço escolar quando não somos nós que limpamos?

Entrevistada: Isso é complicado.

Entrevistadora: Como que a escola ficava antes da ocupação em questão de limpeza, durante a ocupação e depois da ocupação?

Entrevistada: Então antes da ocupa... durante a ocupação era mais limpo do que antes e depois pelo motivo de ter menos pessoas. Eu acho que é por isso.

Entrevistadora: Mas é só por isso?

Entrevistada: Eu não consigo ver outra questão, não. Eu acho que é mais por isso.

Entrevistadora: Então, por exemplo, como um O.B vai parar numa tampa? Você acha que a pessoa ela tem preocupação quando ela não limpa, onde vão parar as coisas?

Entrevistada: Não, eu acho que ela não...

Entrevistadora: Se eu não limpo...

Entrevistada: ...tem a preocupação não. Na ocupação eles tinham que limpar também. E como é que aquilo foi parar lá?

Entrevistadora: Então, é que eu tô querendo pensar um pouco junto com você. Se eu faço, eu tenho um cuidado diferente. Se eu não faço, eu tenho outro tipo de cuidado.

Entrevistada: Uhum.

Entrevistadora: E como eu te perguntei sobre a questão dos funcionários, eu acho que vocês assumirem um papel, aí eu tô até induzindo uma resposta, né, mas não é a intensão induzir. Mas pensando junto, quando você assume um papel, você assume responsabilidades.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Por isso que eu te perguntei sobre o seu olhar sobre funcionamento. Você falou sobre as cozinheiras, você... assumiram esse papel e viram como que é importante. Você falando da limpeza, como que é a importância da limpeza? Vocês assumindo a comissão de segurança? Como que funcionava essa entrada e saída?

Entrevistada: Então, vamos lá na limpeza.

Entrevistadora: Aham.

Entrevistada: Eu acho que mesmo a gente limpando, a gente não tinha cuidado. Porque essa pessoa eu conheço, essa pessoa que botou o O.B. Essa pessoa lavava banheiro comigo. Então assim, não justificou muito ela limpar ou não.

Entrevistadora: Aham.

Entrevistada: Ela jogou aquilo ali. Enfim, eu não me deduzo que hoje as funcionárias da limpeza acham no banheiro. Não tem ideia. Mas não <ininteligível - 0:11:35.7> que dá. Coisas que eu não posso nem condenar.

Entrevistadora: Por favor, nem comente.

Entrevistada: Comentar aqui. Mas as pessoas que limpavam, sujavam. Bastante. E foi a questão que pontuei no início, o individual. Ainda era um choque muito grande com... porque como você estava dormindo lá, você achava que era sua casa. Com seu pai e sua mãe. E não era. E eu não sou sei pai e sua mãe pra aturar o que você faz. Então assim, ainda era esse choque. A limpeza foi o grande choque. Os hábitos de higiene mudam de família pra família. Então tem várias pessoas...

Entrevistadora: Sabia que eu lembrei aqui... lembrei que as meninas ficavam assim pra mim... que eu fui até na drogaria com as meninas, não vou falar nome. Aí, por favor, Rejane,

compra desodorante que eu não aguento mais esse pessoal que não passa desodorante. E eu fui com elas na farmácia e compre um monte de desodorante.

Entrevistada: Eu lembro que um amigo meu tomava banho só nos sábados.

Entrevistadora: Meu Deus!

Entrevistada: E todo mundo sabe que é. Aquilo chocava. Porque a gente dividia o colchonete, a gente às vezes dividia roupa. Então assim, foi um grande choque a higiene. Com que as culturas se chocaram mesmo.

Entrevistadora: É. Isso é cultura, né?

Entrevistada: Depois foi se encaixando.

Entrevistadora: E sobre a questão de... da comissão de segurança. Como que funcionava, como que era entrada, saída? Qualquer um podia entrar na ocupação? A ocupação era um espaço de todos? Qualquer um podia ocupar? Ocupar não, participar. É qualquer um podia ocupar. Como é que... quem podia ocupar a escola? E quem podia participar dos espaços? Como é que funciona esse dia a dia, esse cotidiano?

Entrevistada: Isso foi... isso foi... polêmica. Pelo seguinte, a gente não tava seguro de esperar um desocupa lá dentro. Então pessoas que tinham tendências a ser desocupa, que estão junto com o desocupa em outros momentos que a gente viu, a gente ficava meio cabreiro de deixar entrar. Não posso dizer que não houve ninguém esbarrado, porque houve sim.

Entrevistadora: Mas aí por que que barrou? Porque...

Entrevistada: Uma questão de segurança mesmo. Poderia machucar alguém lá dentro.

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada: Né? Ser agressivo. Mas o que era difícil <ininteligível - 0:14:21.3> era permitir que as pessoas entrassem. Seja você professor contra ou a favor, aluno contra ou a favor. Tem que entrar pra conhecer. Mas não posso dizer que na prática, na sua totalidade isso veio acontecer. Porque a gente é humano, a gente tinha <ininteligível - 0:14:40.5>. Pô entrava pessoa com mó cartão de P2. A gente seguia as pessoas na escola pra saber... porque teve gente que entrou pra tirar foto lá dentro. E a gente não sabe pra onde foram parar essas fotos. Mas geralmente era um [aplique] deixar todo mundo entrar. E [questões]... tipo a noite depois das 10, a gente começava a [aportar] quem entrava mesmo, pessoas que a gente conhecia, por exemplo, professores do SEPE, entravam. Professores apoiadores da causa, entravam. Pessoas apoiadores da causa, entravam. Mas teve gente que a gente barrou. Depois das 10 horas, porque tinha gente que já tava indo dormir, tinha gente que tava tomando banho. Então era uma parada de vulnerabilidade assim pra gente. E a gente era adolescente. A gente tinha muito medo, a gente era muito "cagão".

Entrevistadora: Mas tem que ter, né?

Entrevistada: É, porque é violência, né? Era muito violento. A segurança tinha questão... a gente entrou numas paranoias. Porque acaba que mais cedo todo mundo se dialoga, né? E a gente dialogava com <ininteligível - 0:16:01.6> de esquerda, jamais. <Ininteligível - 0:16:02.8>. Porque eles colocavam paranoia na gente. Então se parava qualquer carro preto em frente a ocupação, a gente surtava.

Entrevistadora: E a gente surtava junto no WhatsApp. “Gente, corre pra cá”.

Entrevistada: Todo mundo. “Ó, tem um carro preto parado ali faz dois dias aí. Ó, que não vi ninguém entrar e sair daquele carro”, e era um surto coletivo. Em alguns momentos, isso é o mais engraçado assim, eu lembro... nem eu acredito que vou contar. Mas teve uma situação de todo mundo passar uma semana achando que tava entrando um lobisomem lá dentro. Não é sério. Isso foi muito sério.

Entrevistadora: Desculpa, mas é engraçado.

Entrevistada: Porque tinha um mato amassado na quadra lá de trás e aí um amigo meu chegou pra mim e disse assim, “Não tô querendo te passar medo, não, mas eu acho que tem bem um lobisomem entrando. Quando eu fico de madrugada acordado, eu escuto uns barulhos de lobo”. E aí todo mundo entrou numa histeria coletiva de achar que tinha lobisomem na escola.

Entrevistadora: Isso tem cara de uma pessoa que tem medo de bonecos. Viu acertei. Aí ele é uma figura, adoro ele, gente.

Entrevistada: E foi uma histeria coletiva, todo mundo achando que tinha um lobisomem lá dentro.

Entrevistadora: Foi por isso que vocês capinaram lá trás?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não, a gente capinou pra mostra é um espaço que poderia ser usado pela escola. Uma vez e depois dessa histeria, uma vez a gente ouviu alguém entrar e um militante de fora que não era ocupante, não era aluno, tava como mídia lá dentro, falou que a gente tava tudo louco, que a gente tinha ouvido espírito. Então assim, é desacreditado, sabe? Tinha gente entrando depois dessa histeria aí do lobisomem. Mas a gente entrou muito em paranoia. Muitas paranoias.

Entrevistadora: Tem muita pressão, né?

Entrevistada: Muita pressão. Tava todo mundo enlouquecendo. Todo mundo enlouquecendo. E... acho que depois a segurança... eu fiquei na segurança, no meio pro final eu fiquei na segurança. Eu saí da limpeza, fui pra segurança. E eu não dormia. Foi a minha fase mais caótica, porque eu ficava na portaria de meia-noite às sete horas da manhã. E assim, às vezes as pessoas chegavam de manhã e eu já não tava mais com clima de falar com ninguém. E às vezes eu destratava assim, ficava desde a meia-noite acordada, toda tensa de, né, alguma coisa invadir. Eu lembro de uma professora que é da escola dava

apoio pra causa, me... me acordar de manhã sete horas era queria entrar no portão pra ela e ela achar que eu tava, tipo, uma semana sem dormir. Porque eu tava toda desganhada assim, com uma cara horrível. Eu lembro já tinha, fazia umas duas semanas e eu não tinha como dormir na parte do dia. Porque na parte do dia eu tinha que receber as pessoas, eu tinha que fazer comida, eu tinha que me alimentar, então, foi muito caótico. Quem ficava na segurança era a galera que dava mais patada. Tanto que no início da ocupação os garotos que ficaram na segurança queriam acordar os outros com porrete. Porque não tinha paciência. Galera queria dormir até 11 horas da manhã. E tinha que ter alguém pra render eles.

Entrevistadora: É.

Entrevistada: Então foi muito difícil. E a adolescência, né? Porque a gente tinha o compromisso de acordar sete horas da manhã pra render os outros da segurança, mas a gente [conversa] até as duas. A gente ficava rindo até as duas. Então assim, era... foi muito difícil. Foi muito difícil pela questão da responsabilidade.

Entrevistadora: E você... e sobre o movimento desocupa que você chegou a falar sobre a preocupação de entrarem na escola pessoas que queriam desfazer a ocupação. Como, teve um movimento desocupa no EPIC, se vocês tiveram uma ação mais contundente?

Entrevistada: Teve. Foi estado pela direção, via Facebook.

Entrevistadora: Mas foi no início? Ou foi no meio ou foi durante todo o processo?

Entrevistada: Desde o início. Todo o processo teve desocupa. E quem lidera era uma mãe que morava na rua da escola, que mora no caso na rua da escola. E eu lembro de uma situação que ela quase agrediu uma aluna numa discussão. Mas a gente nunca chegou a, né, não trocamos nenhum contato físico. A ocupação e o desocupa. Mas teve muita queimação de filhos dos outros. O desocupa trabalhou muito com difamação, com notícias falsas. E olhando de uma específica comigo, não uma notícia, mas uma situação que foi segunda ou a terceira reunião de pais que teve e eu fui lá na frente falar e eu cheguei, tava um professor do estado que não era que não era da escola, mas tava nesse local e que me conhecia de outros carnavais. E aí eu comecei a falar com os pais e foi onde eu percebi a distância que eu tinha com os pais dos alunos e a distância deles com os ideais da ocupação. Que eu comecei a falar sobre educação revolucionária, eu comecei a falar do <ininteligível - 0:22:31.8>, da escola ponte, das experiências legais e aí um pai... eu lembro de uma frase que eu falei que os alunos... que a gente tava lutando pra que tivesse uma autonomia no ensino e que o aluno pudesse escolher a sua grade, pensar a forma que vai ser educado. E o pai falou assim, "Eu não quero que meu filho escolha a grade dele", e aí eu percebi que aqueles pais eram adultos, <ininteligível - 0:22:57.8> de poder, não queria abrir mão da <ininteligível - 0:23:00.4> de poder. Então eles ainda querem os filhos deles subalternos, os filhos deles controlados no cabresto pra que eles consigam ter poder sob

esses filhos. E aí quando eu falei isso os pais começaram a achar que eu tava incitando a revolta, incitando deles serem rebeldes. Os regradados, a anarquia e começou um burburinho e eu achei que seria agredida. Comecei a ficar com falta de ar e esse professor tomou a fala com sua habilidade oratória, conduziu os pais a pensar de forma mais passiva em relação ao que eu tinha dito e depois ele chegou pra mim e falou, “Não de pérola aos porcos, que os pais estão muito distante da movimentação acadêmica e a gente tem que entender que os pais é de uma classe trabalhadora, eram em sua maioria pessoa periférica, são computadas por um pensamento neoliberal, são computadas por um pensamento conservador e que elas não querem abrir mão dos poderes delas. Que elas não querem os filhos delas pensando de forma reflexiva, de forma crítica. E que elas não querem que seu poder seja colocado em questão, seja debatido”. A partir do momento... é um pulo. A gente tá discutindo o poder da direção, tomando espaço <ininteligível - 0:24:36.2> pra poder levar isso no aspecto familiar, pra poder questionar o papel da mãe, papel do pai na sociedade. É um pulo. Ainda mais na adolescência. Então assim, eu percebi que os pais não queriam mudança e que é uma falácia pensar que eles querem uma educação de qualidade, que façam seus filhos pensar... Não querem! Não querem isso. Eu achei que aquele dia ia se desocupar da escola. Porque eu vi uma onda de pais curiosos certos de que o que a mídia falava sobre ser adolescentes rebeldes, serem vândalos tava certo, tinha acabado de citar e eles tavam sendo contra o tempo todo. E a maioria do desocupa eram pais, pais revoltados e os filhos viam de quebra porque o adolescente não tem autonomia nenhuma pra poder pensar. Então eu via muito o desocupa... o desocupa como alguém que não tinha autonomia nem pra pensar o quê que era desocupa. Por que que tava indo contra. Eu só via filhos reproduzindo as falas dos pais. “Ah, eu vou ficar sem aula”. Mas, cara, no período normal, no funcionamento normal da escola essas pessoas matavam aula, essas pessoas não iam... faziam piadas com os professores. Desejava a morte do professor pra ele não dar aula. Então assim, não pessoas que queriam aula, eram só alunos reproduzindo as falas dos pais. Então eu vi muitos ligados aos pais e a direção do que os próprios alunos.

Entrevistadora: Só uma pergunta também assim, questionamento algo que me motivou a pensar junto, pra te perguntar, quando você fala que eles não têm autonomia. Se a gente pensar na fala de outras pessoas que eram contrárias a ocupação, as ocupações, né? A ocupação no caso, também tinha uma fala de que vocês estavam ali sendo marionetes, que vocês não tinham autonomia. E esse movimento, ele não tenta buscar justamente isso. Pensar contrário ao movimento de ocupação é pra você é não ter autonomia? E pensar na ocupação é ter autonomia? Como que ocupação e desocupação podem ter um papel de autonomia, mas ao mesmo tempo sendo papel de antagonismo, né, de diferença do jovem pensar ou não pensar, né? Porque acho que algo que a ocupação traz muito é essa questão

do adolescente não pensa, o adolescente não quer escola, então... sei lá, queria que você falasse um pouquinho mais talvez sobre isso. Te peguei agora, né?

Entrevistada: Em nenhum momento eu falei que jovens que tavam ocupando tinha protagonismo. Eu acho que isso é mérito pra outra conversa, mas o nosso discurso era esse. Então, o discurso do desocupa, era um discurso a não rebeldia. Era um discurso que conservava essa ordem de <ininteligível - 0:28:47.2>, a estrutura que continuava. Eles queriam manter como sempre. E partindo do pressuposto todo mundo entende como sempre nunca foi um ambiente de autonomia do aluno, a ocupação afirma que essa galera do desocupa não pensava na autonomia do aluno porque apoiava a estrutura já pré-estabelecida. Não tô dizendo que a ocupação foi autônoma de forma efetiva na sua totalidade, mas minimamente essa era a bandeira que se era levantada. Acho que sobre isso...

Entrevistadora: Isso aí.

Entrevistadora: É isso aí. Mas tá certa, acho que a intensão dessa escuta, desse diálogo é ver o olhar de quem participou, entender esse processo. Entender as pautas, como que essas pautas foram construídas, qual a importância das pautas específicas, as pautas dentro da escola.

Entrevistada: **A questão das construções das pautas, eu acho que elas foram construídas no processo, porque ao longo a gente foi vendo a demanda da escola.** Eu não estava no secundarista de luta, nas primeiras reuniões antes da ocupação e as pautas individuais das escolas, pelo menos a do IEPIC não foi atendida.

Entrevistadora: Nenhuma pauta?

Entrevistada: Individual não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistada: Eu lembro de duas assim, muito forte. Era a questão do aumento da passagem do Rio Card que os alunos do IEPIC fazem estágios, os normalistas. E **lembro de uma pauta de escola autônoma, que a gente tinha alguns modelos até no México, mas que eu vi sendo engolida pela causa do SEPE pra eleição pra diretora.**

Entrevistadora: Essa pauta, então, era uma pauta que era uma pauta do IEPIC, por que era uma pauta geral também?

Entrevistada: O quê? Escola autônoma?

Entrevistadora: É.

Entrevistada: Do IEPIC, eu não sei de outras escolas. Mas tem uma discussão... e eu lembro de instigar muito essa discussão com meus companheiros porque eu tinha uma bagagem teórica de escolas autônomas. Por causa de um estudo que meu irmão tava fazendo. Meu irmão tava escrevendo um TCC pro ensino médio sobre educação em uma escola que não foi ocupada, né. E eu lembro de embarcar com ele nessa e trouxe muito

essa teoria pro EPIC e mostrei assim como aquilo era possível, tanto que existe no Brasil e tal, projeto âncora e em algumas outras escolas tem o Ágora que é particular que tem essa proposta também. Então eu sei que era uma pauta do IEPIC. O IEPIC puxa um projeto muito anárquico. Tinha uma tendência anarquista ali dentro, então pensava numa educação anarquista. E as pautas foram uma das coisas que mais me decepcionou no IEPIC. Porque em nome de um coletivo das redes de ocupação, a gente abdicou de muita coisa pra poder lutar pela pauta dos outros. As pautas gerais. E a gente deixou de lado muita coisa também. **O Ministério Público também nos enrolou várias vezes, falando que ia marcar a reunião com o pessoal que é responsável pelo Rio Card pra poder repensar as passagens e não aconteceu. A promotora não cumpriu com seu acordo.** E a questão da escola autônoma os professores grevistas e as outras unidades de escola colocaram como prioridade isso, que é uma pauta de sei lá, 10/20 anos, né, e foi onde eu vi que quando essa pauta foi atendida os professores simplesmente lavaram suas mãos. E aí eu vi que aquilo não era movimento unificado.

]<fim da transcrição>

DADOS DA TRANSCRIÇÃO:	
LEGENDA UTILIZADA:	
[palavra]	termo não compreendido claramente
Ahã, Uhum	afirmação ou concordância
MAIÚSCULAS	palavra ou frase pronunciada com ênfase
T-T	negação ou discordância
PESSOAS PARTICIPANTES:	
1)	Entrevistadora: Rejane
2)	Entrevistado: Amiel

<Início da transcrição>

Rejane: Você participou do processo de ocupação? Você sabe como que aconteceu a ocupação na escola?

Amiel: Bom, **cheguei na ocupação muito perdido porque eu não sabia exatamente do que era. No entanto, quando eu cheguei aqui eu procurei saber ao máximo do que realmente esse movimento significava. E gostei muito é... e gostei muito do que eu pude ver, pois o movimento significa muito a luta de nós mesmos estudante em busca de melhoria no ensino, é... na escola em si.** Na minha escola, por exemplo, é... a segregação que há entre um blo... um bloco e um outro bloco, entendeu? A gente queria, estava pensando muito em uma gestão onde nós estudantes também fizesse parte, uma vez que a direção sempre colocava a gente à margem.

Rejane: Como é que é essa divisão dos blocos assim?

Amiel: A divisão de bloc... do bloco ela é muito binária, né? Ela acontece, por exemplo, o bloco A e o bloco B. O bloco A tem acesso a tais espaços, o bloco B a outros, num engloba todo os espaços a todos os estudantes. Ela acontece os es... existe espaços determinado pra cada bloco.

Rejane: Então essa é uma das pautas de reivindicação?

Amiel: Da qual a gente reivindicava também, que a escola fosse um espaço de relação de convívio mesmo, não um espaço segre... segregado.

Rejane: E você sabe me falar assim as outras pautas que são específicas da escola?

Amiel: Ah, específica da escola ou do nosso movimento?

Rejane: Pode ser, pode ser do movimento e também da escola.

Amiel: Então, do movimento a gente colocava uma pauta específica gestão autônoma, onde nós estudantes tivéssemos a autonomia de participar das coisas que envolvessem a escola, entendeu? Tinha pauta também referente aos RioCards, a pauta referente à Casa do Normalista também que era uma proposta por nós. A pauta da questão do nosso estágio, uma vez que a escola é do curso de formação de professor e ocupa muito o nosso horário. A gente pensava em um estágio onde fosse remunerado mesmo pra que desse a oportunidade da gente ter uma renda pra nos manter aqui dentro, tendo em vista que aqui dentro você tem inúmeras xerox pra tirar, às vezes você não gosta da comida da escola e você tem que comer de qualquer jeito, você acaba não tendo dinheiro pra se beneficiar dessa forma.

Rejane: O que que seria essa Casa do Normalista?

Amiel: A Casa do Normalista, a gente pensou pra aquelas pessoas que moram distantes da escola e que muitas vezes saem da escola por conta da escola ocupar a maioria do nosso tempo realmente. Por exemplo, a gente pensou daquelas pessoas que moram em Itaboraí, em Marambaia, entendeu? Pra que essa Casa do Normalista funcionasse como um espaço pra essas pessoas mesmo ter a oportunidade de ficar aqui.

Rejane: Seria um espaço dentro da escola? Isso?

Amiel: Isso mesmo.

Rejane: Pra vocês estudantes? Qual a importância de ter esse movimento de ocupação?

Amiel: É mostrar que a gente é um estu... que apesar de ser estu... de sermos estudantes, nós realmente temos vozes. A gente não tem que se calar e aceitar as coisas que o Estado, a direção está propondo pra gente, entendeu? Não é o fato de sermos jovens que devemos nos calar e aceitar as coisas que estão nos entregando, não é assim. Ainda mais nós que vamos nos formar em professor estar sendo desvalorizado pelo Estado é muito ruim, muito antes da nossa formação, entendeu?

Rejane: Sim. Obrigada.

Amiel: Nada.

<fim da transcrição>

DADOS DA TRANSCRIÇÃO:	
LEGENDA UTILIZADA:	
[palavra]	termo não compreendido claramente
Ahã, Uhum	afirmação ou concordância
MAIÚSCULAS	palavra ou frase pronunciada com ênfase
T-T	negação ou discordância
PESSOAS PARTICIPANTES:	
1)	Entrevistadora: Rejane
2)	Entrevistado: John
3)	Entrevistado: Amiel

<Início da transcrição>

Rejane: Eu queria que vocês falassem um pouquinho sobre a participação de vocês na ocupação? Se vocês lembram por quê? Como que aconteceu? Como que se deu o início da ocupação, a importância da ocupação?

John: Eu estava até revendo os vídeos esses dias... eu sou John antes de mais nada, aluno em IEPIC, participei do processo de ocupação em 2016, esse ano 2017 estou no 3º ano do curso normal. Então, eu estava assistindo, como eu estava dizendo no começo, eu estava assistindo uns vídeos da ocupação do ano passado e eu estava vendo o quanto nós tínhamos protagonismo, quanto nós estávamos ganhando destaque. Porém, eu olho hoje e vejo que nós não sabíamos usar bem as ferramentas que tínhamos, era tudo uma coisa assim de calor de momento. Maioria de chegar... tipo assim, e perguntar, “John você se arrepende? Você acha que no coletivo assim, você se arrepende?” Não. Não me arrependo, entendeu? Porque foi uma experiência necessária pra gente ter mais... ter novas visões. Né? Acho que se tivesse uma ocupação hoje, tipo, nós iríamos conduzir as coisas de uma maneira bem diferente. A gente olha e fala assim, “Ai, nós éramos muito infantis e tal”. Poderíamos até ser, mas foi necessário ser infantil, foi necessário ter todo aquele calor do momento, todo aquele pensamento, enfim, foi uma experiência muito gratificante.

Amiel: Bom, eu sou Amiel, também sou aluno do 3º ano e participei do processo de ocupação. Assim que você fez as perguntas, o que me chamou mais atenção foi quando você falou a respeito do porquê nós decidimos fazer essa ocupação, participar disso. **Eu acredito que essa vontade surgiu a partir do momento que a gente viu que a conjuntura do país, a conjuntura do estado do Rio de Janeiro, não estava sendo algo favorável pra gente. E ainda mais pros docente né? Nossos professores estarem ali, não recebendo o seu pagamento, a estrutura da escola não sendo adequada pra**

gente, a gente vê que a organização da escola não era benéfico pra gente também. E a partir desse desconforto que estava gerando na gente, a gente tomou essa iniciativa. Principalmente por conta do cenário que os professores estavam vivendo. Acredito que decidir fazer uma ocupação, participar de uma ocupação, foi mais por conta deles para poder ajudá-los nesse processo de greve que eles estavam.

Amiel: E a questão do ir contra, foi justamente por não ter conhecimento do que estava acontecendo. A partir do momento que surgiu alguém e disse pra gente o que de fato estava acontecendo no nosso país, a gente viu que nós como futuros professores também, não poderíamos deixar que os nossos professores passassem por isso, e que a gente também passasse por isso. E que a gente deveria reverter esse cenário. Por isso, a ocupação.

John: E eu acho que tipo, pra, além disso, também Amiel, ter uma visão assim mais ampla do que eu passei, desde quando eu cheguei na escola, **eu entrei ano passado na escola, e quando eu cheguei, já tinha uma experiência com grêmio, com movimento estudantil, de quando eu estudei no (colégio) Raul Vidal. Eu já tinha sido parlamentar juvenil também. Tinha algumas experiências.** Quando eu cheguei na escola, meus primeiros dias de aula, eu me deparei com um grupo que estava tentando montar o grêmio estudantil da escola e eu contei um pouco das minhas experiências pra ele e tal. Eles foram e me chamaram pra participar desse grupo de alunos interessados em montar o Grêmio. E nisso, nós fomos diversas vezes na direção. Isso antes da ocupação, tentar conversar pra poder entender como é que funciona a questão de montar o grêmio. Tentar chamar assembleias, mas a direção a todo tempo estava sempre ausente. Entendeu? A direção nunca estava na escola, tinha sempre uma dificuldade pra você ter acesso aos documentos antigos do grêmio. Nós estávamos tendo muito uma ideia de não pegar e criar um grêmio novo. Porque o IEPIC é uma escola histórica, então provavelmente já tinha algum registro de grêmio. Então, se tinha algum registro de grêmio, nada melhor do que respeitar essa história toda que o grêmio tinha, né? E nós tínhamos visto o quanto estava sendo difícil conseguir esse acesso à direção, mobilizar os estudantes. Porque parecia que, não sei se era por conta do começo do ano que as coisas estavam agitadas, mas parecia que ninguém ligava pra aquilo. Entendeu? “Pra quê grêmio, gente? Vai pra sala de aula estudar, pelo amor de Deus”. **E nisso foram acontecendo as ocupações. Começou com a ocupação do Mendes, aconteceram outras ocupações e nós começamos a acompanhar essas ocupações pra entender o que estava acontecendo nas outras escolas do Estado.** Até que um grupo de alunos daqui da escola decidiu ir a essas ocupações. Até o *Enry* foi, enfim, algumas pessoas, pra tentar entender o que é que estava sendo a ocupação, o porquê da ocupação, visitar a ocupação. Trouxeram isso pra gente – falaram: “Olha gente, lá na escola tal ocuparam porque tá assim, assim, assado, não sei o que, não sei o que. E aqui? O que que a gente vai fazer? **Nós vamos fazer o que aqui? Porque aqui também nós estamos**

com a mesma situação. Acho que nós poderíamos fazer um movimento semelhante à galera lá do Rio, entendeu? Porque eles estão fazendo isso contra isso, por conta disso, por conta disso. “Ah, é verdade”. Por conta de quê? Por conta da estrutura da escola. É a falta de merenda, falta de manutenção, é falta do pagamento dos professores, a escola cobrar o uniforme, mas a escola não dá o uniforme. Então isso não é justo, entendeu? Então, sem falar que começamos a olhar pautas também de, ah tem PM dentro da escola, qual é a função do PM dentro da escola? Como que a PM vai agir com o estudante, entendeu? E isso nós colocamos na pauta inicial, né? Que foi a pauta que gerou a ocupação. Mas, essas pautas eu acredito hoje, que elas não foram trabalhadas e nem explicadas de uma forma que nós conseguíssemos desenvolver, tipo assim, pegar... só colocamos lá, fim da PM dentro das escolas, nós sabíamos que nós queríamos o fim da PM dentro das escolas, mas era difícil pra gente chegar e pensar, qual a função da PM dentro da escola, porque ela não estar dentro da escola. Então é um pouco de diferenciação que nós vemos hoje, né? E foram muitas coisas que foram acontecendo, foi motivando aquele gás, como eu disse, no começo do áudio, que eram atitudes infantis, às vezes? Eram, mas eram atitudes necessárias, entendeu? Pro nosso desenvolvimento, e foi uma coisa gerando a outra, tendo espírito de revoltas, acontecimentos nas outras escolas do Estado, acontecia muito com os professores, a gente indo pra sala, e os professores reclamando, então tipo, foi coisa que foi juntando, e bum, explodiu, e esse bum foi a própria ocupação. Alguns estavam antes, outros como eles surgiram depois do movimento, mais a gente foi aparecendo no movimento, tentando entender o que era, enfim, é isso.

Rejane: Você estava desde o início?

John: Sim.

Rejane: Você participou desse processo de construção da ocupação aqui?

John: Sim.

Rejane: E como é que foi participar desse processo?

John: Foi um processo cansativo, estressante, que trouxe... deixou na verdade consequências depois, tipo, não só psicológicas, mas emocionais também, deixou consequências na relação com a escola num todo, consequências algumas positivas e outras negativas, portanto, que nós estamos em 2017, no final de 2017, em que por incrível que pareça, ainda tem professor reclamando da ocupação, entendeu? De algumas coisas que aconteceram na escola, por conta da ocupação. Mas, nós vimos também, que nos enganamos os nossos professores com alguns deles, porque nós acreditávamos que eles estavam realmente comprometidos com a educação, estavam compro... eles estavam comprometidos com uma causa, e depois no período de ocupação, nós vimos que não, entendeu? Depois nós estávamos até comentando isso, que nós sentimos um pouco usados, porque os professores apoiaram a ocupação até o momento onde eles estavam

conseguindo as coisas pra eles, é o que deu a parecer, entendeu? Tipo assim, “Ah os professores já conseguiram, já conseguiram negociar com o sindicato, que não sei o que”, parecia que as ocupações estavam sustentando o movimento dos professores, entendeu? E quando nós vimos que aquele movimento dos professores acabou, os professores começaram a falar pra gente, “Vamos embora, desocupar que não sei o que”. Então parecia que eles estavam querendo que ocupasse, mas só pra atender as demandas deles, entendeu? E a gente chegou pra eles e falou, “Professor, e as nossas demandas? Entendeu? E as nossas pautas?”. Aí voltou tudo ao normal, entendeu? Nos decepcionamos com os professores depois que... parece que voltaram, tipo, mesmo pro sistema, como se nada tivesse acontecido, e alguns deles, até mesmo que estavam no movimento foram autoritários, não abriram diálogo, entendeu? Enfim, foi muita coisa.

Amiel: É basicamente o que o John falou mesmo, é muito estranho você olhar pro professor que passou durante seis meses participando de um processo de ocupação junto com você, e após desocupar, você vê que ele já age totalmente diferente, que a forma dele de se comportar é totalmente diferente, que as falas deles não são iguais, as falas durante a ocupação. E isso mexeu muito com a gente. Eu acredito que, talvez não seja o fato de ocuparmos a escola, que mexeu com o nosso psicológico, mas o fato de professores, a gente olhar pros professores e não ver o comportamento como era da ocupação, o comportamento deles como era na ocupação, que foi abalando o nosso psicológico. Pensar como a pessoa tem a capacidade de pegar e criticar algo, sendo que ele não age da forma que ele gostaria que fosse, entendeu? Então isso mexeu muito com a gente, e mexe até hoje. Eu acredito que vai mexer sempre, porque é um processo, foi uma participação muito efetiva para nós aqui do IEPIC, eu vejo da gente, a gente participou com muita força, muita determinação, gás, vontade mesmo. O John falou a respeito de sermos usados, acredito que qualquer movimento deve ter pessoas que são usadas pra algumas coisas...

John: Ou tem esse sentimento, né?

Amiel: Sim. Então, acho que, também não me arrependo de participar disso, sou muito grato por poder fazer parte, por cara, eu não consigo falar muito da ocupação porque, eu sou uma outra pessoa depois da ocupação, acho que todo mundo que participou disso vai ter esse depoimento pra falar, que antes era de uma forma, e hoje somos completamente diferente. Eu falo por mim, um aluno que nunca foi engajado em política, um aluno que nunca foi gostar de falar sobre política, hoje é completamente diferente, e... é completamente diferente. Atende pra mim. Voltando, nunca fui engajado em política, e hoje eu gosto muito, entendeu? Acho que olhar pra... olhar pras pessoas que fazem parte de todo... de toda uma conjuntura do nosso país, é importante olhar pra quem é o nosso presidente, olhar pra quem é o nosso governador, isso é muito importante, então, foi graças a ocupação que me fez ter esse olhar, a ocupação fez eu ter um olhar mais crítico pras

coisas, fez eu questionar antes de decidir tal coisa, então, eu sou muito feliz por participar desse processo.

Rejane: Vocês usaram uma palavra que é muito importante, pelo menos pro rumo dessa tentativa de pesquisa, né? Que é o diálogo, vocês acham que a ocupação, ela trouxe uma relação de diálogo diferente pra escola? Vocês disseram que a ocupação trouxe ponto positivo, e ponto negativo, nesse ponto negativo, e nesse ponto positivo assim, o que vocês poderiam falar sobre a participação de vocês no cotidiano da escola? Durante a ocupação e após a ocupação?

Amiel: Então Rejane, acredito que falar disso vai ser muito relativo pro olhar de cada pessoa, porque eu vou falar através do meu olhar, vamos focar na questão de, a escola mudou após a ocupação? Eu não acredito que a escola tenha mudado. Isso é um ponto negativo. Porque a gente lutou tanto, pra que houvesse mudanças, e na verdade não teve nenhuma mudança. Aí o ponto positivo, mas que não pode ser positivo também, depende da maneira que a gente vai se relacionar com isso, se a gente vai flexibilizar isso, é a respeito de houve mudanças para certas pessoas, que pessoas são essas? Pessoas que participaram do processo de ocupação. Houve mudança pra mim, houve mudança pro John, houve mudança pra *Dayane*, mas não houve mudança pra toda uma comunidade escolar, entendeu? Que era algo que a gente tava lutando mesmo. Hoje nossa participação na escola, é muito mais fácil, é muito mais efetiva, mas pra alguns, pra outros não é, continua a mesma coisa. Então, eu consigo ver isso, que o fato de eu ter participado da ocupação, eu fui privilegiado, porque hoje eu posso ter acesso as coisas da escola que antigamente eu não tinha. Assim, e pessoas que não participaram, não estão sendo privilegiado como gostaria que fosse, entendeu? Então eu acho que isso pode ser tanto ponto positivo, quanto um ponto negativo também.

John: Eu acredito que o pessoal da ocupação é visto como uma dor de cabeça pra escola. É uma coisa até que nós estávamos comentando, não a maioria, mas um grande grupo do 3º ano participou da ocupação, então, quando nós saímos da escola, nós acreditamos, esperamos que não, que tudo vai voltar ao normal, entendeu? Porque a escola... como Amiel disse, a escola tá boa, mas tá boa pra quem? E se a escola tá tipo assim, boa, entre aspas, só porque ainda estamos aqui, porque são o grupo de alunos que sabe que você pode ser alguma coisa dentro da escola, vai em cima da direção, vai em cima dos professores, vai em cima de qualquer pessoa pra poder questionar e dizer, "Por que isso foi colocado? Por que isso não teve uma consulta? Por que?". Enfim, pra problematizar mesmo a situação, entendeu? Então a gente fica pensando muito, pra quem mudou a escola? Entendeu?

Amiel: Você falou que a gente acha, né? Ou acredita que a escola pode mudar após sairmos daqui, mas hoje, na mesa de um almoço eu tive a certeza de que a escola vai

mudar quando sairmos daqui, a partir do momento que ouço fala de que, a escola ano que vem voltará tudo ao normal, você foi prova disso, você ouviu tanto quanto eu, então... e existem pessoas que até brincam, dentro da direção mesmo com a gente, de que, “Ah vou...” por exemplo, brinca até na ironia mesmo, “Vou colocar puff quando vocês saírem daqui”, UFF a gente não entende muito pela questão da universidade, “Ah vocês vão passar para UFF, mas como um alívio, tipo, graças a Deus...”

John: Uff.

Amiel: ...vocês terem saído daqui, e a gente vai poder fazer com que a escola volte ao normal, e age como sempre agiu”, entendeu? Então a gente teve certeza hoje de que a escola voltaria a ser normal. Porque antigamente quando o John tinha essa fala, outras pessoas tinham essa fala, eu até questionava, “Êpa, péra, por que que a gente acredita nisso? A gente tá duvidando dos nossos companheiros, que eles não podem fazer com que a escola seja algo melhor? Assim, como nós acreditamos que a gente tem força pra fazer?”. Entendeu? Então, hoje realmente fico muito triste em saber disso, que a escola vai voltar a ser tudo como era antes. Porque é uma coisa que eu não queria, entendeu? Eu queria muito que os alunos continuassem assim como nós, que ainda continuamos a lutar por uma escola melhor, entendeu? “Ah fulano, é assim que você quer? Não chama o John, não chama o Amiel, não chama a *Dayane*, vai lá e faça, entendeu? A gente não quer que vocês precisem da gente pra que vocês tenham um protagonismo dentro da escola. Vocês são alunos tanto quanto a gente, vocês têm que lutar pela voz de vocês”, então, é isso.

John: É uma coisa que a gente mais se debate, a gente vê que o restante da galera tá sempre abrindo mão do seu protagonismo, e é interessante pensarmos porque essa galera abre mão do protagonismo, do seu protagonismo, abre mão querendo ou não, porque mesmo sendo curso de formação de professores, sendo uma formação humanística e crítica, muitas das vezes, os alunos ficam com medo de perguntar, isso é um fato, ficam com medo de questionar o professor, então tem um resquício ainda de uma escola muito tradicional, e tem uma questão também que tem professores, igual nós comentamos, nós nem sabia se existia esse termo, mas nós criamos, é um conceito de usar a efetividade como ferramenta de intimidação, e isso partiu do professor, dois professores que estavam, tipo, ao nosso lado, entendeu? Então, no período de ocupação, teve um sentimento de união, ou então, pelo menos parecia que tinha, mas hoje nós vemos que após a ocupação, os alunos querendo ou não, continuaram unidos, de certa forma, não todos, mas continuaram unidos, e os professores em sua maioria são todos divididos. Os professores não conseguem entrar em consenso pra nada, não conseguem sentar pra conversar. Professores que são muito mediáticos, que tão o tempo todo dizendo que defende uma educação pública de qualidade, mal vem dar aula, não planeja as suas aulas. Então tipo, nós ficamos vendo o quanto os professores são hipócritas, então, não que nós tenhamos

nos arrependido de defender a causa dos professores, entendeu? Porque nós pensamos muito, nós defendemos a classe, né?

Amiel: Exatamente, até porque a gente não tá defendendo ali a professores especificamente, nós estávamos nos defendendo também, porque nós sabíamos que nós iríamos nos formar professores, então, não tem porque a gente também se arrepender por conta disso. Mas da classe total, <ininteligível - 0:21:00.9> fala do John, porque é exatamente assim que eu penso, eu acredito que são professores, como eu posso dizer? Relatando coisas que não condiz com a sua própria prática, falando coisas da qual não se sente um pouco satisfeito em fazer, e isso é muito triste pra gente porque, aqui no ensino normal a gente encara isso como algo que vai relatar sim sobre temas humanitários, que vai tratar sobre isso, enquanto na verdade a gente vê pessoas sendo, não sei nem se existe esse termo, mas eu vou usar, “inumanitários”, não sei como é que a gente dá um termo pra isso, desumano né? Exatamente... perdão.

John: E fica parecendo também que tem uma coisa assim, transferência de responsabilidade, entendeu? O professor fala, “Ah eu não dou uma boa aula, porque o ar condicionado não tá funcionando, porque o Estado não dá...” mas, mesmo se o Estado tivesse dando ar condicionado, tivesse pagando o seu salário, o professor não é capaz de chegar e dar um conteúdo pro aluno, e tipo, e dizer, “Ah eu sou professor que apesar de tudo eu estou comprometido, em chegar e dar o conteúdo pro aluno”, entendeu? E teve, não todos os professores, mas teve professor que participou do movimento, mas não abriu mão de dar conteúdo pra gente, e chegou e falou, “Gente, olha só galera, agora tá na hora de vocês estudarem, vocês vão aprender tal conceito”, entendeu? Tipo, são professores e professores. Mas essas relações durante a ocupação com os professores pareciam ser muito harmoniosas, e pós se tornaram muito conflituosas, porque nós começamos a ver que tinha controvérsias nos discursos dos professores, não tinha a questão da teoria que ele dizia, e nem prática como Paulo Freire diz que, “Nós precisamos que o nosso discurso seja a nossa prática”, entendeu? Então isso foi uma das coisas que mais nos deixaram tristes, né? Como o Amiel falou.

Amiel: Então, agora eu estou lutando muito pra passar na universidade, e eu <ininteligível - 0:23:10.6> também. Mas é basicamente isso Rejane, a ocupação mudou, e mudou mesmo, e a gente não se arrepende nenhum um pouco, acho que a gente voltaria fazer tudo de novo, pra entrar de cabeça como o John falou, a gente acredita que a gente foi infantil mesmo em determinadas coisas, e que a gente poderia fazer com que a ocupação realmente, agora, pudesse mudar o que a gente queria tanto mudar, que é essa direção opressora, autoritária, e que não tenta flexibilizar o trabalho de uma escola, junto aos seus alunos. É isso.

[00:23:55] <fim da transcrição>